

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXIV, n° 68, Janeiro - Junho/2011

68



HAITIANOS

SUDANÊS

JUDEUS

REFUGIADOS

BOLIVIANOS

ALOJAMENTOS

SULISTAS

IGREJA

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Líbero)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odaí da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Helion Póvoa Neto</i>	
<i>Dirceu Cutti</i>	
Migração, transformações sociais e reforma eclesial: Pastoral jesuítica e scalabriniana no Brasil da Primeira República.	07
<i>Maurizio Russo</i>	
Memórias de gênero: A construção de uma <i>ídischkeit</i> imaginária no Brasil.....	25
<i>Joana Bahia</i>	
Fotografias poderão dar testemunho do trauma de refugiados no Brasil?	35
<i>Tânia Biazioli de Oliveira</i>	
<i>Polyana Stocco Muniz</i>	
<i>Paulo César Endo</i>	
Racismo e sua negação: O caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo	49
<i>Szilvia Simai</i>	
<i>Rosana Baeninger</i>	
Estratégias de inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso no período pós-1990.....	63
<i>Cristiano Desconsi</i>	
O fim do uso do alojamento nos grandes canteiros de obras de São Paulo como instrumento de flexibilização do trabalho	75
<i>Marcus Vinicius Spolle</i>	
Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do Migrante (relato).....	83
<i>Pe. Gelmino A. Costa</i>	
Resenhas	89
Paredes Poéticas (conto).....	105
<i>Catitu Tayassu</i>	

A presente edição da *Travessia – Revista do Migrante* traz os temas da resistência cultural e religiosa face ao preconceito e o racismo, da sobrevivência nas condições adversas de crises políticas, das estratégias de sobrevivência de migrantes em contextos urbanos e rurais, e dos desafios trazidos à assistência religiosa e social para imigrantes recém-chegados a um país. Estas poderiam ser arroladas como questões que, nas suas diferentes focalizações geográficas, históricas e temáticas, atravessam as contribuições aqui reunidas.

A vida de judeus ativistas políticos de esquerda vindos da Europa, com seus trabalhos de reconstrução identitária no contexto brasileiro a partir do início do século XX, é tema do artigo de Joana Bahia. A existência do preconceito, numa sociedade brasileira que resiste a se reconhecer como racista, foi um dos elementos a dificultar a integração, no país, desses grupos. Vem sendo uma realidade também para imigrantes de chegada mais recente, como os enfocados pelo estudo de Szilvia Simai e Rosana Baeninger sobre as formas discursivas de negação do racismo nas relações entre bolivianos e brasileiros na cidade de São Paulo. O desafio de lidar com o outro, de entender suas necessidades e seu drama, é tematizado também pela contribuição de Tânia Biazoli de Oliveira, Polyana Stocco Muniz e Paulo César Endo, que analisam as imagens utilizadas nas campanhas de sensibilização para a causa dos refugiados em São Paulo.

A migração interna no Brasil é tema de dois artigos. As dificuldades de moradia enfrentadas pelos trabalhadores da construção civil em São Paulo, abordadas no trabalho de Marcus Vinicius Spolle, e as estratégias para acesso à terra por agricultores sulistas no Mato Grosso, presentes no texto de Cristiano Desconsi, indicam algumas dimensões das dificuldades de acolhida e sobrevivência, desta vez na escala geográfica nacional, tanto no campo como na cidade.

As duas outras contribuições têm abordagens diferentes, enfocando grupos e momentos bem distintos. Mas uma linha de continuidade pode ser percebida entre o artigo de Maurizio Russo, sobre os desafios da Igreja Católica no acolhimento aos novos imigrantes durante a Primeira República, no Centro-Sul do Brasil, e o relato do Padre Gelmino Costa, quanto às dificuldades enfrentadas face à chegada recente dos haitianos pela fronteira amazônica. Aqueles primeiros imigrantes, vistos por muitos como “civilizadores”, contribuintes para o povoamento e o mercado de trabalho nacional, desafiaram pela sua diversidade e novas demandas então introduzidas. Hoje, a vinda dos haitianos é encarada com outros olhos, pois a sociedade brasileira divide-se entre o dever humanitário da acolhida e o incômodo em receber trabalhadores tão distantes do modelo historicamente construído do “imigrante desejável”. Embora seja grande a tentação em analisar a imigração de hoje com as lentes do passado, isso não parece possível.

A tomada em conjunto dos casos analisados pelos autores nesta *Travessia* indica a complexidade das diferentes situações de chegada e recepção. Estimula à análise da grande diversidade de possíveis contextos que compõem o campo dos estudos migratórios. Mas também convida o leitor ao difícil exercício de enxergar as

necessidades do migrante, do imigrante, do refugiado, que interrogam a sociedade de chegada com a expectativa daquele que chega e não sabe como será recebido, mas que traz em si o impulso da sobrevivência e a paixão pela descoberta da terra nova. Nesta direção, vale mergulhar na leitura do conto de Catitu Tayassu que, através da arte da escrita, nos conduz às profundidades do minúsculo recanto por ela denominado “Paredes Poéticas” – lá reside um refugiado sudanês.

Helion Póvoa Neto
Dirceu Cutti

Migração, Transformações Sociais e Reforma Eclesial

Pastoral jesuítica e scalabriniana no Brasil da Primeira República

*Maurizio Russo **

Este artigo representa a primeira parte de uma pesquisa *in fieri* que, *grosso modo*, se desenvolve cronologicamente da Primeira República brasileira até a Primeira Guerra Mundial, coincidindo com os dois pontificados de Leão XIII e Pio X. Com a República, tem início um período de renascimento da Igreja Católica, que se concretiza num profundo processo de reorganização e reestruturação, marcado pela forte presença do imigrante.

A Igreja brasileira após a Independência

Dentre todas as novas entidades nacionais que surgiram na América Latina do século XIX, o Brasil representa uma interessante exceção, pois foi o único território que não adotou a República como forma de governo. Quando, em 1821, D. João VI de Portugal retornou à Europa, seu filho Pedro aproveitou para tomar o poder e, em 14 de setembro de 1822, se tornou imperador do Brasil, jurando sobre a bandeira fidelidade à Constituição (MECHAM, 1966, p. 262).

A Assembleia Constituinte que se reuniu em abril de 1823 foi presidida pelo bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho. O trabalho da Assembleia produziu a Constituição de 30 de agosto de 1823 que garantia: a) liberdade de religião a todas as comunidades cristãs; b) tolerância às religiões não-cristãs, que continuavam, porém, destituídas de direitos políticos; c) reconhecimento da religião católica romana como religião do Estado; d) sustento financeiro do

* Doutor em História pela Université de Nancy 2 (France); especializado em História contemporânea da Igreja; LEI-USP.

Estado para a religião católica romana; e) direito de padroado ao imperador, a quem era permitido arbitrar sobre a entrega dos benefícios eclesiásticos e, além disso, aprovar a entrada dos documentos papais no país (*placet*).

Pedro I rejeitou a proposta da Assembleia Constituinte e nomeou uma nova Assembleia, a qual elaborou a Carta Imperial de 1824. Na sua forma definitiva, a Constituição declarava “a religião católica apostólica romana” como sendo a religião oficial do Império, “tolerando” todas as outras religiões em lugares específicos de culto, que não podiam nunca ter o aspecto de igrejas. A tradição política regalista no campo eclesiástico se acentuou muito no período imperial. Em 1827, Leão XII efetuou uma tentativa de reconhecer oficialmente o régio direito de padroado com a bula *Praeclara Portugalliae* (de 15 de maio de 1827), mas a Assembleia Legislativa rejeitou o documento pontifical, julgando-o inútil. Os direitos do padroado eram parte integrante e constitutiva do poder monárquico e, portanto, não necessitavam nenhuma aprovação da parte do Papa, que podia somente reconhecer a natureza regalista do padroado. O conflito se recompôs, em parte, em 1828, quando Leão XII aceitou o status do padroado regalista, porém, sem reconhecê-lo formalmente. O poder político brasileiro se caracterizava por um liberalismo regalista que tinha, entre os seus sustentadores, numerosos expoentes do mundo eclesiástico, que defendiam a autonomia da Igreja local em detrimento do Poder Central Romano. O principal representante desse movimento foi Diego Antônio Feijó, sacerdote e deputado, que foi ministro da justiça em 1831-32, regente do Brasil de 1835 a 1837 e (em 1863) ameaçou conflagrar um movimento cismático, mas não foi apoiado pelo parlamento. Depois do movimento de independência, a posição de Roma em relação à Igreja na América Latina tornou-se extremamente difícil. O Vaticano devia, por um lado, pensar em uma estratégia diplomática para estreitar relações com os novos Estados que pretendiam herdar o padroado da coroa espanhola ou portuguesa (caso do Brasil), e, por outro lado, reorganizar a Igreja local, lutando com as múltiplas realidades eclesiásticas saídas do processo de independência latino-americano, muito mais ligadas ao poder e aos interesses locais do que ao Poder Central Romano (RUSSO, 2006).

A decadência das ordens religiosas e a crise eclesiástica

Uma importante consequência do conflito entre poder político e poder eclesiástico, no século XIX, foi a decadência das ordens religiosas brasileiras, que perdurou até o fim do século. Em 1824, os Agostinianos da Bahia foram submetidos a uma política de fortes restrições, fato que provocou graves problemas a essa ordem missionária. No mesmo ano, os Carmelitas Descalços de Pernambuco tiveram o mesmo destino e, a partir de 1830, também os Capuchinhos da mesma região foram afetados por essa política restritiva. A crise das ordens religiosas se agravou com o passar dos anos e, enquanto algumas congregações sumiam, outras foram obrigadas a vender seus próprios bens para sobreviver à difícil situação de crise, que era, também, de natureza econômica. A ação decisiva no

confronto com as congregações religiosas acontece em 1855 quando José Tomás Nabuco, ministro da justiça, emitiu um aviso que proibia a aceitação de noviços nas ordens religiosas do Brasil. Os efeitos dessa medida foram muito relevantes. Os Franciscanos, que depois da supressão dos Jesuítas, em 1759, retomaram uma parte das missões da Companhia de Jesus, passaram a atravessar uma crise profunda, devido principalmente à sua diminuição numérica. Paralelamente a esta luta conduzida contra as ordens religiosas existentes no Brasil, o governo imperial concedia permissão a outras congregações para entrar em seu território nacional. Esta política era, em parte, coerente com a sua interpretação exclusiva dos direitos do padroado (só o governo imperial poderia decidir o destino e a composição da Igreja brasileira), mas, por outro lado, permitia o enfraquecimento das ordens religiosas consideradas muito independentes, sem privar-se da presença e da obra missionária em setores importantes como o da assistência e o da educação. Deste modo, chegaram quatro congregações que tiveram um papel fundamental na história da Igreja brasileira contemporânea: os Capuchinhos italianos, em 1825; os Jesuítas, em 1842, além dos Lazaristas e dos Salesianos (AZZI, 1982b). A presença missionária no Brasil constituiu, como em todas as realidades eclesiásticas de origem colonial, um elemento importante da estrutura eclesiástica que, adaptando-se à nova situação nascida depois da independência, construiu progressivamente a Igreja nacional brasileira contemporânea. A Igreja e o movimento missionário reencontraram novo vigor com o fim do Império e o advento da República. Em 15 de novembro de 1889, Manuel Deodoro da Fonseca, no comando do exército, se revoltou contra o poder imperial, obrigando Pedro II a renunciar ao trono. Proclamada a República, uma das primeiras reformas foi justamente a separação entre Igreja e Estado, o que se torna lei antes da promulgação da nova Constituição Federal de 1891. Em 7 de janeiro de 1890 foi então promulgada a lei que fornecia o quadro jurídico-político no qual aconteceria a renovação da Igreja e do movimento missionário brasileiro. Foi estabelecida a completa separação entre Igreja e Estado, sendo decretada a abolição do padroado. A lei garantiu a liberdade de culto, aboliu as subvenções para todas as crenças religiosas, reconheceu a personalidade jurídica das comunidades religiosas e aboliu todas as festas religiosas, à exceção do domingo. Na Constituição Republicana de 1891, reafirmam-se a separação entre Estado e Igreja e o fim do padroado. A Igreja estava livre e independente dentro de um Estado republicano que, por sua vez, estava livre de qualquer vínculo religioso. O Estado não tinha mais obrigação de assalarar os religiosos, nem de apoiar economicamente as Igrejas, com exceção das missões, já que estas eram consideradas um importante elemento de estímulo para o progresso do país. Os edifícios religiosos eram isentos de taxas. Nas escolas, foi permitido o ensino religioso. Estas mudanças aconteceram durante o pontificado de Leão XIII que, ainda que não fosse favorável à nova Constituição Republicana, percebeu que a nova situação política e a nova ordem legislativa republicana permitiam à Igreja suficiente liberdade de ação e oportunidades de desenvolvimento. O pontificado

de Leão XIII caracterizou-se por um estímulo renovador, seja do ponto de vista da concepção teológica, seja do ponto de vista eclesial, quanto do ponto de vista diplomático. Esta mudança ocorrida na Igreja Católica durante o pontificado de Leão XIII coincide com o começo de um período de profunda renovação, estrutural e substancial da Igreja brasileira, dando início a uma nova fase e caracterizando de modo indelével toda a sua história futura. Este foi o panorama histórico que caracterizou a renovação da Igreja brasileira e o desenvolvimento do movimento missionário brasileiro até o final do século XIX.

A renovação da Igreja e do movimento missionário no Brasil

O revigoramento da instituição eclesial foi muito importante, e permitiu que o movimento missionário e a Igreja Católica ganhassem nova força¹, ocupando espaço central nas importantes transformações sociais e culturais do fim do século XIX e início do século XX. A partir das últimas décadas do século XIX, o movimento missionário teve um forte incremento. As missões se tornaram uma parte importante e determinante da Igreja, fundamental para a sua participação na criação da sociedade brasileira, com uma grande influência nos âmbitos religioso e cultural. Às congregações historicamente presentes no Brasil (Benedictinos, Capuchinhos, Carmelitas, Dominicanos, Franciscanos, Jesuítas e Lazaristas) juntaram-se, a partir de 1880, outras numerosas congregações missionárias. Em 1883, chegaram os Salesianos que, com ideias renovadoras na área da educação, dedicavam-se aos jovens carentes, filhos de escravos beneficiados com a Lei do Ventre Livre e jovens imigrantes italianos que vinham tentar a sorte no Brasil. Em 1894, chegaram os Redentoristas, fundando vários estabelecimentos missionários nos principais lugares de peregrinação do país: Aparecida e Belo Horizonte, em 1900; Rio de Janeiro, em 1903; Campinas, em 1904; Penha, em 1905; Curvelo, em 1906; e Campos, em 1923. Os Missionários do Sagrado Coração de Steyl começaram a sua obra em 1895. Em 1896 chegaram, no Rio Grande do Sul, os Missionários de São Carlos/Scalabrinianos². Entre 1896 e 1899, começam as missões da ordem Premonstratense, dos Irmãos Maristas e dos Agostinianos. Este fluxo missionário se acentuou ainda nos primeiros decênios do século XX, com a chegada de numerosas congregações: em 1901, os Salvatorianos; em 1902, os Missionários de Notre-Dame de la Salette; em 1903, os padres do Sagrado Coração e os Barnabitas; em 1907, os Irmãos das Escolas Cristãs; em 1910, os Estigmatinos, os Missionários da Sagrada Família e a Congregação dos Espiritanos; em 1911, os Passionistas e os Missionários do Sagrado Coração; em 1912, os Missionários de Notre-Dame de Sion. O movimento se interrompe durante a Primeira Guerra Mundial, mas volta com outra vivacidade em 1919, com a chegada dos Servitas; depois com os Mercedários e os Camilianos, em 1922; com os Missionários de Picpus, em 1925; com os missionários de São Francisco de Salles e os Sacramentinos, em 1926; e com os Maronitas, em 1930.

Deste breve *excursus* histórico, resultam claros alguns pontos fundamentais:

O período Imperial: A) Condiçãoada por uma interpretação rígida do Padroado, a Igreja depende do poder monárquico. É uma Igreja ainda extremamente ligada e condicionada ao poder estatal e que, neste período histórico, foge do controle da hierarquia romana. B) A Igreja Católica vive um período de grave crise que termina somente com o advento da República. C) A crise da Igreja coincide com a crise das congregações religiosas, que viveram um lento e inexorável declínio até o advento da República.

O período Republicano: A) Com a República, tem início um período de renascimento da Igreja Católica, que se concretiza num profundo processo de reorganização e reestruturação. B) Nesta fase, o movimento missionário retoma sua grande importância, o que contribui para a formação e reestruturação da Igreja brasileira. C) Essa retomada coincide com o pontificado de Leão XIII, que se caracteriza por uma visão renovadora da Igreja e do seu papel nos planos social, diplomático e cultural. D) O reflorescimento e a reorganização da Igreja neste período guardam relação com as profundas mudanças sociais e culturais referentes à sociedade brasileira contemporânea.

Trata-se de uma Igreja que passa por um período de profunda crise e que, entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do século XX vê mudar a sua morfologia, tornando-se uma Igreja cada vez menos composta de um clero local e em que cada vez mais prevaleciam religiosos estrangeiros e missionários.

Transformações sociais entre final do século XIX e começo do século XX

As modificações que aconteceram no Brasil nas últimas décadas do século XIX e no começo do século XX foram rápidas e profundas, mudando o país não apenas no plano demográfico, como também econômico, político, social, cultural e religioso. Quando em 13 de maio de 1888 cerca de um milhão e meio de escravos³ se libertaram do seu vínculo de dependência pessoal, o quadro geral no qual a Igreja e os missionários operavam mudou profundamente. A substituição da mão de obra escrava tornou-se um problema fundamental para o mundo econômico brasileiro. Foram os imigrantes que ofereceram a resposta ao problema. Porém, já desde o começo do século XIX, através do sistema de pequenas propriedades, instaladas no interior de núcleos coloniais, o Brasil adotou uma política de imigração, atraindo, sobretudo, alemães. Na região do Rio de Janeiro se encontravam os suíços, em Nova Friburgo, (1818) e os alemães em Petrópolis (1844) e Teresópolis; na região do Rio Grande do Sul moravam os alemães, em São Leopoldo, (1824). No final do século XIX o fluxo de imigrantes interessou também Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo (cf. BETHEL, 1976; ROCHE, 1968; CAVATI, 1973). Um dos primeiros missionários scalabrinianos, o padre Colbacchini, descreve esse fenômeno que ele observa na região de São Paulo:

Foi em 1879 que teve início a primeira colônia, formada por 60 famílias mantovanas, trazidas pelo Sr. Antonio Leme da Fonseca para a sua fazenda localizada em Monte Serrat, ao longo da ferrovia Ituana, em substituição aos escravos no cultivo do café. Imediatamente após, o seu exemplo foi seguido por alguns outros e o próprio Governo da Província implantou, nas cercanias da cidade de São Paulo, as colônias de S. Ana, São Caetano e São Bernardo, perfazendo juntas um total de 150 famílias⁴.

O grande fluxo imigratório que aconteceu entre final do século XIX e início do século XX transformou a fisionomia social e cultural do Brasil. Para se ter uma ideia do impacto imigratório nesse período, entre 1870 e 1930, ingressaram no Brasil mais de cinco milhões de imigrantes. A partir de 1824, identifica-se o início da imigração de colonos alemães para o Sul do Brasil (concentração inicial em São Leopoldo, Rio Grande do Sul) (cf. ROCHE, 1969). Em 1847, os imigrantes alemães começam a instalar-se também no Espírito Santo. Em torno a 1870 começa o fluxo da imigração italiana, que se concentra em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1880 identifica-se o começo da imigração árabe (apesar de poderem ser encontrados registros anteriores sobre a entrada no país de imigrantes árabes, mas é a partir deste momento que o fluxo migratório aumenta). Em torno do ano de 1890 inicia-se a imigração espanhola, que se concentra, sobretudo, na região do Rio de Janeiro. Em 1908 começa a imigração japonesa em São Paulo. Os vários censos da época demonstram o crescimento da população; 9.930.478 (primeiro recenseamento geral do Brasil em 1872); 17.438.434 (censo demográfico de 1900); 30.635.605 (censo demográfico de 1920); 41.236.315 (censo demográfico de 1940)⁵.

Os scalabrinianos são autores de uma importante reflexão sobre a migração no Brasil. Esse trabalho de reflexão, por um lado, nos fornece informações interessantes e, por outro, nos permite apreciar como o fenômeno migratório é considerado parte integrante da memória coletiva desta congregação. Na sua *Storia della Congregazione Scalabriniana*, o padre scalabriniano Mario Francesconi descreve o fenômeno migratório no Brasil como introdução ao terceiro volume do seu trabalho:

Ao longo do decênio 1875-1885 ingressaram no Brasil entre 20 e 30 mil imigrantes ao ano; em 1886, entraram 33.486; já em 1887, ano que sinaliza praticamente o fim do regime escravista, o número se elevou para 130.056 e, em 1888, ano da abolição, chegaram 133.253 imigrantes. Em 1891, as entradas superaram a cifra dos 200 mil. Os que chegaram entre 1887-1891 representaram 14% de toda a imigração. Em 1895 ingressaram 165 mil e, posteriormente, até a data de 1914, a média anual decresceu para 60 mil, porém, com

momentos de pico, sobretudo entre os anos de 1910-1913, tendo este último ano alcançado o montante de 190 mil ingressos (FRANCESCONI, 1975, vol. III, p.5).

Igreja, missões e pastoral com os imigrantes

Se, por um lado, as grandes migrações iniciadas no fim do século XIX representam um fator de grande mudança para a sociedade brasileira (investindo de modo maciço em regiões inteiras do país), por outro lado, a imigração se traduz em um desafio fundamental para a Igreja Católica. Pelo estudo das fontes⁶, torna-se evidente a centralidade que a presença dos imigrantes assume, seja na reflexão sobre a realidade eclesial, seja sobre o significado da evangelização e a responsabilidade pastoral da Igreja⁷. A própria relação entre Igreja Católica e fenômeno migratório torna-se um elemento fundamental da história social, eclesial e cultural do Brasil, sobretudo no fim do século XIX e início do século XX. A Igreja Católica brasileira, que havia acabado de sair de um período de grave crise e estava em fase de profunda reforma e reestruturação, andava recuperando suas energias e querendo retomar seu papel central na organização da sociedade, da cultura, da moral do país. Este objetivo passava inelutavelmente pelo cuidado pastoral dos imigrantes. A centralidade do fenômeno migratório na reflexão eclesial se manifesta claramente na Pastoral Coletiva de 1890, que foi também a primeira na história da Igreja brasileira. Neste documento, Dom Antônio Macedo Costa lamenta a “deficiência de sacerdotes”, insuficientes para cuidar da grande massa de imigrantes⁸. Este é o grande problema enfrentado pela Igreja brasileira nessa segunda metade do século XIX, sentido pelo clero brasileiro e pelos religiosos estrangeiros no Brasil.

Jesuítas, scalabrinianos e o apostolado com os imigrantes

Entre os primeiros a responder concretamente a essa necessidade pastoral está a Companhia de Jesus. Em 1842, os jesuítas missionários espanhóis, na Argentina, entram em conflito com o ditador Rosas que, em 22 de março 1842, emitiu um decreto ordenando a expulsão dos padres missionários. Em 1849, para responder à necessidade pastoral dos imigrantes alemães no Brasil, começaram a chegar jesuítas de fala alemã a São Leopoldo e outras cidades do interior gaúcho. Os jesuítas, por sua atividade missionária secular (ainda que interrompida pela supressão da Companhia) e por sua participação direta na colonização do território, tornam-se um ícone da presença católica no Brasil. Eles mesmos se apresentam como sendo parte integrante da história deste país e, na própria reconstrução histórica da sua participação na fundação das principais cidades brasileiras, destacam as atividades de exploração em território brasileiro e o tributo dos mártires que a Companhia pagou no seu esforço de evangelização⁹. É justamente em virtude da importância histórica da presença jesuíta no Brasil que resulta extremamente interessante o fato de que o retorno da Companhia de Jesus

tenha sido marcado pela nova orientação do trabalho missionário, o qual esteve voltado, em grande parte, à pastoral com os imigrantes. Nas crônicas sobre a missão no Rio Grande do Sul, percebe-se que a chegada de missionários católicos nesta área fazia-se “necessária”, em virtude da presença dos protestantes que, desde a primeira metade do século XIX, vinham sendo acompanhados por seus próprios pastores. Como relata o padre jesuíta Ambros Schup em 1912: “Estamos no ano 1844. [...] A colônia de São Leopoldo contava na época com 5.250 almas, praticamente tanto protestantes quanto católicos. Os protestantes já contavam com seus próprios religiosos alemães, os católicos ainda não (SCHUPP, 2004, p. 23). [...] Já em 1824 encontravam-se em São Leopoldo um pastor protestante, João Jorge (Johann Jörg), a quem o presidente José Pinheiro mandava pagar uma subvenção de 200\$00, portanto, o mesmo que percebiam os religiosos do país” (*Idem*, p. 23, em nota). A atividade dos missionários protestantes faz parte dos “Elementos Hostis” identificados como obstáculos para a obra da missão e para a presença católica no Rio Grande do Sul: “A carência de instrução religiosa por longos anos acarretou, como é compreensível, uma extrema ignorância em questões religiosas. Essa situação foi aproveitada, primeiramente, por emissários das várias seitas norte-americanas, para semear sua funesta seara no chão negligenciado”¹⁰. O padre jesuíta observa que foi fundamental o aporte dos religiosos de “fala alemã”, que chegaram para coadjuvar e substituir os primeiros padres de origem espanhola¹¹. Em 1848, fechadas na Alemanha e Áustria várias casas jesuítas, o geral da Companhia de Jesus, Roothaan, comunicou ao padre Boworoski, provincial da província de Galícia, a decisão de enviar alguns dos padres sem função para a missão do Rio Grande do Sul. O elemento linguístico se manifesta aqui em toda a sua importância, deixando entender como as diferenças culturais tinham grande relevância no universo religioso dos imigrantes¹². Depois dos jesuítas, outros missionários chegaram ao Brasil com o objetivo de desenvolver uma pastoral com os imigrantes. Entre eles se destacam os scalabrinianos, os que mais se especializaram nesse apostolado. Nascida especialmente para se ocupar da pastoral com os imigrantes, a Congregação Missionária de São Carlos (os scalabrinianos) é fruto da reflexão que surge dentro da Igreja Católica, durante a segunda metade do século XIX. O fundador da congregação, Giovanni Battista Scalabrini, representa uma das figuras mais interessantes e ativas do catolicismo europeu do fim do século XIX¹³. Suas origens e a sua formação de sacerdote, advindas da região norte da Itália, foram certamente importantes para a compreensão do fenômeno migratório e para a elaboração da ideia de missão a serviço dos imigrantes. O mesmo Scalabrini escreve que a inspiração lhe veio, um dia, na estação de Milão, repleta de imigrantes “filhos da miséria e do trabalho” (SCALABRINI, 1887)¹⁴. As grandes cidades do norte da Itália, como Turim e Milão, são centros de chegada e de passagem dos imigrantes. Porém, no geral, todo o nordeste italiano é uma terra de migrantes, com milhares de camponeses pobres que abandonam a própria terra em busca de fortuna nas regiões europeias do norte ou nos países além-oceano. Monsenhor Scalabrini conhece bem o problema

das migrações e, em particular, conhece aquele povo de emigrantes da Itália do norte que povoará, até o fim do século XIX, o sul do Brasil. Da documentação examinada percebem-se, por um lado, as perplexidades de Scalabrini ao iniciar e organizar as missões no Brasil, e, por outro, as preocupações do clero local de origem estrangeira, sobretudo italiana, que solicita a chegada de missionários. Em 1886, o sacerdote Pietro Colbacchini informa Roma sobre a “preocupante” situação e sobre as necessidades da vida religiosa dos imigrantes italianos na região de São Paulo¹⁵. Notícias sobre a difícil situação dos imigrantes chegavam também de outras regiões do Brasil. Desta situação também foi informado Monsenhor Geremia Bonomelli¹⁶. É exatamente a Bonomelli que o padre Marcellino Moroni d’Agnadello, sacerdote da região do Espírito Santo, escreve em 5 de dezembro de 1886, narrando o difícil “estado dos colonos emigrados da Europa no Brasil”. Em 28 de março de 1887, os mesmos imigrantes italianos do Paraná dirigiram uma carta a Leão XIII, pedindo ajuda missionária. A ideia de mandar os missionários para os imigrantes no Brasil chega ao Vaticano e, em maio de 1887, Monsenhor Antônio Agliardi escreve à Propaganda Fide sobre o projeto de fundar, na Lombardia, um colégio para prover de missionários os imigrantes italianos no Brasil. Em 19 de julho de 1887, o reverendo Pietro Ambrogio Mazza, da diocese de Cremona, escreve à Propaganda informando sobre a situação de “relaxamento” religioso dos imigrantes italianos no Rio de Janeiro. Em 25 de janeiro de 1889, padre Marcellino Moroni d’Agnadello comunica que também Santa Teresa tem necessidade de sacerdotes para os imigrantes, que conheçam a sua língua e os seus costumes. A questão da língua se revela como um elemento fundamental para esse tipo de obra missionária; frequentemente são os mesmos imigrantes que se dirigem a Roma para ter sacerdotes que os compreendam e falem a sua língua, ou venham da mesma região¹⁷.

Inicialmente, o fundador dos scalabrinianos não se declara favorável ao envio dos seus missionários ao Brasil, já que, segundo Scalabrini, a situação da Igreja brasileira ainda era muito complicada para efetuar esse tipo de obra de apostolado. Em 14 de dezembro de 1889, ele “rechaça o Memorial dos colonos italianos” e escreve à Propaganda sobre a sua perplexidade e, já que “não acredita que seja prudente” mandar os seus missionários, remete a decisão às mãos da Propaganda Fide¹⁸. Na verdade, a partir de 1887-88, Scalabrini começa a pensar no envio de missionários ao Brasil como demonstra uma carta do padre Roller (29 de agosto de 1888) ao sacerdote Hengesbach, na qual se pergunta, em nome do fundador, de poder haver em Piacenza um bom sacerdote de língua alemã: “para enviar ao Brasil em favor de uma colônia de bons alemães, os quais desejam muito ter um sacerdote que falasse a sua língua”. Pode-se supor que a cautela de Scalabrini fosse devida ao tipo de missão que ele tinha em mente para a América do Sul e, em particular, para o Brasil. Uma obra de evangelização entre os imigrantes italianos que respeitasse os particularismos culturais e, possivelmente, reforçasse as ligações patrióticas com a Itália. Um dos requisitos que Scalabrini tinha por fundamental para realizar a missão no Brasil era dar uma

ampla autonomia aos seus missionários, que não deviam depender das paróquias locais. Uma iniciativa deste tipo devia ser bem ponderada e motivada. Fazia-se necessário, não simplesmente o aval do Vaticano, mas preparar a hierarquia local para a aceitação da nova Congregação missionária. Em 15 de novembro de 1887, Leão XIII tinha acolhido a solicitação de Scalabrini, concedendo a liberdade de ação que ele pedia para os seus missionários:

Quanto ao Brasil, se acrescentará que os próprios bispos deleguem diretamente aos missionários acima mencionados os devidos poderes, sem fazê-los depender das paróquias e dos párocos, separando, até mesmo, se necessário for, o território habitado pelos colonos italianos daquele da paróquia, erigindo paróquias separadas que ficarão a cargo dos próprios missionários ¹⁹.

Em 25 de novembro de 1887, é publicado o decreto pontifical que aprova a criação da *Congregação dos Missionários para os Emigrantes*, que assume o nome de Congregação dos Missionários de São Carlos ou Scalabrinianos²⁰. Em 10 de dezembro de 1888, Leão XIII envia aos bispos da América a carta apostólica *Quam Aerumnosa* na qual apresenta oficialmente a nova Congregação e manifesta o interesse de Roma para o problema da emigração²¹.

Em 19 de julho de 1895, Scalabrini envia ao Brasil o padre Brescianni e o padre Faustino Consoni que desenvolvem a sua atividade pastoral no Paraná, entre os italianos, os brasileiros e os poloneses²². Mas já desde 15 de fevereiro de 1895, o padre scalabriniano Giuseppe Marchetti tinha fundado, em São Paulo, um Instituto para meninos abandonados, no bairro do Ipiranga²³. O nascimento das missões scalabrinianas no Brasil é um sintoma de uma nova ideia de missão. Uma missão que dá importância primordial ao elemento cultural e linguístico (como já havia feito a Companhia de Jesus em São Leopoldo), e que põe evidentes problemas do ponto de vista das relações com a Igreja local, uma vez que os missionários scalabrinianos se propõem a trabalhar independentemente da jurisdição diocesana²⁴.

Missão e diversidade cultural: as novas perspectivas do apostolado com os imigrantes

A importância do fenômeno migratório influenciou de modo substancial ao povo dos fiéis destinatários da mensagem da Igreja Católica. A chegada de italianos (de regiões profundamente diferentes entre si do ponto de vista cultural)²⁵, de alemães, espanhóis, suíços, russos, poloneses, ucranianos, japoneses, armênios, libaneses e outros cristãos do Oriente Médio transformou o panorama social, cultural e religioso no qual se construía a nova realidade eclesial (ROSOLI, 1987). O cristianismo brasileiro conheceu, a partir deste período, a variedade confessional do velho mundo mediterrâneo. Chegaram fiéis de Igrejas

“ortodoxas”, como a russa e a ucraniana, e fiéis das Igrejas católicas de rito oriental, os uniatas. Trouxeram para o Brasil os rituais litúrgicos e as tradições religiosas das antigas igrejas orientais, melquita, armênia, maronita. Um aspecto relevante deste fenômeno foi a chegada de um catolicismo variado, resultado das várias tradições religiosas dos imigrantes católicos europeus. O catolicismo brasileiro, fruto da tradição católica ibérica, e caracterizado por aquilo que Hoornaert define como cristianismo moreno (HOORNAERT, 1991), pois entrou em contato com uma multiplicidade de cultos e devoções trazidos pelos imigrantes (poloneses, italianos, tirolese, etc). Os imigrantes chegaram trazendo como patrimônio cultural formas de religiosidade e crenças típicas do seu lugar de origem, seus próprios hábitos e ritos religiosos. As tradições e os elementos culturais religiosos tinham nessas comunidades um papel essencial na conservação da identidade cultural. Em 1904, o padre Bruno da Guillonay descreve o apego dos colonos italianos do Rio Grande do Sul às próprias usanças religiosas:

À exceção de alguns emigrantes que residem nas cidades, é preciso reconhecer que os 300 mil italianos que se encontram no Rio Grande do Sul permaneceram, até o presente momento, muito fiéis à sua religião e às práticas religiosas, sempre que lhes é facultada esta possibilidade. Percebe-se que sentem grande necessidade das festas religiosas²⁶.

Antonio Galioto descreve a importância da vida religiosa entre os imigrantes italianos, indicando, como centro da vida econômica, política, social e cultural, a igreja (GALIOTO, 1987-1990, p. 293-312). A igreja era, ao mesmo tempo, lugar físico de reunião e símbolo de integração a uma comunidade com tradições culturais e linguísticas precisas. Este fenômeno se desenvolveu e se manifestou de modos diferentes nos centros urbanos e nas zonas menos urbanizadas, contribuindo para um enriquecimento enorme da esfera cultural e religiosa. Esse dado é observado também pelo padre Bruno da Guillonay:

Tendo chegado a um país onde só havia florestas virgens, obrigados a prover o necessário e organizar-se minimamente, os imigrantes e suas famílias acabaram deixando totalmente de lado as coisas de Deus. Mas hoje, em todas as paróquias, já existe uma igreja, via de regra bonita, e por vezes muito linda. Além dessa igreja, construíram um grande número de outras pequenas capelas, todas muito aconchegantes nas quais se reúnem aos domingos para rezar juntos, tendo em vista as distâncias que os impedem de ir até a igreja paroquial²⁷.

A igreja e as capelas fazem parte de um processo de sacralização do espaço geográfico dos colonos, símbolos da memória religiosa, elementos de um universo sacro familiar. Ajudam a unir a comunidade, a consolidar os elementos

morais que servem como pontos de referência no universo relacional da vida cotidiana.

Na crônica do padre Ambros Schupp, sobre a missão jesuíta entre os alemães do Rio Grande do Sul, o autor narra que os jesuítas “mandavam vir” da Alemanha livros para instruir seus paroquianos, “entre eles o excelente Goffiné, o muito apreciado Martin Kochem²⁸, legendas de santos, etc.” (SCHUPP, 2004, p. 143). O elemento linguístico representa um componente fundamental da identidade cultural imigrante; ele se encontra em um nível mais consciente e culturalmente sofisticado em produções literárias, mas também nos atos da vida quotidiana, nas relações intrafamiliares e intracomunitárias. A vivacidade cultural da migração italiana no Brasil é testemunhada por uma interessante produção literária em idioma italiano; por um lado, manifestação de uma cultura persistente e resistente (a cultura nativa) e, por outro, de um interessante fenômeno de hibridismo cultural²⁹. Outro interessante aspecto dessa atividade literária foi a produção de uma literatura dialetal que utiliza uma língua chamada *talian* (trata-se de uma língua dialetal, com a prevalência do dialeto vêneto, e elementos de outros dialetos italianos presentes no Rio Grande do Sul, mais vocábulos da língua portuguesa e alterações fonéticas)³⁰. O idioma nativo está relacionado com a memória cultural de antes da migração, como narra muito bem Darcy Loss Luzzato, escritor brasileiro de origem italiana, (ou, melhor dizendo, vêneta), que escreve em “idioma” vêneto³¹. Como explicam Rovilio Costa e Antônio Hohlfeldt, a persistência do idioma ou do dialeto de origem foi fortalecida pela prática religiosa e pelo trabalho dos missionários³². Na segunda metade do século XIX, os missionários católicos (jesuítas, franciscanos, scalabrinianos) desenvolvem uma pastoral que respeita a língua nativa dos imigrantes, fortalecendo as particularidades culturais das diferentes comunidades imigradas. Essa particular atenção para a cultura e o idioma dos imigrados é ditada, originariamente, pela preocupação de preservar a fé católica dos imigrados, ameaçada pela diminuição do sentimento religioso: “Quando a necessidade preme, quanto antes for atendida, muito melhor será, evitando que esta gente ainda não caída em desgraça, não se acostume a viver sem religião ou, pior ainda, sem sentir sua necessidade, como já aconteceu em muitos lugares”³³. Outra preocupação nasce do trabalho das “seitas protestantes” ou do “espiritismo, que põe em prática as suas bruxarias tanto nas casas dos de alta consideração como nas choupanas dos pobres” (SCHUPP, 2004, p. 267). No caso dos imigrantes italianos, mais do que o idioma nacional, assume importância fundamental o conhecimento da cultura e do dialeto regionais. As tradições dessa população de fiéis são variadas e, às vezes, muito distantes das tradições e da cultura dos missionários, que podem chegar de outra região da Europa (mesmo sendo todos católicos e, frequentemente, da mesma nação). Assim como acontece em Santa Teresa (Espírito Santo), onde o cônsul italiano em Vitória, Rizzetto, acha que os poucos resultados conseguidos pelos padres Capuchinos se devem, provavelmente, ao fato de que os missionários sejam sicilianos e os imigrantes vênets e trentinos,

“porque sendo os frades sicilianos, não conseguiram, até o momento, inculturar-se com uma população que apenas fala o dialeto vênето [...] constata-se que sua atuação junto aos colonos, até o momento presente, deixa a desejar” (RIZZETTO, 1905, p. 10). Riolando Azzi lembra que “uma das preocupações fundamentais do bispo Scalabrini, durante a etapa de Unificação Italiana, fora no sentido que não se operasse uma separação entre o sentimento religioso e o sentimento patriótico, de tal forma que a população fosse obrigada a fazer sua escolha entre a Fé ou a Pátria” (AZZI, 1987, p.107). No seu primeiro e mais importante escrito sobre a emigração, Scalabrini trata o problema da migração conjuntamente ao problema das colônias, e afirma:

Como sabemos, a Itália não possui colônias e não apresenta hoje condições de adquiri-las, mesmo após ter sido, durante séculos, rainha dos mares. Poucas nações possuem, de fato, tradições coloniais como a Itália. [...] Entretanto, sem ter que empreender desgastantes conquistas, a Itália poderia encontrar na América um vasto campo para o desenvolvimento de suas colônias, as quais, mesmo não dependendo politicamente da mãe-pátria, como ocorre com as inglesas e francesas, poderiam, contudo, servir de grande vantagem para o desenvolvimento do seu comércio e para exercer a sua legítima influência (cf. SCALABRINI, 1887, cap. V e VII).

Consciente da importância da religião entre as multidões dos emigrantes, Scalabrini acredita que o esforço conjunto das forças católicas e governativas para proteger os migrantes italianos poderia superar as divisões que existem na Itália entre a Igreja Católica e o Governo italiano (*questione romana*). Essa ideia de Scalabrini é uma versão católica daquele pragmatismo que na época caracterizava a política das potências europeias. A própria França, republicana e berço das leis anticlericais, fazia da proteção dos cristãos orientais e dos missionários católicos no Império Otomano e na China Imperial, um importante instrumento de influência política (cf. RUSSO, 1999 e SAAÏDIA, 2005). As afirmações de Scalabrini, que podiam seduzir alguns setores católicos e políticos italianos, não podiam deixar indiferentes o mundo político e a imprensa dos estados americanos, nos quais o imaginário coletivo estava criando a sua própria retórica nacionalista. Em 1904, por ocasião da viagem de Scalabrini ao Brasil e à Argentina, perplexidades e reações se manifestaram abertamente na imprensa brasileira. Em 16 de julho de 1904, *O Estado de São Paulo* escrevia:

Poucos dias faz chegou aqui o bispo de Placência, Itália. Um bispo como os outros, aos quais estamos habituados enviar os importunos a lamentar-se? Não. Este é um pouco diferente. Além de ser muito íntimo ao Papa Pio X, é fundador da Congregação de São Carlos, consta que

vem com uma importante missão do governo italiano, daquele mesmíssimo governo sacrílego que, por ter entrado em Roma, golpeou com canhões e baionetas e foi excomungado por um dos sucessores de São Pedro. [...] Os missionários modernos se interessam de assuntos mais práticos, preocupam-se dos problemas industriais e políticos. Aventuram-se ainda pela Ásia, África e América, mas carregam debaixo dos braços o fuzil carregado e a mala de mercadorias para determinar as zonas de influência das nações colonizadoras, consagrando-se a seu serviço (PESTANA, 1904; cf. COSTA, 2004).

Com personagens como Leão XIII, Giovanni Battista Scalabrini, Geremia Bonomelli, Peter Paul Cahensly³⁴ e Francesca Saverio Cabrini³⁵, o fenômeno das migrações passava a fazer parte da reflexão pastoral da Igreja Católica. No mesmo período, para o Brasil e para a Igreja brasileira tornava-se uma questão fundamental. O novo tipo de missão que os jesuítas e os scalabrinianos desenvolvem, dando grande importância ao elemento linguístico e cultural, representa uma importante novidade, mas abre caminho para grandes problemas nas relações com o mundo político local, com a Igreja local e com o nacionalismo sul-americano. No novo imaginário coletivo nacionalista, em formação no Brasil, não parecia haver espaço, ao menos no momento, para a *italianidade* dos imigrantes invocada por Scalabrini.

Notas

1- Em 1889 havia no Brasil somente 12 dioceses. Leão XIII criou duas províncias eclesiásticas: São Salvador da Bahia (sete dioceses) e Rio de Janeiro (nove dioceses). Pio X aumentou o número de arquidioceses que chegaram a sete. No período de Bento XV e Pio XI, aumentaram as províncias eclesiásticas que chegaram a 17 e as dioceses subiram para 72, mais 19 prelaturas *nullius* e 2 prefeituras apostólicas.

2 - Mas eles já estavam presentes no Espírito Santo (1888-1895) e no Paraná, aonde também chegaram em 1888.

3 - Segundo o censo de 1872. Muito provavelmente o número real excedia esta quantidade.

4 - ACMSCR (Archivio Congregazione Missionaria di San Carlo, Roma), 356/14, *Relazione del padre P. Colbacchini spedita con lettera di accompagnamento a Mons. P. Spolverini*, 19-6-1889.

5 - Sobre a colonização italiana ver DE BONI (1987-1990). Sobre a imigração japonesa ROCHA NOGUEIRA (1984). Mais em geral sobre a imigração no Brasil ver BASTOS DE ÁVILA (1956). Os censos são citados no site do IBGE: *Brasil 500 anos de povoamento*, Site do IBGE, <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>.

6 - Nos arquivos do Vaticano e, em particular, no arquivo da Congregação de Propaganda Fide.

7 - Sobre esse argumento ver o interessante trabalho "Mudanças nas relações entre a Igreja, a sociedade, o estado e o povo dos fiéis" (BEOZZO, 2007).

8 - Dom Antônio Macedo Costa, Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil – Memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos Senhores Bispos (AZZI, 1982a, p. 65).

9 - Chegada ao Brasil com o primeiro governador, Tomé de Souza, a Companhia de Jesus se faz presente nesta região desde 1549. Na Bahia, os jesuítas estão presentes já no período de fundação da cidade de Salvador. Fundam o colégio de Piratininga em 1554 e participam, entre

1560 e 1567, da fundação do Rio de Janeiro por obra de Mem de Sá. Em 1757, a Companhia contava com 631 membros no Brasil. Foi expulsa em 1759, por obra do Marquês de Pombal e Dom José I, rei de Portugal. Em 1773, Clemente XIV dissolve a Companhia. Na América Latina, a maioria das obras ficou abandonada. No Brasil, uma parte dos jesuítas foi substituída pelos franciscanos. Em 1841, quarenta anos depois da sua supressão, o Papa Pio VII restabeleceu a Ordem de Inácio em toda a Igreja.

10 - “Em primeiro lugar foram os religiosos da igreja anglicana. [...] Além dos anglicanos, entram aqui em consideração os metodistas, também procedentes da América do Norte [...] Outra seita que tenta de imiscuir-se insistentemente no estado são os assim chamados sabatistas (adventistas)” (SCHUPP, 2004, p. 265-266).

11 - Em 1869 a missão passou para a jurisdição da província alemã da congregação.

12 - Na sua narração, o padre Ambros Schupp descreve o desenvolvimento das residências e colônias residenciais dos padres alemães: colônias do Vale do Rio Sinos, a Picada Baum e São Miguel dos Dois Irmãos, a Picada dos Portugueses e São José do Hortêncio, São Leopoldo, Nova Hamburgo e Bom Jardim, Porto Alegre, as colônias do Vale do Rio Caí, Montenegro, São Sebastião, Nova Petrópolis, Bom Princípio, São Salvador, Harmonia, Feliz, Vale do Rio Taquari, Estela e Lajeado, Vale do Rio Pardo, Santa Cruz, Pelotas e Rio Grande, São Pedro de Alcântara, São Lourenço, Nonoai (SCHUPP, 2004).

13 - Foi bispo de Placência, diocese na qual entra em fevereiro de 1876. Funda a Escola das Doutrinas Cristãs, a revista *Catequista Católico* e, em 1889, celebra o primeiro Congresso Catequético nacional. Mas foi na pastoral com os imigrantes que o ativismo de Scalabrini deu os seus frutos mais interessantes. Em 28 de novembro de 1887, funda a *Congregação dos Missionários de São Carlos*, em 1889 a *Associação Laica São Rafael*, para a assistência aos imigrantes, e em 25 de outubro de 1895 a *Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos*.

14 - É certo que, durante a sua primeira visita pastoral à diocese de Placência, recolhera dados estatísticos sobre a emigração do Apenino, os quais evidenciaram que quase 12% dos fiéis haviam emigrado da Europa para a América.

15 - APF (Archivio Propaganda Fide, Roma), FSRC (Fondo Scritture Riferite nei Congressi), AMIP (America Meridionale dall'Istmo di Panama), vol. 15, *Lettera di Colbacchini a Propaganda Fide*, 12-08,1886; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Colbacchini a Propaganda Fide*, 29-11,1886.

16 - Bispo de Cremona, personalidade da Igreja católica também muito sensível ao problema da migração. Em 1896, Bonomelli promulgou a carta pastoral *A Emigração* e em 1900 fundou a *Obra de assistência para os italianos emigrados da Europa*, depois denominada *Obra Bonomelli*, que fornecia aos italianos emigrados uma assistência material e religiosa, tanto do lado pessoal quanto missionário (cf. GALLINA, 1974; MARCORA, 1983). 17 - APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Marcellino d'Agnadello a Propaganda Fide*, 5-12,1886; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Indirizzo degli emigrati italiani nel Paraná pel Giubileo del Santo Padre*, 28-03,1887; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Mons. Agliardi a Propaganda Fide*, 27-05,1887; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Pietro Ambrogio Mazza a Propaganda Fide*, 19-07,1887; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Marcellino d'Agnadello a Propaganda Fide*, 25-01,1889; APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Filippo Vergilio*, 1889.

18 - APF, FSRC, AMIP, vol. 15, *Lettera di Giovanni Battista Scalabrini a Propaganda Fide*, 14-12,1889.

19 - APF, Collegi Vari, Collegi d'Italia, 1388, *Lettera di mons. Jacobini a G.B. Scalabrini*, 15-11-1887.

20 - *Acta Sanctae Sedis*, XX (1887), p.305.

21 - LEÃO XIII, “Quam aerumnosa” (em LEÃO XIII, 1889, p. 380-384).

22 - Mas já em 1887, o padre Colbacchini estava morando em Água Verde, perto de Curitiba (ACMSR, 356/19, *Lettera del padre Colbacchini al padre Mantese*, 26-12-1887). Em agosto de 1888 chegaram a Curitiba o padre Domenico Mantese, o padre Giuseppe Molinari e o leigo Vittorio Gabualdi (ACMSR, 356/20, *Lettera del padre Colbacchini al padre Rollerli*, 19-9-1888).

23 - Sobre o padre Marchetti (cf. FRANCESCONI, 1969). Quero agradecer o professor José Oscar

Beozzo que me forneceu um material inédito e de grande interesse sobre este assunto.

24 - As missões scalabrinianas se desenvolveram nos lugares onde havia presença italiana: Espírito Santo (1888-1895 e 1903-1908); Paraná (Santa Felicidade, Rondinha, Campo Comprido, Umbará, Água Verde, Campo Largo, Colombo), Tibagi (1904-1911); Rio Grande do Sul (Encantado, Capoeiras [Nova Prata], Nova Bassano, Protasio Alves, Bela Vista, Anta Gorda, Esperança [Vespasiano Corrêa], Muçum, Nova Brescia, Santa Teresa, São Lourenço de Vilas Boas [Coronel Pilar], Monte Belo, Monte Vêneto [Cotiporã], Guaporé, Bento Gonçalves); além da presença no estado e na cidade de São Paulo.

25 - As mesmas reflexões podem ser feitas para outras nacionalidades: alemães, espanhóis, etc.

26 - ACMSCR, 10/5, *Relazione del padre Bruno da Guillonay sugli italiani del Rio Grande do Sul a Mons. G. B. Scalabrini*, 12-10-1904.

27 - ACMSCR, 10/5, *Relazione del padre Bruno da Guillonay sugli italiani del Rio Grande do Sul a Mons. G. B. Scalabrini*, 12-10-1904.

28 - Goffiné: beneditino alemão (1648-1719). Martin Kochem: capuchino alemão (1634-1712).

29 - Entre 1897 e 1900 foi produzida no Brasil uma série de peças teatrais em língua italiana, que foram também publicadas (cf. HOHLFELDT, 1991; GARCEZ GHIRARDI, 1985; SILVEIRA, 1976).

30 - Outro fenômeno linguístico-literário interessante, diretamente relacionado à presença dos imigrantes italianos no Brasil, foi o nascimento de uma literatura em “português-macarônico”, que imitava o português falado pelos habitantes dos bairros italianos de São Paulo: Bexiga, Brás e Barra Funda. Em 1911, Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (Juó Bananère) começou a publicação de poemas e crônicas nessa particular forma de falar, na revista *O Pirralho*, dirigida por Oswald de Andrade, importante representante do modernismo literário brasileiro (HOHLFELDT, 1991, p. 207). Nos anos 1950-60 esse tipo de “português mal falado dos imigrantes italianos” foi transformado em samba por João Rubinato (paulistano, filho de dois imigrantes italianos de Cavázere, província de Veneza), mais conhecido como Adoniran Barbosa. A sua canção de amor *Tiro ao Álvaro* (1960), magistralmente interpretada e levada ao sucesso nacional e internacional por Elis Regina, utiliza aquele típico “palavreado do povo” paulistano de ascendência italiana, constelado de erros de portugueses.

31 - “Que coisa estranha, mais velho se torna e mais fácil fica retornar a falar o vêneto. Eh sim, diria que seria justo o contrário, porque são os velhos que se esquecem de tudo, não é verdade? Tantos anos passados sem dizer uma só palavra em vêneto e, de repente, como por milagre, se recomeça a raciocinar na língua materna, aquela que havíamos aprendido em nossas casas, como se sempre a tivéssemos falado. Acredito que da língua materna não se esqueça nunca. Ela permanece como que adormentada e, na primeira oportunidade, ela se acorda!” [tradução do original em vêneto] (LOSS LUZZATO, 1975, p.25; cf. HOHLFELDT, 1991, p. 205-212). Mais em geral sobre a literatura dialetal dos italianos do Rio Grande do Sul ver Rovilio Costa (COSTA, R., 1987, p. 256 e *passim*).

32 - Típico exemplo foi o sucesso de *Vita e storia de Nanetto Pipetta*, publicado no jornal *Staf-fetta Riograndese* de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul) entre 1924 e 1925, que narra a vida de um jovem italiano, nascido em 1868, que decide migrar para as Américas e morre no Rio das Antas entre 1886-1888 (cf. HOHLFELDT, 1991; COSTA R, 1987; GARDELIN, 1988; GALIOTO, 1988).

33 - ACMSCR, 356/7, *Lettera del padre Colbachini a G.B. Scalabrini*, S. Paulo, 2-7-1889.

34 - Fundador da União de São Rafael na Alemanha.

35 - Fundadora das Missionárias do Sagrado Coração.

Referências

AZZI, Riolando. Dom Antônio de Macedo Costa – Bispo do Pará, Arcebispo Primaz (1830-1891).

In: *Cadernos de História da Igreja*. N.º 1, São Paulo, 1982a, p. 60-75.

AZZI, Riolando. *Os Salesianos no Rio de Janeiro*. V. I (1875-1884), São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982b.

AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes*. Vol. I, A imigração italiana e os primórdios da obra

- escalabriniana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Paulinas, 1987.
- BASTOS DE ÁVILA, Fernando. *L'immigration au Brésil*. Contribution à une théorie générale de l'immigration. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1956.
- BEOZZO, José Oscar. Mudanças nas relações entre a Igreja, a sociedade, o estado e o povo dos fiéis. In: PAROLIN, Gaetano e LOVATIN, Agostino (ed.). *L'ecclesiologia scalabriniana*. Roma: Urbaniana University Press, 2007, p. 51-71.
- BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro-São Paulo: Expressão e Cultura, 1976.
- CAVATI, João. *História da imigração italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1973.
- COSTA, Gelmino. *Bem-aventurado João Batista Scalabrini*. Centenário de sua visita ao Brasil e à Argentina. São Paulo: Edições Scalabrinianas, 2004.
- COSTA, Rovilio. La letteratura dialettale italiana: ritratto di una cultura. In: VV.AA. *Euroamericani*. Vol. III (La popolazione di origine italiana in Brasile), Turin: Fondazione Agnelli, 1987.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre-Torino: Fondazione Agnelli, 1987-1990.
- FRANCESCONI, Mario. *Storia congregazione scalabriniana*. Roma: Archivio Generalizio Scalabriniano, 1975.
- FRANCESCONI, Mario. *Come una meteora - Padre Giuseppe Marchetti (1869-1896)*. Piacenza: Centro Missionario Scalabrini, 1969.
- GALIOTO, Antônio. O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre-Torino: Fondazione Agnelli, 1987-1990, p. 293-312.
- GALIOTO, Antonio. *Don Giocondo, Vigário dela Zanta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1988.
- GALLINA, Giuseppe. *Il problema religioso nel Risorgimento e il pensiero di Geremia Bonomelli*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1974.
- GARCEZ GHIRARDI, Pedro. *Escritores de língua italiana em São Paulo (1890-1929)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, São Paulo, 1994.
- GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Fontes literárias. Porto Alegre-Caxias do Sul: Est/Educs Fondazione G. Agnelli, 1988.
- HOHLFELDT, Antonio. La letteratura di lingua italiana in Brasile. In: MARCHAND, Jean-Jacques. *La letteratura dell'emigrazione*. Gli scrittori di lingua italiana nel mondo. Turin: Fondazione Agnelli, 1991, p.205-212.
- HOORNAERT, Eduardo. *O Cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LEÃO XIII. *Leonis P. M. Acta*. V. 3, Roma, 1889.
- LOSS LUZZATO, Darcy. *Ghen'avemo Fato Arquante...*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto ed., 1975.
- MARCORA, Carlo (ed.). *Carteggio Scalabrini-Bonomelli 1868-1905*. Roma: Studium, 1983.
- MECHAM, J. L. *Church and State in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1966, p. 262.
- PESTANA, Paulo R. O Quirinal e o Vaticano: uma aliança contra a nacionalidade brasileira! In: *O Estado de São Paulo*. 16/7/1904.
- RIZZETTO, R. Colonizzazione italiana nello stato di Espírito Santo (Brasile): Rapporto del cavalier R. Rizzetto, R. Console d'Italia a Vittoria - agosto 1904. In: *Bollettino dell'Emigrazione*. N°7, 1905, p. 10-13.
- ROCHA NOGUEIRA, Arlinda. *Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1996.
- ROSOLI, Gianfausto (ed.). *Emigrazione europee e popolo brasiliano*. Roma: CSER, 1987.
- RUSSO, Maurizio. Benoît XV: le pape de la paix. Aux racines du pacifisme catholique. In: PETRICIOLI, Marta e CHERUBINI, Donatella (ed.). *For Peace in Europe. Institutions and*

- Civil Society Between the World Wars*. Bruxelas-Freiburg-Manchester: Peter Lang, 2008.
- RUSSO, Maurizio. Iglesia y Estado en América Latina en el siglo XIX: El Salvador entre independencia y construcción nacional. In: *Crisol*. Nouvelle Série, nº 10, 2006, p. 167-182.
- RUSSO, Maurizio. La politique de protection des intérêts chrétiens en milieu non-chrétien. In: HUMMEL, HINTILIAN e CARMESUND (ed.). *Patterns of the Past, Prospects for the Future*. The Christian Heritage in the Holy Land. London : Melisende, 1999, p. 32-53.
- SAAÏDIA, Ossila. L'anticléricalisme article d'exportation? Le cas de l'Algérie avant la première guerre mondiale. In : *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N° 87, 2005/3 (Laïcité, séparation, sécularisation 1905-2005), 2005, p. 101-112.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *L'emigrazione italiana in America*. Piacenza: Tip. Dell'amico Del Popolo, 1887.
- SCHUPP, Ambros. *A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004 (O texto que utilizamos é a edição contemporânea do trabalho do padre Schupp, que foi redigido entre 1908 e 1914).
- SILVEIRA, Miroel. *A contribuição italiana ao teatro brasileiro*. São Paulo: Quíron/mec, 1976.

RESUMO

Este artigo representa a primeira parte de uma pesquisa *in fieri* abrangendo, *grosso modo*, da Primeira República brasileira até a Primeira Guerra Mundial, durante os dois pontificados de Leão XIII e Pio X. O fim da escravidão, o início da imigração no fim do século XIX e a República motivam um profundo processo de reorganização e reestruturação da Igreja Católica brasileira, com a chegada de contingentes estrangeiros que transformam o panorama social, cultural e religioso e constituem uma nova realidade eclesial. A introdução de tradições religiosas dos imigrantes traz novas exigências pastorais quanto à assistência religiosa e material, concentrando a atenção e o debate. Ocorre a organização das missões segundo um princípio linguístico, a evangelização nos idiomas originários dos imigrantes, com fortalecimento de identidades nacionais, costumes e tradições típicas dos lugares de origem. Jesuítas, Scalabrinianos e Capuchinos são os primeiros e mais ativos nesse tipo de missão.

Palavras-chave: religião; imigração; ordens religiosas.

ABSTRACT

This article represents the first part of an *in fieri* research which roughly extends chronologically from the First Brazilian Republic to World War I, overlapping with the pontificates of Leo XIII and Pius X. The end of slavery, the beginning of immigration and the Republic bring a profound process of reorganization and restructuring of the Catholic Church, with the arrival of foreigners who change the social, cultural and religious landscape, and the building of a new ecclesiastical reality. The introduction of religious traditions of immigrants introduces new pastoral demands emanating from this host of new believers and their needs in terms of religious and material assistance, drawing attention and debate to the Catholic church. Missions were organized according to a linguistic principle, and the evangelization was carried out in the language of the immigrants, which stimulated the strengthening of national identities, customs and traditions that were typical of their homelands. Jesuits, Scalabrinians and Capuccinos were the first and the most active in this type of mission.

Keywords: religion; immigration; religious orders.

Memórias de gênero. A construção de uma *ídischkeit* imaginária no Brasil

*Joana Bahia **

A Associação Scholem Aleichem e a Casa do Povo

A Associação Scholem Aleichem (ASA)¹, instituição de cultura ídiche², foi fundada em 1964, a partir da Biblioteca Scholem Aleichem (BIBSA), criada em 1915 (e deslocada, em 1956, da Praça Onze para a Cinelândia), por imigrantes judeus da Europa Oriental, oriundos de uma imigração pós-pogroms ocorridos durante a guerra civil nas regiões do Império Czarista. Muitos deles vieram por motivos econômicos, mas, os principais fatores para o seu deslocamento foram as ditaduras na Polônia, Hungria e Romênia, a crescente ascensão do antissemitismo, e suas militâncias nos partidos comunistas e no *Bund*³ (Confederação Geral dos Operários Judeus de Lituânia, Polônia e Rússia).

Como ativistas da esquerda europeia e nacional, fundamentais na consolidação de redes de solidariedade e sociabilidade judaica, e com forte papel político na sociedade nacional, eles eram majoritariamente simpatizantes das causas sociais. Lutavam pela preservação de sua língua original (ídiche) e de sua cultura progressista, embora buscassem integração com o povo brasileiro em sua luta pela emancipação econômica, política e social.

Os articulistas do boletim da ASA possuem uma vasta rede de contatos internacionais, especialmente com as instituições que ainda compõem a Associação Cultural Judaica (ICUF ou YKUF – *Idisch Kultur Farband*). Em junho de

* Doutora em Antropologia Social, Museu Nacional/PPGAS; Pesquisadora Associada ao Niem/IPPUR e prof^a. adjunta da UERJ.

1935, em Paris, foi realizado o congresso dos escritores antifascistas, conclamando os intelectuais de todo mundo contra a luta fascista. A parcela judaica ali presente, organizadora do evento de Paris, deu início à formação da ICUF, que seria responsável pela luta contra o antissemitismo, de acordo com as especificidades culturais de cada comunidade, buscando ampliar a cultura judaica laica progressista, visando a uma ideia de *justiça social e liberdade*. A ICUF ainda atua no Brasil (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo), Uruguai e Argentina, sendo representada por instituições judaicas com um mesmo perfil de esquerda que a ASA. Tanto esta quanto o ICIB apresentam o mesmo perfil social e institucional, e pertencem à chamada ICUF, organização mundial criada em 1935.

Nos anos 1920, os judeus de esquerda, chamados de *roitzers* (vermelhos), haviam criado várias instituições com orientações políticas semelhantes, dentre as quais destaco aquelas situadas no estado do Rio de Janeiro: a Biblioteca David Frishman, em Niterói; o Colégio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem; a escola Israelita Brasileira Eliezer Steinberg; o Colégio Hebreu Brasileiro; a Cozinha Popular da Praça Onze – a Árbeter Kich (Cozinha do Trabalhador); o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR); o Centro Obreiro Brasileiro Morris Wintschevsky; e a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas Froien Farain.

Em São Paulo, nos anos 1920, imigrantes oriundos do *Bund* fundaram, no bairro do Bom Retiro, o clube *Tsukunft* (futuro), que desenvolvia atividades culturais e políticas. Nos anos 1930, ele passa a se chamar *Yugend Club* (clube da juventude) e cria uma biblioteca, o grupo de teatro *Dramkrais* (grupo dramático) e o coro Schaeffer. Nos anos 1940, a entidade passa a se chamar Centro Cultura e Progresso, e constitui parte da ICUF. Em 1953, é inaugurado o prédio Palácio da Cultura, também chamado de *Casa do Povo*; isto é, o ICIB (Instituto Cultural Israelita Brasileiro), fruto de uma homenagem aos seis milhões de judeus vítimas do Holocausto.

Todas essas instituições possuíam periódicos⁴, fundavam suas próprias escolas e clubes, e também promoviam atividades (*leienkrainz*/círculos de leitura e *dramkrainz*/círculos dramáticos/grupos teatrais) que visavam não apenas à integração com as sociedades locais, mas ao aprimoramento cultural do ponto de vista do campo socialista. Os boletins da ASA, escritos até os dias de hoje, são parte de um legado de uma imprensa que abrange jornais como *Nossa Voz* e *O Reflexo*. Ambos são publicados em ídiche e em português, e produzidos pelos articulistas do ICIB e da ASA, entre 1940-1964, e entre 1947-1956, respectivamente. A base de inspiração cultural e política, para os articulistas de ambos os jornais – isto é, suas fontes de leitura e reflexão –, residia nos jornais de circulação internacional, especialmente aqueles escritos na língua ídiche, bem como nos jornais comunistas brasileiros. Também constitui parte deste legado a troca de informações entre a referida imprensa e aquela produzida na ICUF da Argentina e do Uruguai. Neste artigo, tratamos da vanguarda pedagógica presente na atuação de suas ativistas na formação do Colégio Scholem Aleichem, na cidade de São Paulo.

A importância das ativistas na construção de uma proposta escolar

Muitas mulheres se destacaram pela sua intensa participação política. Blay (1989) mostra que a perseguição a militantes e não militantes, como Rivka Gutnik e Jenny Gleizer, e seus familiares, resultou em mortes e deportações. Ser judeu significava ser comunista, sendo que Gleizer, que não era militante, foi tomada como tal por ser judia. No caso de Rivka, é relatada a invasão à Cozinha Operária (*Árbeter Kich*), que funcionava na Praça Onze, na cidade do Rio de Janeiro. Neste episódio, muitos judeus foram presos como comunistas pela polícia política de Getúlio Vargas, a partir de denúncia de um delator da própria comunidade. A autora mostra que os jornais da época, ao noticiarem as prisões, por vezes acrescentavam o apodo “judeu” ou indicavam algo com *Wolf*, o romeno, sem colocar o sobrenome, ou, ainda, sem definir a nacionalidade (cf. *Op.cit.*, p. 114).

Não obstante a importância das mulheres, na luta armada e na participação política mais ampla, elas também foram fundamentais na construção de uma rede de colaboração aos refugiados de guerra, sobretudo, às viúvas e às crianças, e, especialmente, na formação de uma rede de ensino, além de demais atividades dessas instituições.

A Associação Feminina Israelita Brasileira, AFIB, antiga *Vita Kempner* (luta da vida), foi criada por um grupo de mulheres imigrantes, detentoras de uma forte consciência política formada; nem todas eram ligadas ao movimento comunista, mas sim, atingidas pelo fascismo europeu depois da Primeira Guerra Mundial. Esse grupo se reunia com o objetivo de colaborar com o empreendimento da Cruz Vermelha em socorro às vítimas da Guerra. Buscando dar continuidade ao trabalho de solidariedade aos órfãos e mutilados do pós-guerra, elas se organizaram em comissões por alguns bairros no Rio, regiões e estados do Brasil, mantendo também contato com outros países. A sua primeira finalidade foi ajudar os “órfãos de guerra” (associação perdurou até 1952), e só depois se deu a criação da colônia *Kinderland* (1950). Conforme depoimento das primeiras ativistas: “Assim, nós reunimos mulheres que queriam participar nessa ajuda aos órfãos. Ligamo-nos a organizações europeias que faziam esse trabalho. Uma delas foi a Union de Paris. Quem nos ajudou muito foi o YKUF (*Idicher Kultur Farband*). Através do YKUF, nós juntávamos roupas e dinheiro.”

O referido grupo desenvolvia várias atividades culturais – como Círculo de Leitura (o *Lein Kraizn*), encontros nacionais, debates sobre a ordem social vigente e a cultura –, e também participava das atividades da BIBSA, além de angariar contribuições financeiras para o jornal *Unzer Stime* (Nossa Voz).

Os círculos de leitura eram organizados por temas políticos e havia um debate ávido sobre o mundo pós-guerra, inspirado em artigos da imprensa nacional e internacional e da literatura ídiche. Entretanto, nas épocas de maior perseguição política, as leituras passaram para temas *mais literários*. Paralelamente às atividades da AFIB, existia também o *clubinho I Peretz*, no qual

adolescentes a partir de 13 anos participavam de atividades culturais (teatros, cinemas, palestras) seguidas de amplo debate.

Em 1950, a primeira colônia de férias reuniu 65 crianças em um hotel em Lindóia, Minas Gerais, visando ser, inicialmente, assistencialista com crianças vítimas da guerra – ideal este trazido por Lea Goldenstein, quando esteve em Paris. Em 1952, em Congresso Nacional, resolveu-se fundar uma Colônia de Férias com o nome de *Kinderland*, que, composta por coordenadores, monitores e colonistas, organizou um curso de formação, procurando transmitir conhecimentos sobre a criança, as atividades a serem desenvolvidas e o espírito de coletividade; isto é, uma ideia de grupo, de convivência grupal como um *shtetl* (aldeia).

Uma escola em construção. Por uma ideia de coletividade

A luta entre setores ídichistas e socialistas nas instituições judaicas cariocas também encontrava resistência por parte das correntes hebraístas/sionistas. Lembramos que a formação de uma rede escolar judaica provocou um confronto entre sionistas/hebraístas e anti-sionistas/ídichistas, o que torna evidente que diferenças políticas eram expressas através de diferenças linguísticas e culturais, as quais se refletiam nos distintos sistemas de ensino e nas diferentes instituições formadas por cada segmento da comunidade.

Podemos observar de que modo a história das suas escolas, colônias e grupos de atividades estão relacionadas ao modo como os segmentos sionistas e socialistas, existentes na mesma comunidade, diferenciavam-se internamente.

Apesar de não se identificarem com o rótulo de “sionistas”, eles viam o Estado de Israel como um lugar para a cultura judaica e para a crença numa experiência de revolução universal/internacional – crença esta baseada em seus ideais comunistas. Para esses segmentos, a fundação do Estado de Israel é um fato laico, sendo entendido como um encontro das várias e milenares diásporas da cultura judaica; um ponto de encontro no qual poderiam desenvolver tudo aquilo que foi impossibilitado pelas perseguições sofridas.

Vemos, portanto, que eles não concordavam com os sionistas da própria comunidade, que tinham uma orientação mais religiosa e mais restrita, no que diz respeito à interação com outros segmentos não judaicos. E tampouco concordavam com as demandas dos movimentos juvenis *Hashomer Hatzair* e *Dror*, surgidos no Brasil na década de 1940, período de maior mobilização da comunidade em torno da criação do Estado de Israel.

Os ativistas da ASA e do ICIB também tinham como espelho para a construção de sua identidade, os demais movimentos juvenis judaicos, que competiam entre si na busca de novos adeptos. Suas diferenças ideológicas e políticas eram acentuadas publicamente, com discussões acaloradas. O *Dror* divergia do *Hashomer Hatzair* – outro movimento juvenil, ligado ao partido israelense *Mapam* (Partido Obreiro Unido) – por este ser favorável a um Estado binacional árabe e judeu, socialista e politicamente ligado à União Soviética. O *Dror* era contrário a qualquer ideia de ligar-se ao bloco comunista, ou mesmo

de tomar partido por qualquer dos blocos antagônicos (EUA e URSS) durante a Guerra Fria.

Não obstante o *Hashomer* ser mais próximo dos ativistas da ASA e do ICIB, devido aos ideais socialistas, havia discordância entre eles quanto aos desdobramentos da política de Israel. Encontramos estas críticas especialmente nas matérias sobre os *kibutzim*, produzidas pelos jornais *Nossa Voz* e *O Reflexo*, expoentes da imprensa do ICUF. Os partidários do *Hashomer* concordavam que os ideais socialistas deveriam ser implantados em Israel; portanto, para seus ativistas, era fundamental transmitir uma educação judaica e promover uma luta contra a assimilação nas diversas comunidades da Diáspora – elementos que distanciavam seus ativistas dos propósitos pertencentes à ASA e ao ICIB.

Não obstante a importância do ídiche, para a cultura e vivência política judaicas da Europa Oriental, Sendacz (2005, p. 21) nos lembra que o ídiche era uma língua desprezada pelo movimento sionista, como sendo a língua do exílio (*galut*), que simbolizava a imagem de um judeu “medroso e fraco”; ou seja, o ídiche expressava a mentalidade da Diáspora. Em contrapartida, o hebraico era considerado, pelas correntes mais sionistas, a língua do Estado Judaico, que não mais refletia o universo da Diáspora vivido pela maioria das populações judaicas.

Segundo depoimento de Max Altman, a comunidade judaica de São Paulo foi cada vez mais se aproximando do sionismo; e as posições políticas críticas tornaram a Casa do Povo uma voz isolada na política comunitária – o que mostra que o colégio era mantido pelas contribuições de seus ativistas, não tendo apoio material por parte das demais instituições. Nesse período, destacamos o papel de Elisa Abramovich, como uma das lideranças fundamentais na concepção da escola e das demais atividades da Casa do Povo.

Elisa Abramovich foi líder comunista, e, em 1947, elegeu-se vereadora pelo Partido Socialista Trabalhista, em São Paulo, mas não chegou a tomar posse. Em 1948, antes da cassação, a bancada comunista era a maior de todas na Câmara de Vereadores. Os comunistas considerados ilegais buscaram outras legendas.

Abramovich ingressou na Ofidas (Organização Feminina Israelita de Assistência Social), entidade que cuidava dos judeus sobreviventes do Holocausto, e que também recebeu judeus egípcios, vindos do governo Nasser, e de vários países árabes, como Argélia e Marrocos, além de judeus russos. Abramovich morreu em 1963, aos 42 anos de idade, deixando um legado vital na constituição da escola Scholem Aleichem, que dirigiu entre os anos de 1958 a 1962. Sua forte presença no colégio conferiu ao mesmo as características que marcaram a sua história. Autodidata, sua experiência na militância comunista incitou a necessidade de unir teoria à prática, rompendo com o sistema de educação formal.

O Colégio Scholem Aleichem (CSA) foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 1928, por um grupo de ativistas da Biblioteca Scholem Aleichem (BIBSA), que visavam criar um educandário capaz de transmitir, além das matérias obrigatórias do currículo oficial brasileiro, a perpetuação dos seguintes elementos da cultura

judaica: o idioma ídiche, a história do povo judeu numa perspectiva histórica e não religiosa, o laicismo, o humanismo, e o “progressismo” –; sempre com a perspectiva de formar cidadãos capazes de perceber o judaísmo enquanto identidade cultural, mas, ao mesmo tempo, agentes integrantes da cultura local, de modo a participarem das lutas, das conquistas sociopolíticas das sociedades em que estavam inseridos.

O mesmo ideário estava presente no CSA de São Paulo, criado em 1949: isto é, buscar a disseminação dos “ideais antifascistas e progressistas no cenário social brasileiro, por meio de uma educação pluralista e inovadora”; perfil mantido até o encerramento de suas atividades, em 1981.

Podemos considerar que os principais ativistas e seus sucessores viam no Colégio um veículo importante de transmissão, entre as gerações, dos valores imensuráveis da *cultura ídichista*, visando à “libertação, a conscientização do indivíduo para as causas reais e sociais da injustiça”. Neste sentido, eles buscavam um caminho paradoxal à assimilação à sociedade brasileira, sem, entretanto, *abrir mão* da preservação de uma cultura progressista originária da Europa Oriental.

História era uma das disciplinas mais importantes do currículo e a que melhor se relacionava às demais, com muitos exemplos comparados à realidade brasileira. O depoimento de Fanny Abramovic, ex-diretora do Colégio Scholem Aleichem de São Paulo, mostra que a ideia de libertação, presente na história do *Pessach*, está associada à Abolição da Escravatura no Brasil e à Inconfidência Mineira, e, especialmente, ao papel libertador de Tiradentes, no Brasil. Em ambas ideias, associava-se a concepção de liberdade como parte de um processo de justiça social. O *Purim* – a libertação dos judeus da tirania de Haman (o grão-vizir persa) pelas artes da rainha Ester – ligava-se ao Carnaval, assim como a *Chanuká* – a revolta dos macabeus contra o império macedônico, de Alexandre, o grande – relacionava-se às festas de fim de ano, Natal e Ano Novo (CHARNIS et al., 2008, p.39).

No currículo escolar, a ênfase era dada à história do povo judeu, à literatura ídiche e ao domínio do idioma. A celebração das festas judaicas ressaltava o caráter combativo e os valores de liberdade associados a uma leitura histórica da tradição, que em nenhum momento se “descolava da realidade brasileira”.

O Colégio era judaico. Entretanto, por apresentar um alto nível educacional, era frequentado também por alunos de diferentes origens, muitos não apenas moradores da região, mas de diferentes áreas da cidade; assim, havia também judeus alemães, descendentes de italianos moradores do bairro do Bom Retiro, e brasileiros. Muitos procuravam o Colégio por ele estar situado entre os melhores da época, concorrendo com as escolas consideradas de vanguarda; e, além disso, pelas afinidades com o ideário do partido comunista, sendo que muitos filhos de ativistas do partido foram ali acolhidos por questões de segurança.

Luedemann (CHARNIS et al., 2008) mostra que o método de Anton Makarenko, pedagogo ucraniano que viveu entre os anos de 1888 e 1939, e presenciou a derrubada do império czarista e da dominação da Ucrânia, além

da Revolução Russa, era um dos fundamentos pedagógicos do Colégio. Nesse sentido, a leitura e o registro dos seus leitores constituem um meio de recuperar a interpretação histórica e compreender como estes se apropriaram e recriaram um modo pedagógico de pensar uma escola considerada vanguarda.

Ainda segundo a autora acima mencionada, tanto Elisa, quanto sua filha, e também educadora, Fanny Abramovic, foram imbuídas da leitura de Makarenko e se inspiraram em suas ideias de *processo* e de *jogo*, para o desenvolvimento do trabalho na escola. A autora, ao tratar a ideia de *processo*, mostra que a organização do coletivo de educadores e de alunos é baseada nos conflitos do cotidiano, propondo a educação inclusiva (todos os grupos étnicos, sem dogmatismo religioso e sem intolerâncias) e a necessidade do debate pedagógico, ao invés do dogmatismo teórico.

O conceito de *jogo* é visto como a educação pode ser pensada no seu aspecto lúdico, e de extrema importância para o desenvolvimento de cada criança e para a vida da coletividade. As ideias de processo e liberdade de criação são conceitos chaves para a compreensão, não somente da leitura de Elisa e Fanny Abramovic sobre Makarenko, mas também se desdobram em várias percepções e atitudes de diversos profissionais atuantes no Colégio.

Em vários depoimentos, depreende-se que a “escola não invocava teorias pra ensinar. Não se pendurava nelas. As coisas iam sendo feitas na hora. Não era na improvisação. Era um sistema que exigia o conhecimento flexível da área específica, que esperava um determinado tipo de envolvimento político – estávamos no começo de um período.”

A concepção de processo está sempre presente, como o atesta um dos depoimentos: “Foi ali que aprendi na prática o que haviam tentado me transmitir nas aulas de didática, de maneira antididática.” Se Makarenko, em *O poema pedagógico*, não traz fórmulas, e sim, narrativas de processos, as experiências vividas no Scholem reivindicam para si essa potência.

Além de Makarenko, o Colégio tinha também a literatura ídiche como grande referência. Juntamente com Scholem Rabinovitch, temos I. L. Peretz e Mendele Mocher Sforim (1836-1917), os três clássicos da literatura ídiche, lembrados e acionados como símbolos étnicos desse segmento da comunidade judaica. Sua literatura, suas trajetórias de vida e suas histórias são lembradas como parte desse patrimônio linguístico e político⁵. Seus personagens são provincianos, quixotescos, cômicos, e reagem de modo *por vezes infantil*, porém impetuoso, às mudanças de várias ordens que adentram as suas vidas.

Scholem Rabinovitch, considerado o *Mark Twain judeu*, o cronista dos *shtetls*, que elevou a língua à condição de um idioma *universal*, retratou a tragédia de seu tempo, especialmente a vida judaica da passagem do século XIX, e início do século XX; como também a realidade da Rússia czarista e do antissemitismo, dos *Pogroms* e das transformações sociais e políticas vividas pelos judeus de todas as cidades do Leste Europeu, que ele chamava metaforicamente de *Kasrilevke*.

Um de seus personagens mais célebres é Tevie Der Milchiker, morador de

uma aldeia e judeu simples, mas de *natureza filosófica*, por meio do qual o autor retrata um povo com uma visão humorística do mundo e que ri de si mesmo. Não obstante ser um judeu tradicional, o personagem não está ausente das mudanças do mundo e busca compreender a influência das ideias socialistas sobre as novas gerações, ao aceitar o casamento de sua filha com um jovem que é preso e exilado na Sibéria. Quando é expulso da sua aldeia pelo regime czarista, o personagem assiste à barbárie com olhar irônico e com desprezo pela insignificância humana de seus opositores, indagando-se de que modo toda essa cultura é vivida por aqueles que contribuíram para a formação das futuras gerações?

O perfil da escola também se delineia nos depoimentos de professores, como Tatiana Belinsky e Ilna Ortega, respectivamente professoras de teatro e música. A primeira, reconhecida autora de livros infantis, era contadora de história e frequentadora das atividades do Scholem. A segunda era professora de iniciação musical. A música era complementar às demais disciplinas, e era o elemento principal, pois “se ensinava música, fazendo música”; nesse caminho, as crianças vivenciavam aquilo que a professora Ilna queria que os alunos aprendessem: “aprender música era aprender a ser um bom ouvinte e a se deliciar com a música, educando os sentidos para a diferença entre barulho e som”.

Para muitos, a escola era uma extensão da casa; um patrimônio que lhes era familiar. Muitas famílias chegaram a São Paulo nos anos 1920, sem dinheiro, mas cheias de ideias e livros. Belinsky, que chegara ao Brasil falando russo, ídiche e alemão, lembra que era apaixonada por Scholem Aleichem, desde seus quatro anos de idade. Em sua casa, a mesa do jantar era uma “mesa redonda”, onde não havia temas proibidos: discutia-se de política a literatura. Belinsky lembra que seus pais discutiam e divergiam o tempo todo, e que isso criou sua “panorâmica sobre o mundo”, pois ela pensava que não obstante serem tão diferentes, ambos tinham razão.

Muitas vezes, exercer essas atividades e viver nessas instituições não está dissociado da própria vivência dos fatos históricos, e muitos relatos memorialistas acentuam essa dimensão dos participantes de uma história simultaneamente nacional e internacional, marcada por uma contraditória vocação para a Diáspora; pois, ao mesmo tempo em que eles revivem todo um modo de ser da cultura judaica oriental diaspórica, veem-se como judeus brasileiros, assimilados a uma sociedade para a qual contribuíram com seu ethos do trabalho e com a formação de uma intelectualidade cultural e política.

Cabe lembrar que Glazer e Moynihan (1975) ressaltam o uso de aspectos étnicos como fundamentais para a obtenção ou defesa de objetivos políticos comuns. Ambos autores mostram que a etnicidade não é apenas um instrumento para se lutar pelos interesses, mas sua efetividade está no fato de que, além de ser um instrumento adequado para tanto, ele também combina e mobiliza laços afetivos.

Nesse sentido, tratar da importância de instituições que ressaltavam uma escrita e cultura ídiche enfatiza o forte caráter político que a mesma possuía

em seu contexto original, e o modo como este é apropriado pelos imigrantes e seus descendentes no contexto brasileiro. Cultura e política são, portanto, palavras pensadas e vividas como indissociáveis por esses ativistas, tanto em suas entrevistas, quanto nos seus escritos sobre a história que refazem de seu próprio grupo.

Notas

1 - Neste artigo, denominaremos a Associação Scholem Aleichem sob a sigla ASA; a Biblioteca Scholem Aleichem, como BIBSA; o Instituto Cultural Israelita Brasileiro, como ICIB; a Associação Feminina Israelita Brasileira, como AFIB; e o Colégio Scholem Aleichem, como CSA.

2 - Vemos a importância do uso da língua na definição identitária deste segmento, no interior da comunidade judaica mais ampla. O termo ídiche origina-se de *Jüdisch*, que, em alemão, significa judaico. Para Guinsburg (1996), além do hebraico, o ídiche, também chamado de *Taytsh*, é a língua primordial que define a identidade dos judeus. Muito apropriadamente, ele a define como “uma língua errante”, ou uma “língua passaporte”. O ídiche, *dialeto judeu-alemão*, predomina entre os *aschkenazi* da região europeia-ocidental e europeia-oriental, incluindo o *pale* (zona de residência obrigatória para os judeus russos). Os homens eram educados no hebraico, a língua dos livros sagrados, aos quais as mulheres, assim como os menos letrados, não tinham acesso. O ídiche era falado pelas mulheres e se tornou a língua popular, usada em família; a forma de comunicação com os filhos; a língua do cotidiano. A escrita do ídiche se fez com caracteres hebraicos. O autor afirma que o ídiche, mais o hebraico e o aramaico, são a base do “universo cultural construído na esfera de *Aschkenaz*”, e que ele “se torna componente estrutural desta sociedade” (GUINSBURG, 1996, p. 32-33). Assim como se usou o hebraico juntamente com o aramaico e o ídiche, outras línguas também foram sendo incorporadas. No ramo sefaradita, o ladino teve o mesmo papel de expressão cultural escrita e oral. Cabe apenas ressaltarmos que, atualmente, o ídiche é também falado pelos membros do movimento ortodoxo *Naturei Karta*, originado de judeus húngaros e lituanos que se estabeleceram na cidade velha de Jerusalém, no século XIX. Seus participantes se afirmam como contrários ao sionismo que culminou na criação do estado de Israel, sendo possível a existência do Estado somente com a chegada do Messias. Eles não usam o hebraico no cotidiano, por considerarem-no estritamente sagrado, mas sim o ídiche. Muitos deles são letrados no velho aramaico dos livros de estudos e orações. Para maiores informações sobre o *Naturei Karta* e seu recente e polêmico apoio à conferência do Irã, que questionou o Holocausto, ver matérias de jornais, especialmente do Jornal *O Globo*, do dia 17 de dezembro de 2006.

3 - Segundo Finzi (1982, p.291), em 1897, temos a fundação do *Bund* (Confederação Geral dos Operários Judeus de Lituânia, Polônia e Rússia), fato que expressa a notável presença judaica no nascimento do movimento socialista e da organização da classe operária russa.

4 – O Boletim em ídiche *Der Unhoib* (O Começo), publicado no estado do Rio de Janeiro; os jornais *Unzer Shtime* (Nossa Voz) e O reflexo, em São Paulo (este último, escrito todo em português, mas com matérias sobre o ídiche e alguns pequenos textos em ídiche); o jornal *Unzer Frint* (Nosso Companheiro), no Uruguai, e *Di Presse* (A Imprensa), na Argentina.

5 - Em 1978, Isaac Singer, considerado prêmio Nobel de literatura, escrevia inicialmente em ídiche, antes de ser publicado em inglês.

Fontes

Entrevistas concedidas por ativistas da ASA e do ICIB.
Boletim da ASA – 1990/2006.

Referências

- BLAY, Eva. Inquisição, inquisições: aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30. *Tempo Social* - Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 1(1), 1989, p. 105-130.
- CHARNIS, Cristina Catalina et al. *Vanguarda Pedagógica: o legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*. São Paulo: Lettera.doc, 2008.
- FINZI, Roberto. Uma anomalia nacional: a questão judaica. In: HOBBSBAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. *Ethnicity Theory and Experience*. Cambridge Massachusetts and London England: Harvard University Press, 1975.
- GUINSBURG, Jacob. *Aventuras de uma língua errante*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.
- HAMADANI, K. Kolber Gisele et al. Scholem Aleichem: uma vanguarda pedagógica. *Revista 18*. São Paulo, 2006.
- LUEDERMANN, Cecília da Silveira. *Anton Makarenko: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SENDACZ, José. *Um homem do mundo*. São Paulo: Ed. do Autor, 2005.

RESUMO

Este artigo analisa a vida e a importância de ativistas de esquerda europeia e nacional, na elaboração de uma identidade judaica progressista e libertária, base da formação, entre os anos 1910 e 1920, da Associação Scholem Aleichem (ASA) e da Casa do Povo ou Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), instituições atualmente situadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. Muitos deles vieram por motivos econômicos, mas, os principais fatores para o seu deslocamento foram as ditaduras na Polônia, Hungria e Romênia, e a crescente ascensão do antissemitismo, e de suas militâncias nos partidos comunistas e no *Bund*. Os jornais e demais documentos, bem como entrevistas feitas com os ativistas constituem as fontes analisadas neste artigo. As posturas políticas, o modo como organizavam as atividades em ambas as associações, suas ideias sobre identidade e educação (formação de uma rede escolar própria) são dados considerados para a compreensão do que o grupo concebe como identidade étnica e social.

Palavras-chave: comunidade judaica; identidade étnica; cultura judaica.

ABSTRACT

This article analyzes the life and importance of left-wing European and Brazilian activists in the creation of a progressist Jewish identity, basis for the formation of Associação Scholem Aleichem (ASA) and Casa do Povo or Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), institutions located in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. These institutions were created by generations of Jewish immigrants from Eastern Europe, identified to political and social causes from national and international left-wing parties.

Newspapers and other documents, as well as interviews with activists, are the sources analyzed in this article. The political opinions, the way they organized the activities in both institutions, their ideas about identity and education (formation of their own schools) are considered to understand the social and ethnic identity of the group.

Keywords: jewish community; ethnic identity; jewish culture.

Fotografias poderão dar testemunho do trauma de refugiados no Brasil?

*Tânia Biazioli de Oliveira **

*Polyana Stocco Muniz ***

*Paulo César Endo ****

A fotografia que dá testemunho do calamitoso e do condenável é muito criticada se parece “estética”... A foto [bela] dá sinais misturados.

Pare isto, ela exige. Mas também exclama:

Que espetáculo! (Susan Sontag).

Trata-se de um estudo sobre fotografias de refugiados e um possível diálogo com a literatura sobre trauma e testemunho¹. Para isto, analisamos alguns folhetos da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, responsável pela acolhida aos refugiados na cidade. Centramos o foco nas fotografias ali expostas. Nosso objetivo era verificar a possibilidade desse material produzir um verdadeiro testemunho sobre a condição dos refugiados no Brasil. Nossa hipótese era que poderia haver uma dissonância entre o caráter estético das fotografias e a situação traumática vivida pelos refugiados.

Apesar de ser uma realidade pouco conhecida, existem 25,2 milhões² de pessoas no mundo forçadas a se deslocar. Os países em desenvolvimento acolhem 4/5 dos refugiados do mundo; 3/4 dos refugiados permanece na sua região de origem, procurando proteção nos países vizinhos e 1/3 dos refugiados residem em campos. Afegãos e iraquianos somam juntos quase a metade dos refugiados

* Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP.

** Psicóloga, Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP.

*** Psicanalista, Professor Doutor do Instituto de Psicologia da USP.

do mundo (UNHCR, 2011). Atualmente, o Brasil abriga 4.401 refugiados, de 77 nacionalidades diferentes, sendo que 64,17% vieram do continente africano. Os angolanos formam o maior grupo de refugiados (38,37%), seguido dos colombianos (14,27%) e congoleses (10,31%) (CONARE, 2011).

Partimos de algumas questões trazidas por Shoshana Felman (2000) que trata o testemunho como a modalidade crucial de nossa relação com os acontecimentos do nosso tempo, marcado por grandes catástrofes. Felman pensa o testemunho como o *meio* de transmissão do trauma, possibilitando (ou não) a irrupção de uma experiência de crise que implicaria na produção de alguma inflexão sobre o real, assim sendo, o testemunho poderia possibilitar algum esclarecimento sobre a situação de horror a que estamos expostos em nosso tempo. Theodor Adorno (2003) entende o testemunho como um modo de evitar a repetição de uma catástrofe. Testemunhar uma dor passa por uma designação própria, visando não somente o alívio da mesma, mas também a uma dimensão ética que perpassa a possibilidade de comunicar aos outros sobre uma catástrofe e assim possibilitar sua não perpetuação.

Ao tomarmos contato com estes textos que versam sobre a problemática do trauma, do testemunho e de suas consequências, tanto psíquicas quanto sociológicas, nos intrigamos justamente com a interface entre a estética e o horror: como entender as fotografias que carregam traços do trauma, na sua relação com a potência ética do despertar traumático? É imprescindível pensar sobre a relação entre este desígnio ético do testemunho e a dimensão estética da fotografia enquanto obra de arte. Poderá o trauma dos refugiados penetrar nessas fotografias, e poderão essas fotografias lançar luz sobre o mistério deste trauma?

Há um hiato entre quem sofreu o trauma e quem somente toma contato com alguma fotografia. Em que medida este produto consegue transmitir ou trazer à tona o horror – não no sentido de nos identificarmos com ele ou termos uma relação fria, mas sim nos aproximarmos dele e até termos uma experiência de crise?

Trauma e Testemunho

No texto “Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar”, Shoshana Felman (2000) ressalta que com o trauma da história contemporânea – Segunda Guerra Mundial, Holocausto, bomba nuclear e outras atrocidades da guerra – o testemunho se tornou uma modalidade crucial de nossa relação com os acontecimentos de nosso tempo. Já foi sugerido, até mesmo, que o testemunho é o modo literário ou discursivo por excelência de nossa época, que pode ser definida, portanto, como a era do testemunho.

Quem faz o testemunho passa por uma estranha designação da qual não pode se aliviar por meio de qualquer delegação, substituição ou representação. Deste modo, encerra uma função: o sujeito tem de aguentar a solidão de uma responsabilidade e suportar a responsabilidade desta solidão, pois somente ele pode testemunhar seu fardo.

Ao mesmo tempo essa designação solitária e intransferível é paradoxal, pois necessita do outro. A fala testemunhal transcende a própria testemunha ao se dirigir a outros, transgredindo os limites daquela posição isolada a fim de interceder para além de si mesma.

O testemunho parece ser composto por pequenas partes de memória há pouco oprimidas e que ainda não tinham se assentado como compreensão ou lembranças, e por atos “[...] que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais” (FELMAN, 2000, p. 18). Por isso, sua linguagem está em processo, ela possui a si mesma como não conclusiva, como não conclusão sobre qualquer veredicto. Testemunhar é realizar um ato de fala.

Como um ato de fala performático, o testemunho volta-se para aquilo que, na história, é *ação* que excede qualquer significado substancializado, para o que, no acontecer, é *impacto* que explode dinamicamente qualquer reificação conceitual e delimitação constativa (FELMAN, 2000, p. 18).

O verdadeiro testemunho é aquele que proporciona a crise, um testemunhar que possibilite o novo, a não repetição, que nos surpreenda, nos faça repensar referências e assim nos releve a verdade do trauma. Nas palavras de Felman (2000):

[...] testemunhar algo que possa ser surpreendente e cognitivamente dissonante. A surpresa implica a crise. O testemunho não é autêntico sem essa crise, que tem de, precisamente, quebrar e reavaliar categorias e pontos de referência precedentes (p. 68).

Porém, não acreditamos, como Felman, que a verdade do trauma seja algo a ser abarcado pela cognição, eficiente em integrar seus aspectos dissonantes. O trauma trata daquilo que homens sofreram no próprio corpo imposto por outros homens. E isto inspira a indignação. É a aniquilação do corpo humano em sua corporeidade originária, indefesa e indeterminada. O verdadeiro testemunho precisa acolher esse sofrimento sem palavras – a vergonha e o pudor das vítimas – que desarticula a vontade de sentido da arte e da reflexão. Pois abarca a transmissão do indizível, do irrepresentável – a morte sem sentido³.

Sobre a relação entre o testemunho – como ato de fala performático e que assume, em nosso tempo, o modo literário ou discursivo por excelência – e o horror – ação que na história excede qualquer significado substancializado – como pensar o papel da obra de arte? Ou ainda, entre o horror e a estética, cabe perguntar de que maneira o trauma da história incide sobre o testemunho enquanto obra de arte: como a arte pode existir em meio à barbárie? Felman traz para esse debate a consideração de Theodor Adorno sobre a necessidade de desestetizar a arte, enunciado em seu dito famoso: “Depois de Auschwitz, não é mais possível escrever poemas” (ADORNO apud FELMAN, p. 46).

Adorno (2003), em “Educação após Auschwitz”, critica o princípio estético da estilização, pois ao transfigurar o horror de nosso mundo em algo apreciável incorre em dois erros questionáveis: dá um sentido mais nobre a um destino impensável e algo do horror, próprio ao objeto, lhe é extirpado.

O perigo de que tudo aconteça de novo [a repetição de Auschwitz] está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável e não os verdadeiros culpados (p.125).

A estilização, o lirismo, a poetização e o virtuosismo negam aquilo que querem representar, subtraindo-se ao confronto com o horror. Portanto, a arte hoje se quiser ser verdade, precisa ser contra si mesma, já que a busca pela beleza e pela nobreza humana tornaram-se uma injustiça frente ao sofrimento das vítimas.

No entanto, paradoxalmente, é apenas a arte que poderá satisfazer a tarefa do pensamento contemporâneo de postular sem palavras aquilo que foi barrado para a política e satisfazer as exigências do sofrimento, escapando à traição cultural da história e das vítimas.

Restou à obra de arte a tarefa de testemunhar sobre o horror, sem trair-se a si mesma; sem, portanto, negar a própria dor que quer representar, fazendo uma resistência criativa e autocrítica ao veredicto de que, desde então, é um ato de barbárie ser virtuosa.

Apesar de a arte não mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que engendram os acontecimentos, rejeitar qualquer lembrança ao trauma, ou seja, contrapor-se ao testemunho, tem em si algo de regressivo. Afinal, é por meio da arte enquanto testemunho que há alguma possibilidade de negar a repetição do horror.

Portanto, Adorno pensa os trabalhos artísticos, após Auschwitz, enquanto meios de se conhecer e refletir sobre o passado imerso no horror e no trauma a fim de evitar sua repetição, sem transformar o horror em algo pleno de sentido pelo princípio estético da estilização.

Auschwitz, como representante do sofrimento intolerável, provocado pelo mal humano, não deve ser encarado com uma ética da compaixão pelo sofrimento alheio – que aceita esse sofrimento – mas sim com uma ética da resistência – que critica e denuncia esse sofrimento⁴. Terão as fotografias compaixão pelo sofrimento dos refugiados, sendo complacentes com eles e buscando reconfortá-los? Ou, ao invés da condescendência e da aceitação frente ao acontecido, serão as fotografias resistentes, criticando e denunciando esse sofrimento?

A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e o Refúgio

Através da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo – organismo da Igreja Católica, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

(ACNUR) e do Governo Federal, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) – os solicitantes de refúgio e refugiados recebem proteção jurídica, assistência e integração psicossocial na nossa cidade. No Centro de Acolhida de Refugiados, eles são atendidos por uma equipe multiprofissional, formada por advogados, assistentes sociais, um psiquiatra e uma psicóloga, em parceria com outras instituições. O foco do trabalho é garantir a proteção jurídica a partir da solicitação de refúgio; bem como oferecer assistência a necessidades básicas de saúde, alimentação e moradia; além de facilitar a integração na cidade por meio do acesso à educação e ao trabalho, através de encaminhamentos para cursos de língua portuguesa, cursos profissionalizantes, revalidação dos documentos escolares e agências de busca de emprego (OLIVEIRA, 2011, p. 40-44).

Ao analisar os folhetos distribuídos pela instituição, podemos perceber um vínculo maior da Cáritas de São Paulo ora com a *Igreja Católica* ora com o ACNUR. Desta forma, o refúgio pode ser compreendido por uma *perspectiva religiosa* ou do *direito internacional*.

Num dos folhetos, a ligação da Cáritas de São Paulo com a *Igreja Católica* destaca uma *perspectiva religiosa* do refúgio. Assim, a história atual do refugiado se confunde com a história antiga da humanidade. “A triste história de multidões obrigadas a sair de sua pátria é antiga quanto à história da humanidade.” Esta perspectiva cristã não permite cortes no tempo, igualando o hoje ao ontem. Assim, o drama do refugiado nada deve à história dos homens. “Acolher o refugiado é semear a paz entre os povos.” “Afim, é impossível se omitir diante de tanto sofrimento de pessoas, gente como nós, filhos do mesmo Pai.” “Ninguém tem o poder de resolver todos os problemas do mundo. Mas todos, temos o dever de contribuir para que a humanidade tenha mais paz e felicidade.” Se o viés religioso, por um lado, tem um caráter a-histórico, por outro, não se omite em agir para acolher o refugiado.

É possível encontrar em todo e qualquer folheto um destaque para a ligação da Cáritas de São Paulo com o ACNUR. Então, os refugiados são iguais à definição do *direito internacional*, como aqueles que “tiveram que deixar seu país por temor de perseguição por causa de sua raça, religião, grupo social, nacionalidade, opinião política ou em função de grave e generalizada violação de direitos humanos”. Os refugiados somente foram protegidos institucionalmente depois da criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 1950. A proteção jurídica aos refugiados ocorreu após o surgimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que deu origem a outros instrumentos de proteção (ANDRADE, 1996). Já o Brasil regulamentou o refúgio pela Lei 9.474/97. Esta lei adotou tanto a definição clássica de refugiado – que se aplica às vítimas de perseguição (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967) – quanto sua definição ampliada – que passa a incluir as vítimas de violação generalizada dos direitos humanos (Declaração de Cartagena de 1984)⁵.

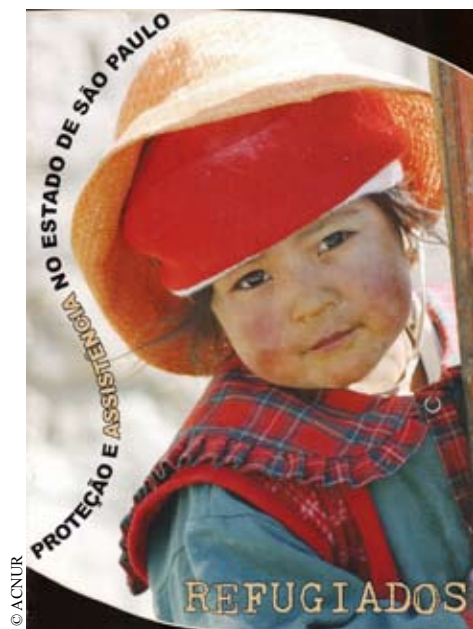


Figura 1

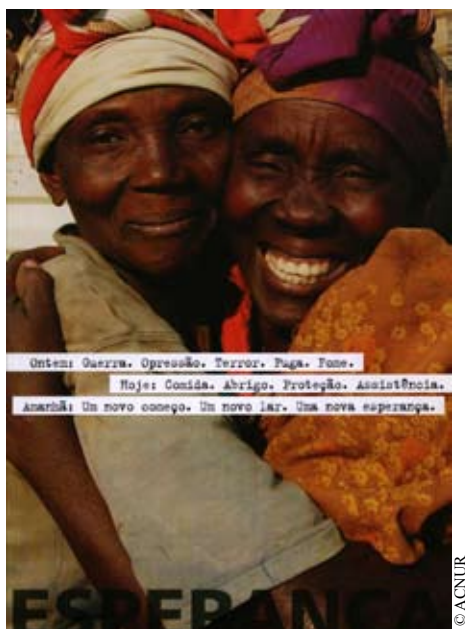


Figura 2



Figura 3



Figura 4

A perspectiva que temos dos refugiados não decorre de povos obrigados a sair de sua pátria desde a antiga história religiosa da humanidade, tão pouco decorre de vítimas de perseguição ou vítimas de violação dos direitos humanos. Nossa perspectiva dos fluxos de refugiados ao redor do mundo decorre da crise do capitalismo global (KURZ, 2005). Em tempos de crise da sociedade do trabalho, um número cada vez maior de trabalhadores torna-se incapaz de vender a própria força de trabalho: os refugiados são rejeitados e discriminados, considerados supérfluos para o processo de valorização do capital. Os refugiados surgem das guerras civis sem fim, produzidas pela desertificação econômica nas zonas em colapso. Os poucos “oásis” de rentabilidade capitalista que restaram no mundo são protegidos contra os fluxos migratórios supérfluos. Muros são construídos e fronteiras são fechadas, afastando os refugiados.

Fotografias de Refugiados

Analizamos cinco folhetos⁶, produzidos pela Cáritas de São Paulo e pelo ACNUR e distribuídos ao público em caráter informativo, que recolhemos na instituição entre 2005 e 2008. Dirigimos nossa atenção para o conteúdo das fotografias, destacando os retratos dos refugiados de diferentes idades, ambos os sexos e diversas regiões do mundo, bem como os cenários do refúgio. Também nos chamou a atenção a forma das fotografias analisadas.

Quanto aos retratos de refugiados de diferentes idades, vemos uma grande quantidade de imagens de crianças (Fig. 1), enquanto os idosos (Fig. 2) aparecem em menor número. Os folhetos mostram uma predileção por fotografias de crianças sorridentes, que brincam entre si. Muitas apresentam um ar confiante e esperançoso. Pouquíssimas são aquelas que expõem um olhar desolado, diante da situação vivida. Uma única criança chorava para a câmera do fotógrafo.

A Folha de São Paulo lançou, em 2009, uma coleção com fotografias de Robert Capa, John Vink, Larry Towell e Sebastião Salgado sobre os refugiados. As crianças se destacam diante das lentes dos fotógrafos que documentaram o drama dos refugiados. Porém, a imagem das crianças que brincam não apaga a presença das outras crianças subnutridas e famintas. A fotografia do esquelético corpo da menina bôer Lizzie van Zyl, talvez tenha sido uma das primeiras imagens captadas dos refugiados. É um documento da Segunda Guerra Anglo-Bôer (1899-1902) na África do Sul, “quando o alto comando britânico reuniu as famílias dos rebeldes em campos vigiados para



© ACNUR

Figura 5

‘evitar que fossem atacados’. Dos 27 mil bôeres que pereceram nesses campos, 22 mil eram crianças” (p. 3).

Quanto à representação dos refugiados de ambos os sexos, vemos muitas imagens de mulheres, principalmente mães de família (Fig. 3). As africanas carregam seus bebês amarrados junto ao corpo, enquanto os filhos pequenos as acompanham de perto. Já os homens são menos expostos. Geralmente, eles não aparecem no primeiro plano das fotografias. Temos um único retrato de um homem rodeado de crianças em frente de uma tenda num campo de refúgio. Provavelmente, é um pai de família.

Um folheto, produzido em comemoração ao Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho), celebra “a tenacidade, a resistência e a força de mães que mantêm suas famílias unidas nas circunstâncias mais difíceis”. Ou seja, são as mães que tentam unir a família que a guerra vem separar. As mulheres são “verdadeiras heroínas”, “elas garantem que a chama da esperança nunca se apagará”. Tamanho clamor por exaltar a esperança das mulheres refugiadas por um futuro melhor e por recuperar a paz em suas vidas, transfere toda a nossa responsabilidade pelo futuro dos refugiados para elas. Isto nos redime e as transforma em verdadeiras heroínas.

Sabemos que o ACNUR oferece proteção particular a crianças, mulheres chefes de família e idosos, pois os reconhecem como um grupo em situação de extrema vulnerabilidade. Mas a preferência em expor imagens de mulheres a homens é curiosa. Se nos concentrarmos nos dados dos africanos – o maior grupo de refugiados em São Paulo – descobriremos que 77% desses refugiados são homens. Aliás, homens jovens e adultos, cuja média de idade varia entre 18 e 45 anos (CÁRITAS DE SÃO PAULO, 2007). Não é tão simples para as mulheres escaparem da zona de conflito e chegarem ao Brasil, um país distante e desconhecido.

Talvez, a presença de crianças e mães de família mobilize a sensibilidade do espectador, que passa a encarar o refugiado como uma vítima da guerra que precisa de contribuição financeira para receber ajuda humanitária. Mas isto é suficiente para suscitar sua elaboração crítica sobre as causas políticas do horror?

Quanto à exposição de refugiados de diversos continentes, os folhetos formam uma composição de fotografias com refugiados da África, América Latina, Ásia e Europa. Os fugitivos aparecem, por meio de trajes étnicos, folclóricos ou religiosos de seus locais de origem (Fig. 4). Temos, assim, africanas com suas roupas multicoloridas; mulheres muçulmanas do Oriente Médio completamente cobertas. Cada região é aqui representada em sua diversidade étnico-cultural. Apaga-se a história específica de suas guerras que condiciona as leva de refugiados para outros países.

Quanto aos cenários do refúgio, é possível ver realidades diversas do nosso país, como um lugar em ruínas por causa da guerra e muçulmanos do Oriente Médio em fuga sobre um caminhão. Além disso, temos acesso à imagem de uma forma de acolhida, que não encontramos no Brasil: o campo de refugiados (Fig. 5).

Nos tempos atuais, 1/3 dos refugiados residem em campos (UNHCR, 2011). Trata-se de uma acolhida em espaços de isolamento, situados à margem e afastados dos locais de vida comuns. Ali, a intervenção humanitária encarrega-se das vítimas, instaurando os cuidados e o controle (AGIER, 2006). Já o Brasil procura integrar os refugiados e receber os reassentados no seio da vida social⁷.

Os folhetos mostram, ainda, a imagem de desolamento de uma menina num cenário em que africanos fogem a pé. Esta imagem cede lugar à cena de embarque de refugiados num navio, até encontrarmos uma mulher africana fazendo compras de mercado no cotidiano do novo lugar.

Estes cenários são acompanhados por palavras: “Ontem: Guerra. Opressão. Terror. Fuga. Fome. Hoje: Comida. Abrigo. Proteção. Assistência. Amanhã: Um novo começo. Um novo lar. Uma nova esperança.” Tudo se passa como se o tempo transcorresse em progressão contínua. O medo parece querer se referir ao passado vivido pelo refugiado e a esperança, ao futuro. O passado, o presente e o futuro são ilustrados por fotos, que representam esta concepção de um tempo que progride e evolui, conforme as diferentes etapas no acolhimento aos refugiados. Porém, o apelo excessivo à palavra esperança talvez aponte para a ausência desse sentimento entre os refugiados e no meio de nós.

Verdade que não confinamos os refugiados em campos, como é frequente em muitos países africanos, contudo, a acolhida por nós oferecida é pouco capaz de intervir com eficácia nesta condição de tamanha vulnerabilidade.

Podemos ter uma dimensão da vulnerabilidade sofrida pelos refugiados ao ler o primeiro conjunto de propostas de políticas públicas que a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo entregou ao Comitê Estadual para os Refugiados de São Paulo no dia de sua criação, em abril de 2008. Inclui a definição de um hospital de referência, a criação de um centro de acolhida aos recém-chegados, a construção de moradias provisórias, cotas nos programas de moradia popular, ajuda na revalidação de documentos universitários dos países de origem, criação de vagas nas universidades públicas, ajuda para obtenção de emprego, entre outras.

Apesar de os folhetos serem uma publicação da Cáritas de São Paulo, podemos supor que a maioria das fotos não foram feitas no Brasil, mas retiradas do arquivo internacional do ACNUR. Identificamos certa disparidade entre as fotografias e o conteúdo ali expresso nos folhetos: as imagens mostram campos de refúgio e embarque de refugiados num navio, enquanto o texto trata da acolhida no Brasil. Mas expor a condição dos refugiados no mundo não auxilia para o esclarecimento sobre a situação específica do nosso país.

Deslocando nosso olhar do conteúdo para a forma das fotografias, vemos imagens coloridas e iluminadas. O que mais nos chamou atenção encontra-se no aspecto virtuoso das fotografias. Os rostos estão enquadrados em close, quase não é possível observar o entorno. Não há uma única imagem distorcida, tremida ou fora de foco.

Um abismo se compararmos com as fotografias de “Images malgré tout”, em que Georges Didi-Huberman (2001) nos mostra como os judeus de Auschwitz, responsáveis pela câmara de gás e pelos crematórios para o extermínio em massa dos outros judeus, puderam deixar um testemunho desse horror em imagens. Em 1944, fotografaram clandestinamente o extermínio de vinte e quatro mil judeus húngaros, queimados vivos nos crematórios. O gás Zyklon B havia acabado. O campo de extermínio precisava ser esvaziado, com a chegada em massa de comboios com milhares de judeus. Era uma forma de arrancar uma imagem ao indescritível. São fotografias não enquadradas, pois esses prisioneiros temiam a morte. Márcio Seligmann-Silva, no “I Seminário Psicologia e Violência: ensino e pesquisa”⁸, considerou essas imagens “verdadeiros testemunhos”.

Portanto, a forma das fotografias de refugiados mostra a beleza de suas cores e luzes, turvando nossa percepção sobre a condição de horror a que seus “modelos” estão expostos, pois em nada recordam ou em nenhum elemento ampliam nossa visão para a história dos refugiados.

Considerações Finais

Como pudemos ver, as fotografias apresentadas seguem o princípio estético da estilização: suas cores são vivas, são iluminadas, as pessoas sorriem para o fotógrafo e para seus espectadores e estão em close, talvez tentando denotar uma aproximação conosco. Mas, como será que a Cáritas de São Paulo representa em imagens suas diferentes perspectivas sobre o refugiado? Através da perspectiva religiosa, “a triste história de multidões obrigadas a sair de sua pátria” é retratada por meio de um cenário em ruínas e povos em fuga. Apesar de a solidariedade católica ter interesse na ação assistencial, sua interpretação a-histórica do refúgio não ajuda a nos situar no tempo atual. Através da perspectiva do direito internacional, o refugiado é apresentado em trajes típicos de seu local de origem e reduzido a um exemplo representativo de sua raça, religião, nacionalidade ou grupo social. Trata-se de uma vítima de perseguição, com direito de receber proteção jurídica.

Pensando as fotografias como possíveis obras de arte que testemunham o horror, poderíamos dizer que se traem no exato momento em que são apresentadas. Traem a verdade do trauma que essas pessoas carregam, escondem sua terrível origem, aquela que as expulsaram de seus países. Talvez não contribuam para esclarecer sobre seus passados e assim também não produzem a experiência de crise, como quer Felman, naqueles que são seus espectadores.

Talvez, tenhamos uma responsabilidade urgente, que é uma relação ética com a realidade. Neste caso, as fotos poderiam nos acordar para a realidade dos refugiados que estão acolhidos no Brasil e, particularmente, em São Paulo. No entanto, suas características não trazem muitas contribuições para pensarmos nem no passado e nem em seu futuro. Na medida em que não refletem sobre o horror, produzem condições para que o mesmo continue se reproduzindo, como pensou Adorno.

Existe outro fator interessante: os fotógrafos, provavelmente não passaram pelos traumas de seus “modelos”, e nem nós, que estamos aqui como espectadores, vivemos em nossa pele as dificuldades de uma guerra civil. A partir disso podemos falar que houve um testemunho? Se pensarmos que os fotografados tinham a intenção de mostrar algo, talvez poderíamos responder que sim. No entanto, o ato de testemunhar é solitário, quem testemunha passa por uma designação própria, não há meios de ser representado por outrem. Desse modo, levantamos a seguinte questão: Como seriam as fotos que os refugiados divulgariam de si mesmos?

Em 2006, o SESC Carmo (Serviço Social do Comércio) exibiu a mostra fotográfica, “Expressões do Refúgio”⁹, com imagens da cidade registradas pelos próprios refugiados. Vemos lado a lado a cidade do progresso, a cidade decadente e a cidade da memória. De um lado, prédios comerciais envidraçados e prédios residenciais confortáveis de varandas floridas. De outro, pequenos estabelecimentos comerciais e cortiços em prédios decaídos do centro. E, também, antigas construções do centro velho, como o viaduto do chá. Um refugiado fotografou a Igreja Maravilhas de Jesus Oração para Todos. Uma placa pendurada na porta da igreja informava os fiéis do plantão diário de oração, que oferecia cura divina e libertação. Mas o cartaz, colado no poste na rua da igreja, lembrava que o 1º de maio era dia de luta (do trabalhador). Os retratos não mostravam os rostos dos refugiados, muito frequentes nos folhetos da Cáritas de São Paulo, mas os habitantes da cidade. Menino cantando em rua do centro, jovem vendendo biju no farol, morador de rua dormindo à luz do dia sob um guarda-sol na Praça da Sé. Os pobres da cidade chamaram a atenção dos refugiados. Mas não foram esquecidos os locais de cultura e lazer como o MASP (Museu de Arte de São Paulo), o Museu do Ipiranga (Museu Paulista da USP) e o Lago do Ibirapuera. Outro refugiado fotografou um artista de rua, no vão livre do MASP: um palhaço triste, com os pés acorrentados a caixas de remédios de tarja preta. Talvez, a cidade que oferece acolhida aos refugiados não seja, apenas, o lugar do futuro, enquanto progresso. Pois, também, é o lugar do presente decaído. Mas pode, ainda, remeter ao lugar do passado, com as marcas de sua memória.

É espantoso verificar que os próprios refugiados querem apagar o passado imerso no horror que motivou a fuga de seus países de origem. Alguns refugiados preferem evitar que as lembranças inundem seu cotidiano, para se manterem vivos. “É como uma mãe que perdeu a única filha. Até o último dia de sua vida, a mãe vai se lembrar. Porém, se ela não conseguir esquecer, morre de tristeza”, diz um angolano. Outros refugiados constroem relatos “desafetados”, como se a experiência vivida não fosse real. Falam de casas incendiadas e parentes mortos, como se eles mesmos não tivessem passado por isto (OLIVEIRA, 2011, p. 9-12). Ao invés de criticarem e denunciarem o mal humano, por um lado os refugiados querem esquecer o passado traumático e, por outro, a Cáritas de São Paulo transforma os refugiados em vítimas

da guerra e embeleza suas fotografias para que tenhamos compaixão. Tudo isto não impede que se pare com o horror e não contribui para evitar que o sofrimento se repita.

Notas

1 - Este trabalho teve início na disciplina “Sujeito, Política e Psicanálise” do Prof. Paulo César Endo, através do Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE) no segundo semestre de 2008. Uma versão deste texto foi apresentada no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, que ocorreu em Maceió em novembro de 2009.

2 - Destes 10,55 milhões são refugiados, que fugiram de seu país de origem, e 14,7 milhões são deslocados internos, forçados a se deslocar dentro do próprio país. A agência da ONU para Refugiados sugere ainda que existam, ao redor do mundo neste momento, 43,7 milhões de pessoas forçadas a se deslocar. (Isto inclui 15,4 milhões de refugiados, dentre eles 4,82 milhões de palestinos sob a responsabilidade da United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), e 27,5 milhões de deslocados internos.) Portanto, apenas uma parte delas se encontra sob a responsabilidade da ONU. Outras, entretanto, caíram mesmo fora das estatísticas.

3 - Devemos a compreensão sobre o abalo da razão e da linguagem ao ensaio de Jeanne Marie Gagnebin “Após Auschwitz” in *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

4 - Devemos a compreensão sobre a reflexão ética em Adorno ao ensaio de Jeanne Marie Gagnebin “Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno” in *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

5 - A lei 9.474/97 também criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), presidido pelo Ministério Público e responsável por analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado, decidir a cessação e determinar a perda da condição de refugiado; bem como orientar e coordenar as ações de proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

6 - Agradecemos ao ACNUR Brasil por autorizar a divulgação das fotografias dos refugiados. Os folhetos não informam quem são os fotógrafos, responsáveis pela autoria das imagens, tão pouco quais são os locais de origem e acolhida dos refugiados.

7 - Dos 4.401 refugiados que nosso país abriga, 430 são reassentados (CONARE, 2011). A maior parte dos reassentados que recebemos são colombianos, que tiveram dificuldades de integração no Equador e Costa Rica. A integração local e o reassentamento formam, com a repatriação voluntária, as “soluções duradouras” que o ACNUR busca para os refugiados. A repatriação é o retorno do refugiado, com segurança, para seu país de origem. A integração busca facilitar a inserção do refugiado no país de refúgio. O reassentamento em outro país ocorre quando o refugiado não pôde permanecer no primeiro país de acolhida, por problemas de segurança ou integração, nem voltar ao seu país de origem.

8 - O “I Seminário Psicologia e Violência: Ensino e Pesquisa” ocorreu entre 16 e 17 de abril de 2009, no Instituto de Psicologia da USP.

9 - As fotografias foram cedidas à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Referências

ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. In: *Tempo Social*, v.18, nº 2, 2006, p. 197-215.

ANDRADE, J. H. F. A proteção internacional dos refugiados no limiar do século XXI. In: *Travessia*, ano IX, nº 25, maio-agosto, 1996, p. 39-42.

- COLEÇÃO FOLHA GRANDES FOTÓGRAFOS. *Refugiados*. Sebastião Salgado, Robert Capa, John vink, Larry Towell. Editorial Sol90 Ltda, 2009.
- DIDI-HUBERMAN, G. Images malgré tout. In: CHÉROUX, Clément (org.), *Mémoire des Camps. Photographies des Camps de Concentration et d'Extermination nazis (1933-1999)*. Paris: Marval, 2001.
- FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M.(org.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- FOLHETOS DA CÁRITAS Arquidiocesana de São Paulo.
- GAGNEBIN, J. M. Após Auschwitz. In: *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, J. M. Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno. In: *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. 2005. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt>>. Acesso em: 10 jun. 2010
- OLIVEIRA, T. B. *O esquecimento do passado por refugiados africanos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011.
- SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- UNHCR. *2010 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*. Disponível em: www.unhcr.org/statistics. Acesso em: 25 jun. 2011.

RESUMO

Partindo das fotografias de refugiados, contidas nos folhetos da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, buscamos verificar se as imagens possibilitam uma experiência de crise que possa testemunhar sobre o passado imerso no trauma dos refugiados no Brasil. Analisamos o conteúdo e a forma das fotografias, destacando os retratos dos refugiados de diferentes idades, ambos os sexos e diversas regiões do mundo, bem como os cenários do refúgio. Descobrimos que as imagens seguem o princípio estético da estilização e não impedem que o horror se repita.

Palavras-chave: refugiados; fotografias; trauma e testemunho.

ABSTRACT

Based on photographs of refugees included in the pamphlets of *Cáritas Arquidiocesana de São Paulo*, we intent to verify whether the images promote an experience of crisis which may testify to the past immerse in the trauma of the refugees in Brazil. We analyze the content and the shape of these photographs, showing up the portraits of the refugees of different ages, both sexes and different regions of the world, as well as the sceneries of the refuge. We discovered that the images follow the aesthetic principle of stylization and do not avoid that the horror repeats.

Keywords: refugees; photographs; trauma and testimony.

Racismo e sua negação

O caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo

*Szilvia Simai **
*Rosana Baeninger ***

Com uma trajetória de quase meio século no Brasil, iniciada com as migrações de fronteira (PERES, 2009), a imigração boliviana em São Paulo representa, na atualidade, o fluxo migratório internacional de maior visibilidade e estudos para a cidade (SILVA, 2006). Assim, o enfoque inovador deste artigo é baseado em estudo discursivo de brasileiros acerca dos imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo, bem como das análises de discursos presentes no interior do próprio grupo imigrante¹.

O termo “discurso” refere-se a uma forma de prática social que se manifesta na conversa e comunicação, juntamente com outras expressões não verbais. Este trabalho tem por objetivo oferecer uma exploração de vários exemplos discursivos da negação da existência de racismo, xenofobia e conflitos em ambos os lados. O estudo indica o proeminente papel que a negação desempenha no discurso contemporâneo em relação às questões raciais e étnicas entre os imigrantes bolivianos e brasileiros na cidade de São Paulo.

Pesquisas têm demonstrado que a negação de racismo por grupos étnicos majoritários (PETROVA, 2000; VAN DIJK, 2002) e pela sociedade hospedeira (PETROVA, 2000; BILLIG, 1997), também no contexto migratório, tem se tornado a forma discursiva característica do racismo moderno. A negação, como forma

* Doutora em Psicologia Social; Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas.

** Doutora em Ciências Sociais; Departamento de Demografia e Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas.

retórica, tornou-se uma resposta difundida para minorias e também migrantes, apesar de apresentar diferentes motivos psicossociais. Neste trabalho, o termo racismo refere-se ao sistema de racismo, consistindo em um subsistema social e cognitivo (VAN DIJK, 2002); assim, inclui – sem se limitar a – atitudes, opções, afirmações, políticas e ações.

A metodologia utilizada para este artigo baseou-se em grupos focais objetivando apreender a negação do racismo como retórica social contemporânea. Tais grupos foram conduzidos entre 26 e 28 de fevereiro de 2011, com 24 estudantes de graduação dos cursos de Psicologia, Comunicação e Economia da Universidade de São Paulo. Todos os participantes nasceram na cidade de São Paulo, encontravam-se na faixa etária dos 18 a 50 anos de idade, tendo como declaração de raça/cor 5 amarelos, 8 negros e 12 brancos.

Para entendermos a prática discursiva presente na imigração boliviana, foram realizadas 15 entrevistas individuais em profundidade, das quais 13 com mulheres imigrantes bolivianas e 2 entrevistas com imigrantes bolivianos, com idade entre 21 e 53 anos. As ocupações principais dessas imigrantes mulheres eram: costureira, enfermeira, empregada doméstica e advogada; entre os homens bolivianos, um era costureiro e o outro publicitário. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise de discurso individual. Essas entrevistas permitiram explorar os projetos migratórios e analisar a experiência subjetiva através de cada narrativa individual.

Em termos de análise, as declarações dos participantes não são representativas da personalidade dos indivíduos, de atitudes pessoais ou de processos cognitivos subjacentes (EDWARDS & POTTER, 1992, 1993; POTTER & WETHERELL, 1987, 1995); trata-se de articulações de narrativas correntes, socialmente disponíveis nas relações intragrupo e intergrupo de brasileiros e bolivianos na cidade de São Paulo. Tanto nos grupos focais, quanto nas entrevistas em profundidade, a ênfase esteve ancorada na análise de como 'o outro' é interpretado, quer seja brasileiro, quer seja imigrante boliviano; atentou-se também para os recursos discursivos empregados e suas finalidades.

Interpretações discursivas informam e regulam o comportamento (PARKER and BURMAN, 1993); ou seja, demonstram como as pessoas posicionam a si mesmas e como se posicionam em relação aos outros. Entretanto, apesar de os sujeitos poderem ser agentes na escolha de suas interpretações da realidade social, tais discursos são construídos por contextos histórico-sociais. Nesse sentido, o discurso em ação, as verbalizações dos sujeitos, refletem ideologias que se tornaram experiências vividas.

Assim, o artigo busca conhecer as características específicas dos construtos discursivos de bolivianos e brasileiros, em suas interações sociais na cidade de São Paulo, a fim de avançar no entendimento das atitudes e práticas sociais dos grupos envolvidos.

Formas discursivas contemporâneas de negação do racismo

A negação é uma forma discursiva de expressão e repressão do que é proibido socialmente (FREUD, 1950). Consiste em uma forma de discurso usada, habitualmente, na comunicação diária (BILLIG, 1997), tornando-se a maneira mais marcante, na contemporaneidade, para lidar com atitudes, afirmações, pontos de vista, ações e políticas que são condenadas moral e ideologicamente (BILLIG, 1997).

É nesse contexto que emergem negações do racismo e da xenofobia, embora tais fenômenos estejam submersos nas sociedades (ARENDT, 1970). De fato, após a Segunda Guerra Mundial, o racismo e a xenofobia foram ideologias moralmente condenadas e proibidas, reprimidas e negadas discursivamente (PETROVA, 2000). Consequentemente, a negação do racismo como forma discursiva em práticas sociais é, ironicamente, “fruto do progresso da luta contra ela mesma” (PETROVA, 2000, p. 28).

A partir das entrevistas realizadas com brasileiros e com imigrantes bolivianos, foi possível identificar as formas de negação do racismo existente, atualmente, no convívio social paulistano.

Brasileiros falando sobre bolivianos

A **narrativa** dos jovens universitários brasileiros, a partir dos grupos focais, possibilitou identificar um discurso bastante marcado pela imagem do Brasil como um país receptivo à imigração; os brasileiros foram descritos como muito receptivos e respeitosos aos vários grupos étnicos e raciais provenientes de qualquer lugar do mundo. Enfatizaram, contudo, que isto não se verifica para os brasileiros que estão no exterior.

Dois outros pontos foram também importantes: a preocupação com as diferenças entre o nós positivo (brasileiros) e os negativos ou exóticos “outros”, e as questões sobre discriminação racial ou étnica.

Várias escolhas discursivas de negação permearam as discussões, inclusive negações de racismo com base em empatia, ignorância aparente, transferência e negação explícita (PETROVA, 2000; SIMAI & BAENINGER, 2011). Os tópicos abaixo identificam as formas retóricas de negação racista encontradas nos discursos dos brasileiros acerca dos bolivianos residentes em São Paulo.

a) Representações sociais positivas e negativas da imigração boliviana

Estudos internacionais sobre conversas a respeito de imigrantes apontam a imagem negativa que a sociedade receptora tem sobre os mesmos. De acordo com Teun Van (1984, 1987), quando se trata de imigrantes, os aspectos da discussão são predominantemente negativos; ao serem casualmente perguntados sobre suas vizinhanças, os entrevistados tendem, espontaneamente, a falar de forma negativa sobre os estrangeiros (VAN DIJK, 2002; WETHERELL & POTTER, 1992).

No caso dos bolivianos em São Paulo, ficou evidente também a predominância de aspectos negativos acerca desses imigrantes e suas condições de vida. Através dos trechos abaixo indicados, é possível verificar a ênfase negativa sobre o imigrante boliviano. A pobreza, o sofrimento e a semiescravidão expressam o imaginário social dos brasileiros frente ao grupo imigrante (trechos 1, 2 e 4). No trecho 5, delimitam o “outro negativo” e o “nós positivo”, através da concepção de estrangeiros moralmente não aceitáveis, violentos e agressivos, diferentes dos brasileiros.

Moderador: O tema, hoje, é sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo. Como você se sente diante deste assunto?

1. [...] *Sei que eles têm muitas dificuldades aqui em São Paulo, que são semiescravos no trabalho.*

2. [...] *Quando visitei a Bolívia, tive a impressão de que o país era muito pobre. Mas eles também não são refugiados aqui.*

3. *Quando você mencionou o assunto, a primeira coisa que veio à minha mente foi uma feira semanal de artesanos aqui em São Paulo.* **Moderador:** Você esteve lá?

4. *Não, nunca, mas sei que existe. Isso me fez pensar sobre a riqueza cultural que eles trazem para cá, mas ao mesmo tempo sei que essa feira é resultado de muitos bolivianos que vêm aqui e se envolvem em trabalhos muito difíceis, como ela disse, sofrendo muito. Eles trabalham e moram no mesmo lugar.*

5. *Ouvi dizer que na favela aqui perto há um grande contingente de bolivianos. Portanto... eles são diferentes de nós. Por exemplo, para eles é normal bater em mulher [...]. Eles têm dificuldade em muitos trabalhos que fazem... eles vêm aqui em busca de trabalho...*

6. *A primeira coisa que pensei, quando começamos a falar, foi nos produtos feitos à mão, que eles vendem aqui [...] acredito que sejam muito unidos. É isso que eu vejo, eles parecem uma espécie de tribo, a família toda caminha junto, possuem olhos mais orientais, vestem roupas coloridas e vendem seus artesanatos.*

7. [...] *a cultura deles é muito antiga e tem-se a impressão de que as pessoas carregam essa coisa antiga, indígena, em suas vidas e cultura [...] então, eles são muito ricos culturalmente.*

A construção social negativa é, contudo, contrabalançada pela exaltação cultural (representação positiva) daqueles imigrantes, como forma retórica da negação do racismo. Os brasileiros consideraram os bolivianos como “outro”: exóticos, culturalmente ricos, mas economicamente pobres, conforme resumido nos trechos 3, 4 e 7. De fato, na análise de discurso sobre negações de racismo, os aspectos positivos ocorrem para enfatizar as diferenças com relação ao “outro”; considerar os estrangeiros exóticos ou provedores de enriquecimento cultural reflete o olhar para o “diferente”. No caso dos

grupos focais, a conclusão para esse tópico foi sintetizada através da seguinte verbalização: “*Nós, brasileiros, vemos a Bolívia como uma nação de povo pobre, mas de passado culturalmente rico*”.

b) Brasil, terra de imigrantes: autorrepresentação positiva

Segundo Billig (1997) e Van Dijk (2002), a negação do racismo na imigração passa também pela construção social de um país receptor e tolerante em relação aos diferentes grupos de imigrantes. De acordo com os autores, a autorrepresentação positiva é um elemento importante no discurso diário e deve ser entendida como negação argumentativa de acusações de antirracismo.

Os trechos, a seguir, ilustram as representações positivas da história da imigração para São Paulo; a diversidade de nacionalidades dentre a população da cidade (trechos 8 e 9) e, em geral, a imagem construída dos brasileiros como povo mais permissivo e receptivo (trecho 10) conduzem ao “favoritismo intragrupo” (JOST & BURGESS, 2000).

8. *Acredito que o Brasil seja um país que sempre aceitou diferenças culturais e que não deveria haver motivos para os brasileiros excluírem os outros. Os imigrantes podem manter suas culturas e mesmo assim se integrar em nossa sociedade. Temos, por exemplo, o bairro japonês em São Paulo, onde é claro que eles mantêm suas tradições japonesas e, ao mesmo tempo, participam da sociedade brasileira mais ampla.*

9. *Como muitos povos estrangeiros participaram do desenvolvimento do nosso país, acho que nosso povo aqui em São Paulo tem mais facilidade de viver em conjunto com outras raças e grupos étnicos. Como somos diversificados, aceitamos mais facilmente a diversidade.*

10. *A experiência que tenho em viajar pelos países vizinhos da América do Sul e do Norte é que os brasileiros são muito mais receptivos a estrangeiros que os outros países. Não digo que a situação aqui seja perfeita, mas os brasileiros são mais permissivos e receptivos.*

A autorrepresentação positiva é fundamental para a negação do lado ruim do “nós” e do lado bom do “outro”; mostra a tendência de depreciar o outro e elogiar e glorificar a própria história, experiência e passado. Como Van Dijk analisa: “Estruturas diferentes em vários níveis [...] contribuem para a estratégia global de autoestima positiva e representação do outro, como negativa. (...) tais estruturas podem surgir e ser dirigidas à construção de estruturas mentais similares, ou seja, atitudes e ideologias negativas sobre minorias e imigração” (2002, p.158).

c) O imigrante brasileiro lá fora

Projetar-se no lugar do imigrante é um movimento retórico estratégico de negação do racismo na imigração, denominado de contra-ataque (VAN

DIJK, 2002); o sujeito é invertido em narrativas semelhantes a esta: *Não é que estejamos excluindo ou sendo racistas, nós também somos vítimas. Sofremos de racismo e exclusão em todo lugar.*

Nos grupos focais, isso apareceu em forma de reclamações sobre como os brasileiros são vistos no exterior (trecho 11):

11. *Acredito que se trate de outro problema, que é o da legalização. Se, por exemplo, uma brasileira vai ao exterior e tem a possibilidade de trabalhar como manicure, garçonne ou babá, ela é vista pelos outros como sendo de um país de trabalhadores de serviços. Se ela consegue ter também empregos normais, é diferente. Se todo mundo que vai para o exterior se torna manicure, então os brasileiros são vistos como um país de manicures.*

Para que esse tipo de negação ocorra, torna-se necessário identificar um inimigo simbólico e dizer que o fato de sermos ou não intolerantes não é realmente a questão principal. *O verdadeiro problema se centra no fato de os "outros" serem intolerantes conosco.*

d) Estigma socioeconômico dos imigrantes

Esta é uma forma muito comum de negação e basicamente considera a desvantagem econômica de um grupo minoritário, usando-a para negar o lado racista submerso na sociedade. Sem dúvida, em muitos casos, o grupo minoritário realmente tem pouca inserção econômica e social; mesmo assim, há um aspecto racial que está sendo negado. Petrova (2000), em uma abordagem marxista, analisou esse tipo de negação, concluindo que em tal retórica esconde-se o enfrentamento das questões de raça, nacionalidade e etnia.

Nas narrativas abaixo, advindas dos grupos focais, essa estratégia de mudança de questões de raça/etnia/nacionalidade para situação econômica (trecho 12) funcionou de várias maneiras. De um lado, a ênfase recaiu sobre o fato de os brasileiros estarem sofrendo, igualmente, de tal discriminação socioeconômica no país, e, portanto, isso nada tem a ver com raça/nacionalidade (trechos 13, 14 e 15). De outro lado, a questão da raça emergiu, mas vinculada ao fato de que a questão desaparece se o nível socioeconômico for elevado (trecho 16).

12. **Moderador:** Estamos em uma entrevista de emprego e muitos candidatos brasileiros estão presentes quando um boliviano surge de repente. O que acontecerá?

Entrevistado: *Eu acho que ele será estigmatizado, tenho essa impressão, porque ele vem de uma região muito pobre. Exatamente como os brasileiros do Nordeste, os nordestinos são estigmatizados em São Paulo também.*

13. *Sim, acredito que sejam estigmatizados devido ao fato de serem pobres.*

14. *Não conheço muito sobre política pública, mas acho que isso tem a ver com o fato de haver muitos pobres aqui no Brasil também. Trabalhar é duro para todos nós, para os brasileiros também.*

15. *Acho que esse é um problema geral e não específico dos bolivianos.*

16. *Aqui, aqueles que têm dinheiro, como jogadores de futebol da raça negra, não são negros para a sociedade, porque possuem dinheiro.*

e) O problema imigratório é mais importante lá fora: mitigação

Análises conceituais de negação mostraram que esta pode estar também implícita em várias formas de mitigação, tais como o uso de eufemismos ou, geralmente, minimizando o ato ou a responsabilidade sobre o fenômeno (VAN DIJK, 2002).

Como mostra a narrativa 17, a mitigação não somente ocorre no uso de eufemismo, mas pode também aparecer na retórica da atribuição de responsabilidade, e, conseqüentemente, na negação da culpa. A lógica psicossocial de um discurso dessa natureza reside no fato de não sermos nós os principais responsáveis pelas tensões e conflitos sociais que envolvem os imigrantes, uma vez que o problema reside em outro lugar. A responsabilidade é de outras pessoas. Aparentemente, nessa forma de negação, a própria agência está sendo disputada.

17. Tenho a impressão de que esse é um problema mais importante em outros locais, como, por exemplo, na Europa. Podemos ver na TV como é difícil imigrantes islâmicos se integrarem na sociedade na França. Portanto, penso que esse não é tanto um problema aqui no Brasil. Talvez devêssemos levar isso mais a sério, mas não acho que esse seja um problema no Brasil, de jeito nenhum.

f) Censura

Os grupos focais revelaram um conflito que redundou na formulação de outro tipo de negação do racismo por censura, conforme realçado nos trechos das seguintes narrativas:

18. Acho que tanto é válido os estrangeiros virem e morarem aqui, como é válido os brasileiros irem e morarem no exterior. [...] É mais uma questão de fazer seres humanos se sentirem bem-vindos, do que imigrantes se sentirem bem-vindos.

19. Realmente não sei; o que significa quando ele diz “fazê-los se sentir bem-vindos”? Isso significa convidar estrangeiros aqui e dar-lhes moradia, etc...? Se é isso que ele quer dizer, não aceito.

Como ilustram as falas 18 e 19, a opinião do participante da fala 18 foi bloqueada e censurada. A narrativa 19, indiretamente, acusou o outro entrevistado de ter uma visão excessivamente receptiva e acabou provocando a explicitação do próprio racismo.

Bolivianos falam sobre suas experiências de morar em São Paulo

Ao contrário dos brasileiros, os imigrantes bolivianos mostraram um forte favoritismo fora do grupo, elogiando os brasileiros e, frequentemente, atacando seus compatriotas bolivianos. Conflitos internos e discriminação foram, portanto, muito significativos em suas narrativas. O efeito da terceira pessoa foi encontrado algumas vezes no material recolhido. Ao utilizar-se desse efeito, o entrevistado atribui experiências negativas próprias a pessoas ligadas a ele.

Baixa autoestima – e sua consequente negação –, bem como intensa frustração causada pelo estereótipo por parte de brasileiros, foram elementos identificados como estratégias usadas para lidar com esse tumulto interno. O autorretrato positivo – para esconder problemas e negar conflitos – foi também claramente reconhecido nos discursos dos imigrantes bolivianos.

Todas essas características comportamentais atuais sugerem a existência de uma ambivalência de atitude presente na comunidade boliviana, bem como uma tendência à teoria de justificação de sistema na comunidade, tanto em nível individual como grupal.

Os aspectos, a seguir elencados, permitem identificar as formas retóricas de negação do racismo, no grupo imigrante boliviano.

a) Discriminação Interna

A discriminação interna ao grupo imigrante é a primeira forma, e mais visível, de favoritismo fora do grupo. A presença e referências a conflitos internos na comunidade boliviana em São Paulo manifestaram-se através de várias situações.

O trecho 1, extraído de uma das entrevistas, mostra a tendência, que aparece constantemente nas entrevistas com os bolivianos, qual seja: a de valorizar positivamente o grupo que não é um intragrupo, mas um grupo externo – nesse caso os brasileiros –, ao mesmo tempo em que faz comentários negativos sobre o intragrupo – os bolivianos.

1. Entrevistado: *Quando eu cheguei aqui, pensei que tudo fosse muito bom.*

Moderador: Então, você gosta daqui?

Entrevistado: *Sim, gosto. Tem sido muito bom estar aqui. [...] Os brasileiros nos ajudaram muito. [...]*

Moderador: Está bem, então você está satisfeita aqui. O que você recomendaria a qualquer outra mulher boliviana que quisesse vir para São Paulo?

Entrevistado: *Que... que aqui é muito bom, e que os brasileiros são muito prestativos. Aqui há de tudo.*

Moderador: Então, tudo é bom...? [...]

Entrevistado: *Bem, conheço pessoas que tiveram experiência ruim também, muito ruim... e eu mesma fui maltratada uma vez. [...] Os bolivianos, às vezes, nos tratam mal. Tive alguns problemas na casa onde morava, por causa de meus filhos. Eles não gostavam de nós, principalmente porque as crianças eram barulhentas.*

De uma perspectiva psicológica, este relato seria um caso de auto-ódio, no qual as minorias, imigrantes e grupos sociais excluídos, podem sofrer de complexo de inferioridade, tanto individual como coletivo. De fato, estudos sociopsicológicos, após a Segunda Guerra Mundial, mostraram que grupos que sofrem de preconceito podem internalizar preconceitos da sociedade contra si mesmos e adotar certas preferências a grupos mais avantajados (ALLPORT, 1954).

Estudos recentes, considerando a teoria de justificação de sistemas (JOST & BURGESS, 2000), apontaram que, para tolerar todos os tipos de injustiças e desigualdades, as pessoas em situações difíceis podem suportar ou racionalizar o *status quo*, e reforçar, em um nível subjetivo, a ideologia e ações dominantes do grupo principal de poder. Assim, quanto mais poderoso o grupo social ao qual se pertença, maior será o favoritismo intragrupo, ao passo que aqueles que pertencem aos grupos de menor poder demonstram mais tendências ao favoritismo fora do grupo. Essas atitudes podem ser reforçadas no contexto migratório, levando a um conflito interno dentro do grupo.

A identificação interna e positiva ao grupo migrante somente ocorre quando se delineiam perfis sociais, econômicos ou culturais de maior status, delimitando quem pertence àquele intragrupo (JOST & BURGESS, 2000). Desse modo, pode-se reconhecer – entre os migrantes bolivianos – o favoritismo intragrupo de profissionais liberais bolivianos, que excluem os próprios bolivianos pertencentes a outros subgrupos.

Exemplo desse conflito refere-se à discriminação contra os migrantes bolivianos recém-chegados, com baixa qualificação profissional, conforme demonstrado nas narrativas abaixo:

2. Entrevistado: *Naquela época, os migrantes bolivianos que vinham a São Paulo eram profissionais... profissionais como meu pai. Para obter documentos, era necessário passar por muitos exames, tanto psicológicos, como exame de sangue. Não como atualmente! Hoje, as pessoas da Bolívia vêm de zonas rurais, não querem estudar... mas antes não era assim. [...] Esses bolivianos que estão migrando agora vêm de zonas rurais, mas a Bolívia não é apenas assim.*

Moderador: Como é o seu relacionamento com os brasileiros?

Entrevistado: *Os brasileiros recebem os estrangeiros muito bem, de forma muito diferente dos outros países. Os brasileiros recebem os estrangeiros com gentileza. [...] Mas, se você disser que é boliviano, eles têm a ideia de que os bolivianos são todos iguais. Mas nós não somos. Por exemplo, os brasileiros pensam que a Bolívia é inteiramente como a Rua Coimbra, a feira boliviana aqui. Mas, não é. Há bolivianos que vão lá, mas a Bolívia não se resume somente à feira.*

Esta entrevista reforça a forma negativa de falar sobre o próprio intragrupo e até cria conflito dentro do grupo. É um tipo de separação que ocorre quando migrantes bolivianos são definidos como não tendo educação, sendo até indesejáveis pela comunidade migrante anterior. A narrativa revela sérias frustrações sobre a imagem da comunidade boliviana em São Paulo, a qual pode estar sendo arranhada pelos migrantes recém-chegados, descritos como migrantes de baixa qualificação. Por outro lado, os brasileiros são elogiados e vistos de forma absolutamente positiva. A sociedade hospedeira brasileira não recebe críticas, mesmo por estereótipos injustos. As críticas e reclamações são diretamente feitas aos membros do intragrupo, os bolivianos.

b) Baixa autoestima

Estreitamente relacionada com esse exemplo anterior, a baixa autoestima pode ser esperada quando um grupo mostra sinais de favoritismo fora do grupo. De acordo com Jost & Burgess (2000), grupos com favoritismo fora do grupo possuem uma tendência psicológica geral de justificar e racionalizar a ordem social existente e pensar que as relações de grupo existentes sejam legítimas e justas. Desta forma, se as relações intragrupais forem conflituosas, a tendência será de acreditar que há razões legítimas para isso e que o grupo fez algo errado para levar as relações nessa direção. Podemos ver isso realçado no extrato da seguinte entrevista:

3. Entrevistado: *Às vezes, quando digo que sou boliviana, dizem que os bolivianos são ruins, que não valem nada. Eles dizem que você é boliviana, mas você sabe que os bolivianos são pessoas ruins. Aí eu digo: não, nem todos! Mas, sim, eles exploram uns aos outros. Não pagam seus funcionários, todos nós conhecemos esses casos. Os brasileiros também dizem que os bolivianos bebem muito.*

Moderador: Então, os brasileiros dizem que os bolivianos bebem muito; é isso? **Entrevistado:** *Sim, realmente, os bolivianos de fato bebem muito; é verdade!* (rindo). **Moderador:** Isso a incomoda?

Entrevistado: *Um pouco. Porque quando eu digo que sou boliviana, sempre acrescento que nem todos os bolivianos são iguais. Concordo que eles exploram uns aos outros, mas nem todos fazem isso, e quando explico isso aos brasileiros, eles entendem.*

No trecho 3, a mulher boliviana reforça os estereótipos de que os bolivianos exploram uns aos outros, e que bebem demais. A legitimação desses dois estereótipos negativos reforça a ideia de que, realmente, os brasileiros estão corretos em pensar assim. A entrevistada deve, então, justificar o motivo pelo qual esses hábitos negativos existem; mas a baixa autoestima bloqueia a entrevistada e ela não resiste aos estereótipos enraizados. No fim, ela também acrescenta que os brasileiros entendem suas explicações, retratando os brasileiros como muito tolerantes e compreensivos. Esse processo, inteiramente psicológico, inverte a situação. Ao invés de rejeitar as acusações infundadas e estereotipadas, ela as legitima por meio de sua falta de resistência e de sua baixa autoestima.

c) Autorretrato positivo

Uma forma explicitada de negação, que foi possível constatar entre os participantes bolivianos, foi a negação de problemas, que resulta num autorretrato exclusivamente positivo, como ilustra o trecho 4.

4. Entrevistado: *Nunca me apresento como alguém que tenha problemas. Sempre digo, no Brasil, que vim aqui estudar.*

Alguns entrevistados acreditam que falar a verdade sobre suas dificuldades

na vida traria obstáculos a um bom relacionamento. Por isso, eles mantêm a crença de que se alguém se apresenta como uma pessoa que quer estudar, isso resulta numa imagem positiva, contrariamente ao que acontece com os migrantes econômicos, os quais são vistos de forma negativa. Migrantes econômicos são associados à pobreza e problemas.

O entrevistado, abaixo, também mostrou que está muito frustrado com a imagem negativa da Bolívia e, portanto, esforçou-se em retratar aquele país de forma branda (trecho 5):

5. Entrevistado: *Criei esse projeto Bolívia Cultural, onde (sic) mostro que a Bolívia não é apenas o que muitas pessoas veem... [...] Há muitos brasileiros que entram no site e enviam e-mails dizendo que não sabiam que a Bolívia era tão bonita, etc... [...].*

A intenção de retratar o próprio país positivamente é um desejo natural, porém, escondendo e negando problemas continuamente. Isso ocorre pelo medo de rejeição, que é uma realidade comum entre os imigrantes bolivianos em São Paulo.

d) Efeito terceira pessoa

O efeito terceira pessoa é um padrão semântico por meio do qual as pessoas conseguem encontrar uma desculpa para se livrar de uma situação, de um caso, de um exemplo mencionado. Isso significa que a pessoa é capaz de se referir a uma humilhação, a um embaraço potencial, ou a um caso proibido ideológica e moralmente, colocando a culpa em outras pessoas que não estejam presentes na ocasião da narração da história. De acordo com Billig (2006), quando as pessoas usam estruturas de efeito terceira pessoa, estão, na realidade, reivindicando indiretamente que os outros têm essa opinião, ou que tal fato aconteceu com uma terceira pessoa, mas com elas não; portanto, elas podem resistir, não compartilham aqueles pontos de vista, não terão essas experiências negativas (trecho 6).

6. Entrevistado: *Há pessoas que realmente tiveram experiências ruins [...].*

O efeito terceira pessoa produz otimismo irrealista e impactos impessoais, sendo esse alívio psicológico a essência dessas formas retóricas. Assim, como todas as formas de negação, isso faz as pessoas recusarem a realidade.

Tipos de Negação

Uma negação é um dispositivo semântico que contém uma parte aparentemente neutra do “nós”, e uma parte claramente negativa “deles” ou dos “outros”. Essa estrutura semântica é tão característica que adquire múltiplas facetas. De acordo com Petrova, “Uma negação pessoal é tão típica da maioria dos discursos contemporâneos que pode ser vista como um marcador ideológico” (2000, p. 32).

Abaixo, apresentamos algumas formas de negação que compuseram as narrativas dos brasileiros acerca dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo.

a) negação do racismo baseada em ignorância aparente

Não conheço muito desse tópico, mas ouvi dizer que, embora eles aleguem ter conflitos aqui, não retornam à Bolívia. Isso significa que devem ter condições ainda piores lá.

b) negação do racismo baseada na transferência

Outros mecanismos servem para neutralizar a primeira parte da frase; isto é, transferência, empatia aparente, ou até mesmo negação explícita podem formar a base das negações.

Não participei, mas ouvi muitos comentários no ônibus, tais como “Olhe! Há tantos bolivianos aqui”... e assim por diante.

c) negação do racismo baseada na empatia aparente

Tenho certeza de que eles têm muitas dificuldades, mas o Brasil também tem muitos problemas, de modo que não podemos ajudá-los mais do que já o fazemos...

d) negação do racismo baseada na negação explícita

Por exemplo, o bolsa família... digo... não estou reclamando aqui, mas muitas pessoas estão... estão reclamando que os que recebem bolsa família são preguiçosos e criminosos, etc...

Considerações Finais

O estudo permite avançar em aspectos importantes na configuração das relações sociais entre brasileiros e bolivianos, na cidade de São Paulo. A pesquisa confirma que a repressão e a negação discursiva se tornaram a principal técnica na luta contra a realidade, como forma de autoproteção (FREUD, 1950): ao lidar com a realidade, as pessoas se recusam a vê-la e expressam suas experiências através da negação.

De modo geral, predominou o favoritismo intragrupo, entre brasileiros, e o favoritismo fora do grupo, entre imigrantes bolivianos; tais favoritismos foram marcados por papéis de posição de poder e status socioeconômico.

A retórica social dominante do grupo de brasileiros enfatizou o país como nação receptiva à imigração estrangeira. Argumentam que os imigrantes (“o outro”) devem valorizar o fato de estar aqui, já que “nós” brasileiros somos discriminados no exterior. Outra retórica que reforça a posição de poder da sociedade hospedeira sobre os imigrantes bolivianos baseia-se nos discursos que buscaram reduzir a ênfase no estrangeirismo como base de discriminação.

No caso das entrevistas com o grupo de imigrantes bolivianos, predominou o tipo de retórica de elogio, tal como “os brasileiros são bons para nós, ajudam-nos muito”, com o favoritismo fora do grupo. O favoritismo fora do grupo em direção à minoria sem poder e o favoritismo intragrupo em direção ao lado poderoso da sociedade hospedeira resultam na manutenção do *status quo*. Para tolerar

todos os tipos de desigualdades, a comunidade de imigrantes bolivianos, bem como a sociedade hospedeira brasileira, dão suporte ou racionalizam o *status quo*, mesmo quando isso contradiz seu próprio autointeresse.

Nota

1 - O estudo faz parte do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” (FAPESP/CNPq/ NEPO-UNICAMP).

Referências

- ALLPORT, G. *The Nature of Prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1954.
- ARENDT, H. ‘On Humanity in Dark Times: Thoughts about Lessing’. In: ARENDT, H. (org.). *Men in Dark Times*. London: Jonathan Cape, 1970.
- BAENINGER, R. *Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo*. Projeto Temático FAPESP. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Unicamp, 2009.
- BILLIG, M. Discursive, rhetoric and ideological messages. In: MCGARTZ, C. & HASLAM (orgs.). *The message of Social Psychology: perspectives in mind and society*. Oxford: Blackwell, 1997.
- BURMAN, E. & PARKER, I. (orgs.). *Discourse analytic research*. Repertoires and Readings of Text in Action. London: Routledge, 1993.
- EDWARDS, D. & POTTER, J. *Discursive Psychology*. London: Sage, 1992.
- EDWARDS, D. & POTTER, J.. Language and causation: A discursive action model of description and attribution. *Psychological Review*. nº 100, 1993, p. 23-41.
- FREUD, S. *Totem and Taboo*. New York: W.W. Norton & Co, 1950.
- JOST, J. T. & BURGESS, D. Attitudinal ambivalence and the conflict between group and system justification motives in low status groups. *Personality and Social Psychology Bulletin*. nº 26, 2000, p. 293-305.
- PETROVA, D. ‘The Denial of Racism’, Roma Rights - Newsletter of the European Roma Rights Centre. N. 4, 2000, p. 26-38.
- PERES, R. *Mulheres na Fronteira: a migração de bolivianos para Corumbá – MS* (Tese de Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- POTTER, J. & WETHERELL, M. *Discourse and Social Psychology*. London: Sage, 1987.
- POTTER, J. & WETHERELL, M. Discourse Analysis. In: SMITH, J. A.; HARRE, R. & VAN LANGENHOVE, L. (orgs.) *Rethinking methods in Psychology*. London: Sage, 1995.
- SILVA, S. A. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, v. 20, nº 57, 2006, p.157-170.
- SIMAI, S. & BAENINGER, R. The Denial of Racism: The Case of Bolivian Immigrants in Sao Paulo. In: SIMAI, S.; BAENINGER, R. & HOOK, D. (orgs.) *Exploring Contemporary Racism: Denial and Affective Logic*. VDM Verlag Publishing: Germany, 2011.
- VAN DIJK, T. A. *Prejudice in Discourse: An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation*. Amsterdam: J. Benjamins Co., 1984.
- VAN DIJK, T. A. *Communicating Racism: Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987.
- VAN DIJK, T. A. Denying racism: Elite discourse and racism. In: SOLOMOS, J. & WRENCH, J. (ogs.). *Racism and Migration in Western Europe*. Oxford: Berg, 1993, p. 179-193.

- VAN DIJK, T. A. Discourse and racism. In: GOLDBERG, D. & SOLOMOS, J. (orgs.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. Oxford: Blackwell, 2004, p. 145-159.
- WETHERELL, M. & POTTER, J. *Mapping the Language of Racism: Discourse and the Legitimation of Exploitation*. New York: Columbia University Press, 1992.
- WODAK, R. et al. *“Wir sind alleunschuldige Triter”. Diskurshistorische Studien zum Nachkriegsantisemitismus* [“We are all innocent perpetrators.” Discourse Historic Studies in Postwar Antisemitism]. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1990.

RESUMO

O artigo objetiva analisar na prática discursiva, como prática social, vários exemplos discursivos da negação da existência de racismo, xenofobia e conflitos em relação à presença boliviana na cidade de São Paulo. O estudo indica o proeminente papel que a negação desempenha no discurso contemporâneo e, consequentemente, seus reflexos nas relações raciais e étnicas entre os imigrantes bolivianos e os brasileiros na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: análise do discurso; racismo; bolivianos.

ABSTRACT

This article attempts to analyze contemporary forms of racism, xenophobia and inter-ethnic conflicts through the study of denial of racism as a discursive form and social practice in the case of Bolivian immigrants in the city of Sao Paulo. The study examines the prominent role of denial of racism in contemporary discourse as well as its impact on racial and ethnic relations between Bolivian immigrants and Brazilians in the city of Sao Paulo.

Keywords: discourse analysis; racism; bolivians.

Estratégias de inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso no período pós-1990

*Cristiano Desconsi **

Este trabalho trata do movimento migratório do sul do Brasil para o Mato Grosso no período pós-1990, empreendido por um grupo de famílias cuja forma de vida e trabalho está e esteve associada à agropecuária. O objetivo central é analisar os caminhos seguidos e as estratégias de “entrada” no Mato Grosso acionadas pelos atuais “pequenos” proprietários rurais da microrregião do Alto Teles Pires. Consideramos que a categoria dos “pequenos” proprietários rurais é composta pelos chacareiros e assentados. Os primeiros são agricultores que possuem uma propriedade rural no entorno das cidades com área que varia de três a dez hectares e desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas. Já os assentados, são agricultores cujo acesso à terra se efetivou através de título de posse em projetos de assentamentos rurais via projetos desencadeados pelo Estado brasileiro. Possuem áreas de terra que variam de 50 a 250 hectares.

Para realizar o estudo sobre migração enquanto processo social, primeiro tomamos os atores (migrantes) como agentes coletivos, compreendendo as trajetórias no meio social em que as encontramos interagindo com os contextos sócio-históricos e outras forças estruturais e vetores que interferem no processo migratório (SILVA e MENEZES, 2006). É importante compreendemos que existem forças estruturais que constroem e desconstroem dinâmicas no espaço social (BOURDIEU, 1990). Mesmo que estejamos analisando, neste trabalho, os grupos

* Sociólogo, mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRRJ, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – Brasília – DF.

familiares que se deslocam, compreendemos que estes o fazem em meio a uma trama de relações sociais que envolvem outros migrantes, não migrantes e também as chamadas “comunidades de espectadores”, que permanecem nos locais de origem, mas conectados através das redes sociais (SAYAD, 1998). Para analisar esse deslocamento, tomamos a família (casal mais os filhos que migram conjuntamente) como categoria analítica. A análise do deslocamento geográfico, geralmente concebida, em termos locais, como deslocamento da família, lançou mão da noção de trajetória, que não se reduz a um sentido puramente geográfico (BOURDIEU, 1996).

O trabalho apresenta três partes. Na primeira, situamos de forma breve os fluxos e o contexto da microrregião no período pós-1990, situando as trajetórias do grupo estudado. Na segunda parte, analisamos as estratégias de inserção produtiva e social acionadas pelos atores na região de destino (Mato Grosso). O trabalho agrícola (“de peão”), os projetos de assentamentos rurais e as chácaras se configuram como caminhos trilhados pelas famílias. Os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no ponto de destino buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. Na terceira parte, discutimos a luta pelo acesso à terra e ao trabalho, além da busca pela acumulação de patrimônio, como aspectos centrais para compreender os deslocamentos, exigindo dos atores uma avaliação constante de qual é o “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória.

Fluxos Migratórios no período pós-1990

Nas décadas de 1990 e de 2000, os fluxos migratórios da Região Sul do Brasil em direção aos estados do Centro-Oeste e Norte ganham intensidade. O estado do Mato Grosso apresenta um dinamismo demográfico que é indicativo do avanço da fronteira agrícola e da urbanização. Nesse sentido, a microrregião do Alto Teles Pires apresenta destaque pela “tomada” da soja e, associada a ela, uma crescente urbanização, especialmente em Sorriso e Lucas do Rio Verde, cidades que margeiam a BR-163, e que vêm se consolidando como polos regionais nas atividades dos setores agroindustriais e de serviços. O município de Sorriso, entre 1991 e 2000, teve um incremento populacional de 121%; já de 2001 a 2007 o aumento foi de 53,45%, o que corresponde a 19.031 habitantes. O município de Tapurah apresentou decréscimo populacional, fato que se explica em grande parte pela emancipação de Ipiranga do Norte e de Itanhanga, no ano de 2005. Comparativamente aos municípios desta microrregião, o estado do Mato Grosso teve um crescimento populacional de 2,4% a.a., enquanto nesta microrregião o índice ficou em 8% (CUNHA et. al., 2004).

Ao mesmo tempo, os deslocamentos populacionais apresentam dinâmicas particulares, o que remete à necessidade de compreendê-los para além das análises restritas aos espaços de origem e destino, ou somente pelos saldos migratórios e fluxos predominantes, ou, ainda, por mais relevante que seja no caso da microrregião em questão, pela crescente urbanização (BRITO, 2000).

A urbanização, nesse sentido, possui uma correlação direta com a dinâmica ligada às atividades agropecuárias, na medida em que tais municípios se tornam polos do setor de agroindustrialização e prestação de serviços, assim como locais de residência de trabalhadores. “O conhecimento do Cerrado, do desbravamento, começou de 90 pra cá. Antes, era derrubar mato para plantar arroz. O forte mesmo depois de 1992 e 1993, aí começou o povo mesmo a trabalhar na terra, a usar a terra velha.”¹ Nessa dinâmica do desenvolvimento, a agricultura tem um papel importante não somente como produtora de alimentos e matérias-primas, mas também como mercado para os outros setores do complexo agroindustrial, com destaque para o setor de máquinas, insumos e sementes. Ganham destaque, também, culturas agrícolas destinadas especialmente à exportação ou à agroindústria, como é o caso da soja, baseadas nas dinâmicas dos preços internacionais. Estão presentes, nessa dinâmica de expansão, fatores como a criação de infraestrutura (estradas, armazéns e serviços) (MARTINE e GARCIA, 1987).

Com “o conhecimento do desbravamento do Cerrado”, como relatou o comerciante entrevistado, a agricultura, especialmente após a década de 1990, mediante o processo de incorporação de novas áreas ao sistema produtivo, tem condições de ganhar escala e rapidez. “Você pega daqui pra Paranatinga [leste], 300 km, é tudo aberto, tem armazém e está plantando soja. Pro outro lado [oeste], 300 km também, aqui tem uma expansão muito grande pra você trabalhar, pra você andar, pra você crescer.”² A expansão, nesse sentido, tem como pontos de referência a cidade de Sorriso e a BR-163. A narrativa do chacareiro é pertinente, pois aciona os elementos da oportunidade nas “áreas novas” e “o crescer”, este como sinônimo de acumular “recursos” através do trabalho. A dinâmica da urbanização, porém, ocorre em confluência com políticas públicas de redistribuição de terras nos projetos de assentamentos de Reforma Agrária. A possibilidade de acesso à terra atrai famílias de migrantes do sul do Brasil, bem como produz um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio estado do Mato Grosso. As desapropriações para fins de Reforma Agrária, empreendidas pelo Estado brasileiro, vão ter nova ênfase na década de 1980 e vão ganhar destaque expressivo, pelo menos do ponto de vista numérico, na segunda metade da década de 1990. A tabela abaixo traz uma radiografia dos projetos e respectivos números de famílias assentadas no período de 1986 a 2003, no estado do Mato Grosso:

TABELA 1 - Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)

PERÍODO	NÚMERO DE PROJETOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
1986- 1991	25	4247
1991-1996	77	15040
1996-2001	189	35493
2001-2003	34	4450
TOTAL	325	59230

FONTE: Superintendência do INCRA do Mato Grosso. Tabulações Nepo Unicamp, 2003. (Adaptadas pelo autor, incluindo os dados dos projetos do governo do estado, INCRA e Projetos Casulo).

De 1996 a 2001, o aumento de 35.493 famílias assentadas está relacionado diretamente à política governamental de Reforma Agrária levada a cabo especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com base nos dados atualizados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 1995-2002, “o governo de FHC desencadeou 5.100 projetos, beneficiando 423.813 famílias”. Desta quantidade, 35% se localizaram na região Centro-Oeste. Isto, em suma, situa os dados elencados acima sobre os assentamentos na região de estudo. A pressão dos movimentos sociais do campo, na década de 1990, em meio a um conjunto de conflitos e massacres, demarca a luta pela terra e desencadeia desapropriações como resposta a esses movimentos. As regiões de maior tensão social, devido às ações de ocupação e conflitos entre fazendeiros, posseiros e outros agentes, são os espaços onde se localizam as “manchas” de assentamentos, fato também identificado no Mato Grosso (LEITE e MEDEIROS, 2004).

Estratégias de acesso à terra e ao trabalho

Uma das questões que permeia as discussões sobre o processo migratório está relacionada ao tipo de inserção (produtiva) dos migrantes no novo espaço. O que estaria sendo levado em conta por parte dos atores migrantes na definição do local de residência e do tipo de inserção produtiva? Foi recorrente, nas narrativas dos atores, a referência ao momento de migrar e ao local para onde se pretendia migrar. A fala do agricultor L. M. sintetiza bem essas referências: “Aqui no Mato Grosso temos que estar no lugar certo, no momento certo”. Esta afirmação vem associada à observação de oportunidades de produzir a mobilidade social ou acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. No caso do conjunto das famílias, isto está associado ou ao acesso à terra e sua valorização ou ao trabalho agrícola (trabalho de peão) em fazendas e cidades em crescimento.

Acesso e valorização das terras

Perpassa as trajetórias desse grupo estudado a busca pela terra, ou ainda, a busca por mais terra. A terra é o meio de produção pelo qual, através do trabalho familiar, se pode obter a produção de subsistência e possibilitar as condições mínimas de acumulação de patrimônio visando à geração seguinte (filhos). Esta relação das famílias com a terra se constrói carregada de um conjunto de significados e representações dos camponeses (WOORTMANN, 1995). No Brasil, essa busca deve ser situada dentro de um processo histórico em que a reprodução dessas famílias sempre esteve associada a processos de expropriação de populações camponesas e de migração para novas fronteiras (MARTINS, 1981). Este fato pode ser identificado nos percursos das famílias de agricultores que por vezes saem de regiões do Rio Grande do Sul, perpassando diversas etapas até chegar ao Mato Grosso. Migrar é a possibilidade do acesso à terra, cuja disponibilidade está na fronteira. Assim, o Mato Grosso é o lugar de oportunidade, na busca pela autonomia da família.

Nas novas fronteiras, um elemento central no “chamamento” das famílias de agricultores diz respeito à abundância de terras produzindo a ideia de que, além do lote inicial, seria possível aumentar o patrimônio familiar através da compra de outras áreas de terra. A propaganda também vinha associada a uma dimensão simbólica “do espaço”, característica do Cerrado. É a representação do espaço supostamente vazio, que passará a ser incorporado, é onde vai ser estruturado o espaço social em conformidade com uma visão de mundo destes atores (ZART, 1998).

A insuficiência de terras na origem é ponto relevante e gerador de uma condição de crise que pressionou as famílias a migrar. A partir da unidade produtiva, essas famílias avaliaram que a quantidade de terra e de outros fatores de produção que possuíam eram fatores limitantes para o aumento da produção no tipo de atividade agrícola desenvolvida. Assim, a estratégia identificada para gerar aumento da renda familiar está associada à busca por “mais terra” em outras regiões do país.

A necessidade de mais terra, além da questão da herança, pode estar vinculada à modernização dos sistemas produtivos adotados na região Sul. As pesquisas que observam o deslocamento dos agricultores para a fronteira citam a relação entre a venda da terra no Sul, geralmente pequena no sistema de “colônias”, e a possível aquisição de áreas maiores, mesmo nos assentamentos rurais (lotes de até 100 hectares) (SANTOS, 1993). Esta racionalidade, que objetiva ampliar o patrimônio pela aquisição de terras baratas, indica a possibilidade de o agricultor, ao dispor de mais terras, poder aumentar sua produção com vistas a reproduzir seu grupo familiar melhorando suas condições de vida.

No entanto, há outro elemento associado à busca por terras baratas: a perspectiva de valorização das mesmas. Chama a atenção, no caso dos assentamentos, o grau de valorização monetária, o preço praticado nos negócios. Essa valorização expressiva que chega, em algumas situações, a 1000 % (especialmente nos primeiros cinco anos), gera uma tensão para a venda do lote sobre os agricultores assentados, sobretudo quando do enfrentamento de dificuldades financeiras, como ocorreu no caso dos assentados de Santa Rosa II, que acessaram o primeiro crédito e a Rede de Eletrificação Rural somente em 2005-06. Diante das dificuldades apresentadas, a pressão de compradores “de fora” aumenta.

A média do preço dos lotes gira em torno de 10 mil a 12 mil sacas de soja ou, convertendo nos valores praticados em agosto de 2008, aproximadamente R\$ 350.000,00 a R\$ 400.000,00 por lote de 80 a 100 hectares, no caso de áreas de terra há mais de três anos em cultivo. Nesse sentido, o preço da terra nesses assentamentos salta de R\$ 100,00 por hectare para valores entre R\$ 3.200,00 e R\$ 3.500,00 por hectare, isso num espaço de tempo inferior a nove anos. Destaco que esta expressiva valorização monetária da terra não é fato que se constata somente nos assentamentos rurais, ela acontece em todas as áreas de terra desta microrregião.

No caso do Cerrado mato-grossense, os agricultores que migram para estas terras nos anos recentes sabem que, além da terra e do trabalho, terão que ter “o recurso”, ou seja, o capital (dinheiro, crédito, insumos, máquinas), a fim de “fazer agricultura e mexer com lavoura”. Neste caso, pressupõem o uso de um aparato tecnológico a fim de tornar a terra produtiva. No entanto, transformar a terra bruta em terra de lavoura aumenta as expectativas de renda da terra, de seu valor de mercado e sua possibilidade de venda.

A dimensão da terra, os lotes em assentamentos e as chácaras são concebidos também como ativos financeiros de alta liquidez. Notoriamente, esta concepção não deve ser compreendida na análise, isoladamente, mas como resultado de uma confluência de fatores, entre os quais se destacam: a) a falta de capital financeiro e o acesso limitado ao crédito institucional e à assistência técnica; b) o temor de perda do lote por motivos de conflitos no assentamento (posseiros, atitude dos funcionários estatais) e do forte apelo e interesse de potenciais compradores, sejam fazendeiros ou mesmo outros agricultores do Sul mais capitalizados.

O trabalho agrícola – “o peão”

Outro componente presente nas trajetórias desses assentados e chacareiros é a passagem pelo trabalho agrícola, na categoria “trabalho de peão”, segundo a denominação local. Esta categoria designa o trabalho de empregado submetido a um patrão; designa, acima de tudo, o empregado agrícola que, em geral, tem nas fazendas seu local de trabalho; representa o trabalho não autônomo, ou, dito em termos populares, “trabalhar no que é dos outros”. Na medida em que a família nunca teve acesso à sua unidade de produção, ou na medida em que a família da geração anterior (dos pais) não conseguiu acumular patrimônio para reproduzir a geração dos filhos em novas unidades domésticas, o trabalho de peão aparece como meio para esta finalidade.

Inicialmente, convém refletir sobre as distinções que se apresentam associadas à denominação “trabalho de peão” a que estamos nos referindo, a partir dos casos analisados. Assim, de modo geral, caracterizamos quatro formas de trabalho associadas à designação “de peão”:

1) A primeira refere-se ao emprego agrícola permanente, ou seja, o “peão fixo”. É aquele que recebe remuneração mensal e por vezes alguma forma de bonificação no final da safra anual. O peão pode residir nas fazendas com a família ou em local próximo e se deslocar até a fazenda, que é o local de trabalho. Consideramos permanente esse trabalhador porque possui o vínculo de empregado, independente do ciclo agrícola.

2) Outra forma de “trabalho de peão” é o chamado safrista, o contratado para um determinado período do ciclo agrícola (plantio, colheita, por exemplo), com remuneração, em geral, por salário mensal naquele período, ou no caso de colheita, por porcentagem do produto colhido. Observando o ciclo agrícola, uma parte dos trabalhadores é contratada por período de seis a oito meses, que coincide com a estação das chuvas, que vai de outubro a abril. Nesse período

é que são cultivadas as lavouras de soja, milho e algodão (principais culturas agrícolas desta microrregião). Terminado este ciclo agrícola, os trabalhadores são dispensados. Esta forma de trabalho engloba, especialmente, os operadores de máquinas, motoristas de caminhões e carregadores.

3) A terceira forma de “trabalho de peão” é o de empreita ou o de diarista. Neste caso, entram em cena trabalhos sazonais, associados às práticas agrícolas; envolvem a abertura do Cerrado, a atividade de “catação de raízes”³, carregamento e descarregamento de caminhões, trabalho nos silos e armazéns. O pagamento é feito em valor monetário no final da atividade desenvolvida.

4) Uma quarta forma de trabalho, que também compõe a designação de peão, mas por vezes também a designação “de empregado”, refere-se às atividades ligadas à formação das cidades e vilas. Os trabalhos de pedreiro (construção civil), em cooperativas de prestação de serviços e de motorista são exemplos dessa forma, que possui remuneração por empreita ou pagamento diário.

Com essa tipificação, construída a partir das experiências vividas pelas famílias, queremos deixar claro o que designamos quando utilizamos o termo “peão”. De igual modo, ela é instrumento para compreender como e quando essas formas de trabalho foram acionadas pelos atores em suas trajetórias, bem como trazer indicações de mudanças que ocorreram no padrão de emprego agrícola nessa região.

Nas décadas de 1980 e 1990, que se caracterizam como principal período de migração do Sul com destino às áreas rurais dessa microrregião, duas formas de inserção nesse novo espaço estavam presentes de maneira mais intensa. Na primeira forma de inserção, o migrante tornou-se proprietário de terra ou por carregar em suas bagagens algum “recurso” acumulado, ou por ter sido beneficiado, no Mato Grosso, pelas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento efetivadas nesse período. Na segunda forma, o migrante entrou no Mato Grosso como peão. Nas trajetórias dos grupos estudados verificamos que o trabalho de peão configurou-se como estratégia para acumular algum patrimônio visando a compra de lote (em assentamento ou loteamento para chácaras) ou, ainda, visando investimentos iniciais sobre o lote adquirido, para a “arrancada” das atividades produtivas.

A forma de trabalho agrícola “atrativa”, por volta de 1998, no ato da chegada dos migrantes, estava associada ao emprego permanente nas fazendas, cujas condições permitiram juntar “recursos” para, posteriormente, buscar o acesso à terra própria. Morar na fazenda evita investimentos iniciais em aluguel ou mesmo na construção de algum tipo de residência para morar; os salários mensais garantem a manutenção da família. Buscar o trabalho de peão na sua forma de emprego permanente configura-se oportuno ao garantir uma segurança em relação à renda mensal e à moradia.

Essas famílias residiam nas fazendas onde trabalhavam, recebiam remuneração mensal entre dois a três salários, mais uma bonificação no fim da safra de soja, correspondente a 300 sacas. Outro elemento relevante, nestes

casos de inserção pelo trabalho de “peão fixo”, diz respeito ao período em que isto acontece. Na década de 1990 é que essa forma de trabalho agrícola se configura como possibilidade. A permanência o ano todo na fazenda está associada ao trabalho de operador de máquinas e equipamentos, à atividade de desmatamento de novas áreas ou, ainda, à função de zelador ou caseiro.

As outras formas de “trabalho de peão” também são recorrentes nas trajetórias do conjunto das famílias analisadas. Trabalhar “pra fora” foi a forma encontrada para a manutenção da família nos primeiros anos e, também, nos casos em que não se dispunha de “recurso” acumulado para investir no lote. O conjunto de serviços ligados à transformação produtiva do Cerrado em área de lavoura gera uma demanda intensa de trabalho durante um período de dois a três anos.

Nos anos recentes, os atores apontam uma mudança estrutural no emprego agrícola. Apresentam-se cada vez menos postos de trabalho para realizar as mesmas atividades agrícolas nas fazendas; esgotam-se as possibilidades de expansão de áreas nesses municípios; novas formas de contratação dos peões se configuram, restringindo-se a forma permanente a alguns caseiros e gerentes.

Os trabalhadores contratados como peões tendem, cada vez mais, a permanecer na condição de temporários, safristas e diaristas. Os trabalhadores contratados “por safra” ou ano agrícola (seis a oito meses) vão ter carteira assinada e receber no período pós-vencimento deste contrato de trabalho, por três meses, um seguro-desemprego com salários de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00; outro grupo de peões é contratado no período de plantio ou no de colheita, isoladamente. Ultimamente, inovações tecnológicas introduzidas nas atividades agropecuárias da região (seja pela incorporação de novas máquinas, seja pela adoção de novas práticas agrícolas) são apontadas como fatores de redução de oportunidades de trabalho nas atividades agrícolas desenvolvidas na região.

Cabe aqui reforçar a importância de datar historicamente os fatos, com suas nuances, relacionados ao processo migratório. O trabalho de peão, que vem se reduzindo, exige cada vez maior qualificação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o predomínio cada vez maior de contratos de curto período geradores de insegurança para as famílias que dependem do emprego agrícola. Paralelamente, este fato reforça a ideia que associa o acesso à terra (de modo especial chácaras e assentamentos) a um “porto seguro”, apesar dos problemas e dificuldades já apontados a partir dos próprios atores. Cada vez mais é recorrente a busca por intercalar diversas estratégias produtivas e de acesso ao trabalho, envolvendo todos os membros da família. As múltiplas configurações de acesso ao trabalho e as respectivas estratégias das famílias envolvidas são temas que devem ser objeto de reflexão mais aprofundada em outros estudos.

Os recursos da família na chegada em Mato Grosso

Na análise das trajetórias construídas pelos migrantes, que implicaram em várias etapas de migração associadas às estratégias do “ser peão”, vale a tentativa de identificar quais os parâmetros que influenciaram a escolha do local

de destino das famílias. No âmbito desta pesquisa, foi possível constatar que, no fluxo migratório do Sul para o Mato Grosso, as condições, os recursos de que dispunham as famílias apresentaram-se como fatores de definição, não somente da “entrada”, como também de uma nova etapa migratória dentro das trajetórias do grupo. No que diz respeito à opção pelo acesso à terra nos assentamentos e não em outros projetos de colonização empreendidos no Mato Grosso, as respostas giram em torno de recursos disponíveis naquele momento da migração: “Eu não vim com dinheiro, eu vim só com o comecinho. Se eu tivesse dinheiro teria comprado um lote de escritura.”⁴

Os assentamentos rurais são considerados como a possibilidade de acesso à terra, principalmente para aquelas famílias que dispõem de “pouco recurso”. Nesse caso, outras duas características dos assentamentos rurais devem ser observadas. Uma delas refere-se ao parcelamento da terra em lotes menores (em geral de 50 a 90 hectares), ao contrário de projetos agropecuários empreendidos por empresas colonizadoras, corretores de imóveis ou imobiliárias, que operam com áreas maiores (em geral acima de 400 hectares). Para comprar grandes áreas de terra e proceder à conversão da vegetação natural em área de lavoura, os recursos exigidos ficam muito além da disponibilidade dessas famílias⁵. Outra característica é que os assentados não possuem o título de proprietário do lote (escritura), mas sim a concessão de posse. Este elemento influi no preço das terras nos assentamentos estudados, ou seja, é maior o preço das terras nas áreas circunvizinhas que possuem a documentação de escritura.

As trajetórias dos migrantes do Sul “com pouco recurso”, rumo aos assentamentos como destino ou como nova etapa migratória, se confirmam quando observamos as tratativas antes da migração e as viagens para conhecer. O grande número de assentamentos no Mato Grosso criou expectativas de acesso à terra para esses migrantes. Para as famílias que trabalhavam em empregos agrícolas, a busca pela terra é cultivada como uma espécie de sonho, desde a migração do Sul para o Centro-Oeste.

Nesse sentido, identificamos que, nesta busca pela terra, cotidianamente eram “mapeadas” as regiões, no Mato Grosso, onde estavam ocorrendo desapropriações de terra entre os anos de 1996-2001, conforme descreve um dos assentados entrevistados: “Até uma época eu e o Edson saímos e fomos pra baixo da Vila Rica olhar umas terras”.⁶ Essa viagem, descrita pelo assentado “para olhar as terras”, aconteceu no ano de 2001 e compreendeu um roteiro exatamente em municípios do Mato Grosso⁷ onde estavam sendo implantados vários Projetos de Assentamentos, com destaque para o período de 1996 a 2001. As viagens para conhecer o Mato Grosso, com vistas a fechar negócios de compra de terra (lotes), também são componentes das trajetórias das demais famílias estudadas, que estabeleceram percursos pelas regiões onde estão situados Projetos de Assentamentos.

Em suma, evidenciamos que o recurso disponível (patrimônio acumulado) é elemento pertinente na definição de para onde e quando a família vai empreender sua migração. Talvez se tomássemos um grupo de “grandes”

proprietários desta mesma microrregião, observando a temporalidade de sua migração e os locais de inserção, verificaríamos configurações diferenciadas no próprio espaço geográfico. Os migrantes do Sul que dispõem de “pouco recurso” avaliam o acesso à terra nos projetos de assentamento rurais, mapeando os locais de novos projetos, bem como a sua situação; mapeiam da mesma forma, como um horizonte possível, novas regiões que estão em processo de expansão, buscando o trabalho “de peão”.

Considerações finais

O presente estudo sobre o processo migratório permite afirmar que os deslocamentos do Sul rumo ao Oeste não só permanecem no período pós-1990, como se intensificam, ganhando novos contornos. O foco analítico, a partir do grupo social que chamamos de “pequenos” proprietários rurais, permitiu uma abordagem diferenciada pelo olhar sobre os migrantes do Sul. Muito presente a busca por ascensão social e relevante enquanto elemento simbólico associado ao Mato Grosso, as famílias analisadas nesta pesquisa melhoraram suas condições de vida, apesar de não mudarem sua posição social. Este fato decorre de uma complexidade de fatores, que não cabe aqui analisar, cada um deles contribuindo, no que tange ao processo migratório, para esclarecer que a direção específica das trajetórias daqueles migrantes “de poucos recursos” se configurou em percursos peculiares, locais de trabalho e residência específicos destas famílias na sua chegada ao Mato Grosso.

Os assentamentos rurais, as chácaras, as fazendas e as cidades e vilas em formação são os espaços onde em geral as trajetórias perpassaram. Paralelamente, nestes locais as famílias alternaram períodos de suas trajetórias desempenhando algum dos “tipos” de trabalho de peão, além da condição de proprietários rurais em chácaras e assentamentos. Vale destacar que todas estas funções desempenhadas pelas famílias visam a acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. O acesso à terra é compreendido pelo grupo dos “pequenos” como o caminho para tal fim. Os caminhos presentes na trajetória (trabalho de peão em suas diversas formas, interações e apoio da rede social na qual cada família está inserida) são percebidos como etapas nesta busca, também associada ao ciclo de vida como “coisa para gente nova”.

No que tange à luta por terra no Mato Grosso, agregamos um aspecto que serve como mecanismo de acumulação, que é a valorização dessas terras. Este elemento apresenta uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que possibilita a uma família assentada um abrupto crescimento no valor de seu patrimônio, de outra parte é a terra com alto valor de mercado e ou sua facilidade em se transformar em ativo financeiro um dos aspectos que pressiona a concentração da terra e inviabiliza, em curto período de tempo, a possibilidade de permanência, no lote ou sítio, das famílias que possuem pouco capital (“recursos”).

Nesta busca pela terra nos anos 1990, os assentamentos, entendidos como políticas públicas promovidas pelo Estado, foram fundamentais. Paralelamente,

esteve presente a expansão dos empreendimentos agropecuários, que foram concentrando a terra enquanto base para consolidação dos polos microrregionais nos setores de comércio, indústria e serviços particularmente, em Sorriso e Lucas do Rio Verde. Nessas cidades, o crescimento vertiginoso permitiu a viabilização de pequenas chácaras no entorno e, também, a geração de trabalho agrícola na fase de derrubada e de expansão das áreas cultivadas e de construção das cidades.

Os atores sociais aqui pesquisados percebem este movimento que poderia ser considerado cíclico e de curta duração. Nesse sentido, avaliam constantemente o “momento certo e o lugar certo” na fronteira, ou seja, para onde poderia ser mais oportuna a migração diante das suas condições econômicas, sociais e culturais, o que implica na decisão entre as possibilidades de permanecer e de migrar. As trajetórias dessas famílias revelaram a condição de provisoriidade desse grupo, confirmada pelas avaliações entre o permanecer e o migrar como componentes de seu cotidiano e do conjunto de suas relações sociais, em geral, operadas como um processo negociado.

Notas

- 1 - Entrevista com N. H., Comerciante, município de Sorriso MT, 25/05/08.
- 2 - Entrevista com A. T., Chacareiro, Sorriso MT, 04/06/08.
- 3 - A atividade de catação de raízes consiste no trabalho realizado após a derrubada da vegetação natural do Cerrado. Os primeiros revolvimentos do solo com grade expõem na superfície da área as raízes da vegetação que existia ali. Nesta situação, são contratados trabalhadores para fazer a catação manual dessas raízes, que são amontoadas e, geralmente, queimadas na sequência do trabalho.
- 4 - Entrevista com A. H., assentado, Boa Esperança MT, 19/06/08.
- 5 - A liquidez de um ativo compreende o grau de facilidade ou dificuldade que determinado bem apresenta para ser vendido. Na argumentação de Plata (2006) há uma relação entendida como inversa entre o tamanho do imóvel (dimensão) e o preço. Segundo este autor, os imóveis de menor dimensão são mais fáceis de ser vendidos por apresentarem maior demanda de compradores.
- 6 - Entrevista com I. F., assentado, Boa Esperança MT, 10/06/08.
- 7 - Nos municípios de Colniza, Confeza e Porto Alegre do Norte no período de 1996-2001 foram assentadas, respectivamente, 2172, 1130 e 370 famílias. (Fonte: Superintendência do INCRA Mato Grosso, Tabulações Nepo-Unicamp, adaptado pelo autor).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, 8ª ed.
- BRITO, Fausto. *Brasil, final de século*: A transição para um novo padrão migratório? Caxambu, XII Encontro da ABEP, 2000. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2010.
- CUNHA, José Marco Pinto da et al. *Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso*. Campinas: NEPO, Texto 49, 2004.
- DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários rurais*: Trajetórias de migrantes do Sul do Brasil em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2011.
- LEITE, Sergio Pereira e MEDEIROS, Leonilde. *Marchas e contra-marchas na política agrícola*.

- In: FALEIROS, Vicente de Paula; NUNES, Seleme; FLEURY, Sônia. *A era do governo FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: INESC, 2004.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PLATA, Ludwig Einstein Agurto e REYDON, Basttian Phillip. Políticas de Intervenção no Mercado de Terras no governo FHC. In: REYDON, Basttian Phillip e CORNÉLIO, Francisca Meide Maemura (orgs.). *Mercado de Terras no Brasil: Estrutura e Dinâmica*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários, 2006.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos, exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Maria Aparecida e MENEZES, Marilda. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2009.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, compadres e parentes: os colonos do Sul e os sitiantes do Nordeste*. Brasília: EDEUB / Hucitec, 1995.
- ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde MT na década de 80*. Cáceres: UNEMAT, 1998.

RESUMO

Este trabalho trata do processo migratório do sul do Brasil para o Mato Grosso no período pós-1990. Partimos do pressuposto de que este fluxo migratório apresenta uma heterogeneidade de grupos sociais com suas experiências que produzem relações que se modificam em cada período histórico. O objetivo central é analisar os caminhos e as estratégias de “entrada” no Mato Grosso desencadeadas pelos atuais pequenos proprietários rurais. A partir da análise das trajetórias, na primeira parte é construída uma contextualização que dialoga com o processo de desenvolvimento desencadeado na região; num segundo momento aprofunda a análise sobre a “chegada” desses atores sociais no Mato Grosso. Os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no ponto de destino buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. As lutas pelo acesso à terra e ao trabalho são centrais neste aspecto, exigindo dos atores uma avaliação constante de qual o “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória.

Palavras-chave: agricultores; sul do Brasil; Mato Grosso.

ABSTRACT

The article focuses on the migration processes experienced by peasant families from the south of Brazil to Mato Grosso state in the post-1990s period. We base our study on the assumption that this migratory flow shows a heterogeneity of social groups with their experiences which produce different relations in each historical moment. The main goal is to analyze the path and strategies of the “entering” in Mato Grosso by small rural land owners. From the analysis of the trajectories, we first contextualize the development process of the region; in a second moment, we deepen the analysis about the “arrival” of these social actors to Mato Grosso. The so-called “small” social actors move about in their destination seeking spaces for inserting themselves into production and finding a place to live. The struggle for the access to land and to work are key in this respect, requiring a constant assessment by the actors regarding the “best place” to settle or establishing a new migration step.

Keywords: farmers; Southern Brazil; Mato Grosso.

O fim do uso do alojamento nos grandes canteiros de obras de São Paulo como instrumento de flexibilização do trabalho

*Marcus Vinicius Spolle **

O alojamento dentro dos canteiros de obras da construção civil foi apontado por Sonia Grandi (1985), em sua pesquisa sobre mobilidade da força de trabalho na construção civil, como fator migratório importante: de um lado, estratégia de sobrevivência do migrante na metrópole e, de outro, fator de atração e barateamento da mão de obra para o empresário, instrumento de redução de custos.

A partir de 1998, porém, foi constatado, através de pesquisa feita nos canteiros de obras da construção civil¹, que o alojamento passou a não ser mais utilizado com frequência pela indústria da construção civil, principalmente no setor de edificação habitacional, comercial e administrativa da cidade de São Paulo, ficando restrito a áreas onde não existiam infraestruturas urbanas, como: construção de estradas, pontes e viadutos; locais afastados dos grandes centros; obras e reformas feitas por pequenas empresas de construção civil nas áreas periféricas da capital paulista.

Essa mudança reflete mais que o fim de uma estratégia, dentre as inúmeras utilizadas pelo capital para desonerar custos, representando, na verdade, um novo paradigma nas formas de acumulação, o que vem sendo caracterizado como acumulação flexível².

Sobre a pesquisa

Dado o grande volume de construções na cidade de São Paulo, a pesquisa realizada partiu da definição de uma amostra que pudesse dar conta da utilização

* *Doutor em Sociologia pela UFRGS.*

do alojamento na construção civil na cidade. Para tanto, foram utilizados, num primeiro momento da pesquisa, os dados cadastrados e disponibilizados pela SEHAB/SP (Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo), referentes ao número de canteiros de obras de edificação habitacional, comercial e administrativa nas Administrações Regionais do município de São Paulo.

Escolhida esta fonte de dados, foi necessário estabelecer um corte temporal e outro espacial para a abordagem da questão. O período escolhido para a análise foi o dos três anos retroativos ao início da pesquisa (1998, 1997, 1996). Tal procedimento justifica-se em função do tempo máximo concedido para se dar início à obra: três anos. Assim, para os anos anteriores a 1996 não poderiam ser encontrados canteiros de obras, pois o prazo do alvará já teria expirado ou a construção já teria chegado ao seu término³.

O corte espacial baseou-se na divisão do município de São Paulo em Administrações Regionais – ARs. Cada Regional é formada por um conjunto de distritos. A cidade de São Paulo tem 96 distritos, distribuídos em 28 Administrações Regionais. Foram selecionadas as Regionais onde o conjunto de distritos apresentou maior crescimento, isto é, uma verticalização intensa no período de 1991 a 1995, com números de construções situados entre os mais elevados: AR/Moóca e AR/ Pinheiros.

Para conseguir identificar as Regionais com maior crescimento vertical, recorreu-se aos índices de verticalização, no período de 1991 a 1995, nos distritos da cidade de São Paulo. A metodologia para a elaboração do índice de verticalização foi desenvolvida pela Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo. O índice indica a participação da área verticalizada em cada distrito.

É importante salientar que as bases espaciais utilizadas pela Secretaria de Habitação e pela Secretaria de Planejamento não são as mesmas. A primeira divide a cidade em Regionais, enquanto a segunda trabalha com a divisão distrital. Embora as Regionais sejam compostas por distritos, não existe coincidência perfeita entre as duas bases. Isso porque alguns distritos têm sua área dividida entre duas Regionais vizinhas.

A partir do índice de crescimento vertical na cidade de São Paulo, foi escolhida a AR/Pinheiros, por ser a segunda Regional com o maior crescimento (2.273.841 m²) no índice de verticalização no período estudado, ficando somente atrás da Regional Vila Mariana (2.296.283 m²). Como esta Regional teve índices negativos de crescimento nos setores comercial e de serviços nesse mesmo período, deu-se preferência à Regional Pinheiros.

Já a AR/Moóca foi escolhida por ser uma das Regionais que tem os maiores índices de crescimento vertical (762.892m²). Está entre as dez primeiras. Além disso, os distritos do Tatuapé e Moóca localizam-se na Zona Leste da cidade, oposta à Regional Pinheiros, localizada na Zona Oeste, a outra escolhida. Enquanto corte espacial, é uma tentativa de cobrir uma extensão maior da cidade; além de permitir a comparação de Regionais com características sociais diferentes.

A partir desta seleção, foram listados os endereços dos canteiros de obras contidos no cadastro da Secretaria de Habitação, referentes a essas duas Regionais, que haviam obtido autorização para iniciar a obra. Esses foram localizados na Planta da Cidade de São Paulo e visitados.

Verificou-se que, na maioria dos locais, as obras estavam em andamento. Apenas em dois canteiros as obras ainda não tinham sido iniciadas.

Tabela 1: Alojamentos nos canteiros de obras por regional: 1996 a 1998					
Regionais	Sem alojamentos	Com alojamentos	Obras finalizadas	Obras não iniciadas	Total
AR/PI	67	01	02	01	71
AR/MO	62	00	01	01	64
Total	129	01	03	02	135

Fonte: Spolte, 2001.

A Tabela 1 foi elaborada a partir das visitas aos canteiros de obras das Regionais selecionadas (AR/Moóca e AR/Pinheiros). Da análise dos dados pôde-se concluir que, considerando-se as duas Regionais, dos 135 canteiros visitados, em 129 não havia alojamentos, o que significa 95,5% do total dos canteiros.

Na Regional Pinheiros foram visitados 71 canteiros. Desses, em 67 (96,8%) não havia alojamento, 2 já haviam terminado a fase de construção e em um as obras não tinham sido iniciadas. Na única obra em que foi constatada a utilização de alojamento, a empresa responsável pela alocação dos trabalhadores fornece alojamento fora do local de trabalho: a empresa aluga uma casa nas proximidades do canteiro. Único caso encontrado, não parece esboçar uma nova tendência, tendo sido, aqui, tratado como exceção.

Já na Regional Moóca foram visitados 64 canteiros e em nenhum deles foi constatada a presença de alojamento. Uma das obras já estava concluída e outra ainda não havia sido iniciada.

É importante ressaltar que as obras de pequeno porte não foram arroladas. As pequenas empresas do setor da construção que, geralmente, trabalham com a construção ou reforma de casas, além de estarem vinculadas, enquanto autorização da obra, à Administração Regional e não à SEHAB, estão dentro da lógica do mercado informal, o que dificulta uma análise comparativa sobre as estratégias de utilização de instrumentos de exploração e aliciamento da força de trabalho em setores tão díspares.

Assim, as conclusões sobre o fim do alojamento estão delimitadas a uma fatia do subsetor da construção civil, isto é, o das grandes empresas que constroem prédios habitacionais, comerciais e administrativos na cidade.

As informações dadas pelos responsáveis pelas obras (engenheiros ou mestres de obras) confirmam a tendência para o fim do alojamento, atestando que, nos anos 1997 e 1998, as empresas não utilizavam mais esse expediente. Os alojamentos faziam-se presentes somente na periferia da cidade (na construção de viadutos e pontes, por exemplo) ou na construção de estradas.

Assim, foi constatado, na pesquisa, que esse tipo de moradia não era mais a “porta de entrada” para o trabalhador migrante recente, obrigando a questionar sobre os motivos que levaram ao fim do uso dessa estratégia por parte dos empresários.

Para investigar esta questão do fim do alojamento, foram entrevistados os representantes dos sindicatos patronais e dos empregados da construção civil, que confirmaram a tendência.

Sobre o fim dos alojamentos

A análise dos indicadores sobre emprego e desemprego na cidade de São Paulo, na segunda metade da década de 1980 e na década de 1990, possibilita a compreensão das estratégias do setor:

Tabela 2 - Distribuição do Pessoal Ocupado segundo Setor de Atividade Econômica (1985 a 1998)										
Setor de Atividade	Distribuição do Pessoal Ocupado (%)									
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1994	1996	1998
Indústria de transf.	29,8	31,4	30,9	29,1	30,4	28,3	24	23,4	20,8	17,8
Construção Civil	3,0	3,3	3,7	4,1	3,7	3,2	2,9	2,8	2,7	2,4
Comércio	14,7	14,6	15,2	14,9	15,0	16,8	16,6	17,1	17,4	17,0
Serviços	44,0	42,4	42,8	44,4	44,1	45,1	48,5	48,9	50,8	54,1
Serviços Domésticos	8,1	7,8	7,0	6,8	6,1	6	7,3	7,3	7,8	8,3
Outros	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,3	0,3	0,3
Sem Declaração	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação SEADE; Pesquisa Emprego e Desemprego.

No primeiro período (1985 a 1989) da Tabela 2, verificou-se que o setor da construção civil teve um aumento no índice de ocupação, isto é, o setor estava em expansão, o que pode indicar que as estratégias de contratação, via alojamento, faziam parte dos instrumentos utilizados pelas construtoras, o que foi ratificado pelo estudo de Sonia Grandi. A autora apontava o alojamento como “*porta de entrada do migrante*”.

Já na década de 1990, os índices de ocupação do setor da construção civil começam a mostrar um pequeno declínio. Este fato, somado a outros, como o desemprego, a recessão, a adaptação ao mercado e a modernização da indústria da construção civil, podem ter sido responsáveis pelo fim do uso do alojamento nos canteiros de obras.

A partir da análise dos dados e das entrevistas, foram levantadas algumas hipóteses que explicariam o fim do alojamento. A primeira delas é que esse fenômeno seria efeito do processo de recessão e desemprego estrutural, principalmente como reflexo do novo paradigma nas formas de acumulação do capital, marcado pela globalização e pelas políticas econômicas neoliberais. Um excedente de trabalhadores residindo nas cidades foi sendo gerado, o que garantiria a demanda de força de trabalho, de tal maneira que o alojamento

não fazia mais sentido como instrumento de atração da mão de obra migrante. Porém, esta hipótese pode ser descartada, pois a pesquisa nos canteiros de obras também evidenciou a existência da continuidade do uso de migrantes recentes⁴ pela indústria da construção civil, apesar do fim do uso do alojamento.

Esta importante constatação levou a uma segunda hipótese: o setor continuou valendo-se das vantagens sobre o custo da força de trabalho oferecidas pelo uso do trabalhador migrante, porém, desonerou-se do custo do alojamento como forma de manter os lucros, mesmo em um período recessivo, não tendo de arcar com o custo da moradia, deixando para o migrante essa responsabilidade.

Assim, com o fim do alojamento, o empresário do setor da construção civil continuou utilizando o migrante recente sem os incômodos decorrentes do uso desse tipo de moradia.

Outra questão, que se somaria à segunda hipótese, no sentido de novas estratégias para diminuir o custo da produção, seria a levantada a partir das entrevistas realizadas com os representantes dos sindicatos, tanto patronais como dos trabalhadores, que apontam a alteração da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) – Condições de Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, sancionada em 26 de julho de 1983. Os estudos que embasaram essa alteração foram iniciados a partir de determinação do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho (SSST/MTb), em 10 de junho de 1994. Em 7 de julho de 1995 foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a alteração da mencionada Norma Regulamentadora.

Ségundo a justificativa dada no prefácio da publicação, a alteração foi motivada pela necessidade de atualização diante das reivindicações do sindicato e de instituições ligadas à seguridade do trabalhador da construção civil, além da evolução dos métodos, avanços da tecnologia e das relações de trabalho do setor.

As alterações havidas quanto às condições de segurança e salubridade nos alojamentos, na opinião dos sindicalistas representantes dos operários da construção civil pública (COHAB e CDHU), constituíram fator decisivo para o fim dos alojamentos. A Legislação, em seu item 18.4.2.10, referente à questão do alojamento, prevê:

(...) os alojamentos dos canteiros de obra devem ter paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente; ter piso de concreto, cimento, madeira ou material equivalente; ter cobertura que proteja das intempéries; ter área mínima de 3,00m² por módulo cama/armário, incluindo a área de circulação; ter área de ventilação de, no mínimo, 1/10 da área do piso; ter iluminação natural e/ou artificial; não estar situado em subsolos ou porões das edificações; ter instalações elétricas adequadamente protegidas; uso de, no máximo, 2 (duas) camas na mesma vertical; ter armários duplos individuais (...) (DOU, 1995).

Ainda segundo os sindicalistas, essa alteração teve influência no custo da manutenção do alojamento e, por decorrência, no custo da força de trabalho, resultando, assim, no fim desse instrumento de arregimentação como forma de barateamento da mão de obra. Tanto assim que grandes empresas (Camargo Corrêa, CBPO, etc.), que sempre investiram em salário indireto, como cesta básica, alojamento e refeitório, estavam aos poucos desistindo do uso da moradia no local de trabalho. Como as outras empresas não adotaram o mesmo procedimento, em termos de concorrência de mercado, o custo da força de trabalho tornou-se inviável.

Todavia, apesar do fim do alojamento ser um efeito das alterações da NR-18, não se pode concluir que tal medida seja o reflexo da decisão de cortar o custo, de maneira isolada. Essa medida é mais um componente do processo de desregulamentação, terceirização e precarização do trabalho, resultado das novas relações entre capital e força de trabalho preconizadas no contexto da chamada acumulação flexível.

Além do fim do alojamento, é cada vez mais frequente o uso de outros artifícios de barateamento da força de trabalho, como a terceirização: prestadoras de serviços que contratam a mão de obra ou cooperativas que utilizam trabalhadores sem ter os custos trabalhistas.

Os motivos do fim do alojamento e do uso de outros instrumentos de aliciamento, barateamento e precarização da força de trabalho fazem parte das transformações ocorridas na relação entre capital e força de trabalho nas últimas décadas, principalmente vinculadas ao processo de globalização iniciado a partir do final dos anos 1980.

A partir desse período, as transformações tecnológicas, como a revolução da microeletrônica, põem fim ao padrão fordista de produção, resultando na mudança das relações entre capital e trabalho, tais como os processos de terceirização, flexibilização e desregulamentação da força de trabalho.

Segundo Robert Kurz, o sistema produtor de mercadorias esgotou a sua possibilidade de crescimento dentro da lógica fordista/taylorista, esbarrando na contradição entre o imenso desenvolvimento tecnológico e a manutenção da base de consumo. Assim, o mercado começa a se tornar saturado. Com o advento da revolução tecnológica da microeletrônica, é dado o salto no crescimento que irá refletir como crise de geração de empregos nos anos 1980. Sem uma base nacional que garanta o consumo, faz-se necessária, por um lado, a expansão transnacional, isto é, o processo de globalização e, por outro, a mudança da lógica produtiva, agora flexível. Essas transformações implicam na alteração da lógica das políticas estatais e do próprio Estado; o neoliberalismo e a “invenção” do Estado mínimo vão garantir a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o baixo custo da força de trabalho, tanto nos países centrais como na periferia, pois o capital globalizado e sem pátria agora busca produzir onde o custo da produção é baixo – salários, matéria-prima ou infraestrutura (KURZ, 1995).

Dentro desta lógica de racionalização, a forma de produzir do sistema produtor de mercadorias também se modifica com a flexibilização da produção. A flexibilização faz-se em vários sentidos: flexibilidade dos produtos frente às necessidades do mercado; flexibilidade do trabalhador, que se torna polivalente, “um homem, cinco máquinas”; a flexibilidade da força de trabalho frente à terceirização e à desregulamentação do trabalho. Desse modo, o sistema produtor de mercadorias tende a utilizar todas as formas para baratear o custo de produção, com o amparo do Estado, mesmo que essas precarizem as condições de vida do trabalhador (ANTUNES, 2000).

Esse quadro de mudanças das relações entre capital e trabalho reflete-se em todos os setores da indústria e em todos os países que fazem parte da estratégia de reprodução do sistema produtor de mercadorias.

A partir dos anos 1990, a indústria da construção civil também vai utilizar instrumentos oferecidos pela lógica flexível de diminuição do custo da força de trabalho, entre os quais, o fim do alojamento.

O setor adapta-se de forma diferenciada às transformações ocorridas no direito trabalhista e às estratégias de diminuição do custo da força de trabalho. Antes da regulamentação do alojamento, em 1995, sua implementação era vantajosa, pois não apresentava alto custo de construção, garantia o acesso de trabalhadores migrantes como força de trabalho barata, além de permitir que o operário estivesse à disposição da obra. A partir de 1995, com as exigências de melhorias nas condições dos alojamentos e o consequente aumento do custo da força de trabalho, o setor da construção civil, antes mesmo de qualquer processo formal de desregulamentação por parte do Estado, descarta o alojamento. Assim, as melhorias não chegam a se efetivar, valendo-se o setor de outros expedientes.

Notas

1 - Ver SPOLLE, Marcus V. “O fim do alojamento na construção civil: uma ‘porta de entrada’ a menos para o migrante na metrópole”, dissertação de mestrado defendida, em 2001, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP.

2 - O conceito de “acumulação flexível” ou “especialização flexível” foi pioneiramente desenvolvido por Sabel e Piore em *The Second Industrial Divide* (1984).

3 - Em média, a construção de um edifício residencial demora de seis meses a um ano e meio, segundo informações coletadas em entrevista com representante do Sindicato dos Empregados da Construção Civil.

4 - É importante salientar que foi utilizado o termo “recente” para um corte temporal de dois anos de residência na cidade ou na grande São Paulo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

GRANDI, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da Força de Trabalho*. Tese em Ciências Sociais/FFLCH. São Paulo: USP, 1985.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – *FUNDACENTRO – SST/Mtb*. Norma Regulamentadora 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – Histórico sobre a alteração da Nova NR18/ Reunião Tripartite/ Portaria 4, de 4.7.95, publicada no D.O.U. em 7.7.95.

SABEL, C. e PIORE, M. *The Second Industrial Divide*. Nova Iorque: Basic Books, 1984.

SPOLLE, Marcus Vinicius. *O fim do alojamento na construção civil: uma “porta de entrada” a menos para o migrante na metrópole*. Dissertação em Geografia Humana/Dpto. de Geografia/FFLCH, São Paulo: USP, 2001.

RESUMO

Até a década de 1980, o alojamento era considerado a “porta de entrada” do migrante na cidade. Porém, a partir da década de 1990, a indústria da construção civil passa a não utilizá-lo com frequência, o que remeteu à investigação das causas e consequências do fim do uso desse instrumento de aliciamento, controle e exploração capitalista, na reprodução da força de trabalho do migrante dentro da metrópole. O artigo trata, ainda, da relação entre o fim do alojamento e o processo de flexibilização da produção capitalista, como um dos instrumentos de desregulamentação dos direitos trabalhistas, ou a antecipação da desregulamentação formal.

Palavras-chave: mobilidade da força de trabalho; migração; alojamento na indústria da construção civil.

ABSTRACT

Until the decade of 1980s, accommodations made for civil construction workers were considered as a gate of entrance for migrants in the city. The article tries to elucidate the reasons for the end of this practice, which was a tool for enticements, control and capitalist exploration, and its consequences in the reproduction of the migrant work force in the metropolis. The end of this kind of accommodation for the workers is considered in its connection to flexibilization practices in capitalist production, as well as a way of suppressing worker rights.

Keywords: mobility of the workforce; migration; accommodation in the construction industry.

Imigração Haitiana em Manaus

Presença da Pastoral do Migrante

*Pe. Gelmino A. Costa **

*Desde 1993, pela voz de Caetano Veloso,
ouvimos:*

*“Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui.”*

A partir de 2010, a sociedade brasileira começou a ouvir: “Os haitianos estão aqui.” Nós, da Pastoral do Migrante, não ouvimos dizer, nós os acolhemos, apertamos a mão a todos no momento da chegada. Por isso, neste simples *comunicado/testemunho*, descreveremos, rapidamente, o processo de chegada dos imigrantes haitianos em Manaus, bem como a atitude de acolhida por parte da Igreja Católica e da sociedade civil.

Os imigrantes haitianos em Manaus

A emigração haitiana não é um fato novo. Há muitos anos eles estão em países como os Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e outros, impulsionados por fatores de ordem econômica, social e política. Além disso, o país foi seguidamente castigado por catástrofes ‘naturais’: enchentes, tufões e, há pouco tempo, pelo terremoto que arrasou a capital, Porto Príncipe. Se, de um lado, a emigração não é novidade, fato novo é a chegada de haitianos ao Brasil

** Pe. Gelmino A. Costa é Missionário Scalabriniano e Agente da Pastoral do Migrante em Manaus.*

e, principalmente, a Manaus. Se a situação do Haiti já era difícil, o terremoto veio complicar em muito a vida do seu povo. Além da perda de vidas humanas, desapareceu o centro nevrálgico e mais dinâmico do país. Fome, doenças e desemprego se fizeram mais fortes. A própria ajuda internacional chegou e não chegou, ajudou, mas não resolveu.

É evidente que diante dessa situação toda, muita gente viu na emigração uma saída. Emigrar para buscar um futuro melhor e angariar recursos para ajudar os familiares e parentes que continuariam no Haiti. Muitos recolheram recursos para financiar a viagem junto aos familiares, junto a amigos migrantes que se encontram em outros países, ou vendendo pequenas propriedades. Mas ir para onde? O sonho era a América do Norte e a Europa, mas as portas estavam fechadas. Os Vistos não eram liberados. Teriam, então, que procurar países que não exigissem o Visto e, ao invés de olhar para o Norte, olhar para o Sul. Os primeiros buscaram o Equador, sem, porém, definir o seu destino. Alguns que haviam deixado o Haiti antes do terremoto chegaram a ficar diversos meses no Equador, mas as condições de trabalho e os salários não encorajavam a permanência. O Brasil foi visto como uma alternativa, primeiro, por ser o país com a economia mais dinâmica da América do Sul e, em segundo lugar, pela existência, entre os haitianos, de uma simpatia em relação ao Brasil, fomentada pelas declarações do governo brasileiro que prometera acolher bem os que aqui chegassem.

Por isso, no início de 2010, chegaram até a fronteira brasileira os primeiros que, deixando o Equador, foram para Lima, no Peru, onde embarcaram em outro avião rumo a Iquitos (Peru), e de lá tomaram o barco para Tabatinga (Brasil). A chegada desses coincidiu com o terremoto no Haiti. Era um momento de comoção nacional e mundial. O Brasil não tinha como impedir a entrada dos imigrantes. Falava-se de refúgio por catástrofes naturais, refúgio humanitário. O fato é que a Polícia Federal concedeu o Protocolo como solicitantes de refúgio, acompanhado por uma declaração pessoal emitida pelo CONARE.

Os que chegaram a Manaus entre fevereiro e junho de 2010, na verdade não permaneceram em Manaus, seguiram viagem, muitos em direção à Guiana Francesa. Até julho de 2010, a Pastoral do Migrante da Arquidiocese havia acolhido 140 pessoas e, até o final do mesmo ano, 380. Nos primeiros seis meses de 2011 chegaram a Manaus em torno de mil haitianos e, a quase totalidade aqui se estabeleceu. A grande maioria é composta por homens, com idade entre 25 e 35 anos.

Ensaio de solidariedade

Os imigrantes haitianos chegam a Manaus com uma história de viagem de até três meses, nunca inferior a um mês. Um verdadeiro caminho do Calvário. Uma história marcada pela angústia e sofrimento, pela privação e fome, de noites mal dormidas em minúsculos e lotados 'alojamentos'. Chegam a Manaus extenuados e, a maioria, sem um centavo no bolso.

Inicialmente, parte dos imigrantes foi acolhida na casa do migrante do Estado, por onde passaram, em 2010, noventa e oito haitianos e, outra parte, numa casa de acolhida animada pelas Irmãs Scalabrinianas, mas que não comportava mais de quinze pessoas. No mês de agosto, os Religiosos Scalabrinianos abriram a casa Scalabrini, na paróquia de São Geraldo, com capacidade para doze pessoas, mas poucos dias depois da abertura já abrigava vinte imigrantes haitianos e colombianos. Em seguida, foram alugadas algumas casinhas e um casarão, sendo que este chegou a abrigar trinta e nove pessoas. Até aí a acolhida corria por conta dos religiosos e religiosas Scalabrinianos/as, recebendo algumas ajudas do Instituto Migrações e Direitos Humanos de Brasília. Em janeiro deste ano teve início uma nova etapa. Os imigrantes continuavam chegando. Foi feito o primeiro apelo à paróquia de São Raimundo e ao seu pároco, os quais abriram as portas de um grande salão equipado de cozinha e banheiros que chegou a acolher, no momento de pico, noventa imigrantes. Dali pra frente, o número dos que chegavam continuou crescendo. Só no dia 4 de março chegaram sessenta e oito haitianos. À medida que o número de imigrantes ia crescendo, cresciam também os gestos de solidariedade das comunidades católicas. Uma Ordem religiosa abriu a sua casa de retiros. Diversas paróquias criaram centros de acolhida, outras pagaram o valor de casas que eram alugadas e, outras ainda, ofereceram ajudas de todo tipo. A paróquia de São Geraldo transformou-se no ponto de chegada dos haitianos. A totalidade deles passou pela Pastoral do Migrante e encontrou em seus agentes e suas casas o seu primeiro ponto de acolhida. Mais de mil, só neste ano. Hoje, início de julho, estamos com 280 haitianos albergados em doze casas. Os outros conseguiram, em pequenos grupos, alugar casinhas muito humildes, mas muitos ainda buscam na pastoral ajuda para a alimentação. Isso porque os aluguéis são caros, o custo de vida é elevado, os salários são baixos e a maior fatia do que eles ganham remetem para os familiares que ficaram no Haiti.

Outro trabalho importante que os agentes da pastoral do migrante realizam é a ajuda para encontrar o primeiro trabalho. As casas de acolhida e, sobretudo, a paróquia de São Geraldo tornaram-se 'praças' de oferta de trabalho, com a chegada de empregadores da construção civil, da área de serviços gerais, de restaurantes, hotelaria e outros.

A grande maioria dos haitianos, de posse do CPF e da Carteira de Trabalho, consegue serviço nos primeiros dez dias. Percebe-se, claramente, que Manaus carece de mão de obra em setores em que os salários são mais baixos e os serviços mais pesados. Mais difícil é a ocupação para as mulheres, pois poucas ofertas aparecem fora do trabalho doméstico.

As comunidades católicas são as principais fontes de oferta de alimentos. Mas não podemos esquecer que o povo manauara foi, e continua sendo, muito sensível à causa dos haitianos. Houve campanhas nas escolas, junto a pequenos empresários e através dos meios de comunicação. Podemos afirmar que nunca faltou o essencial: feijão, arroz, macarrão, café, açúcar, óleo. A Pastoral do Migrante já recebeu e distribuiu cerca de sessenta toneladas de alimentos. A

Secretaria Social de Assistência Social doou um número considerável de colchões, algumas cestas básicas e outros alimentos perecíveis.

Junto à alimentação, houve a doação de roupas, colchões, camas, fogões, panelas, ventiladores, enxovais para criancinhas – já nasceram em Manaus sete brasileiros, filhos de haitianos.

Outra expressão de solidariedade diz relação ao ensino da língua portuguesa, levado em frente, num primeiro momento, por voluntários da Pastoral do Migrante e, posteriormente, pela SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. Disponibilizaram professores e material didático e ministraram as aulas nos locais onde estão as casas de acolhida. O SENAI ofereceu e está oferecendo cursos profissionalizantes. O SENAC ofereceu um curso no setor da construção civil. A Superintendência do Trabalho apressou a distribuição das Carteiras de Trabalho.

Resumindo, coube à Igreja Católica ser a promotora da solidariedade e da acolhida dos imigrantes haitianos, mas coube ao povo de Manaus multiplicar os gestos de solidariedade. A sociedade em geral acolheu muito bem os haitianos, estes se integram rapidamente com a vizinhança onde moram ou com os companheiros de trabalho. Evidentemente, do outro lado, há os que reclamam silenciosamente e também os de mau humor, como é o caso de alguns políticos que afirmaram: *“por que trazer mais pobres numa cidade onde há pobres de sobra?!”; “eles vão ocupar os nossos postos de trabalho!”; “eles vão trazer doenças!”*. Além de disparates contra a Igreja Católica, dizendo ser ela a que está trazendo os haitianos para Manaus. São pessoas de ideias curtas e mesquinhas, que só veem o migrante como um número, como um problema, mas que nunca se aproximaram dele para escutar a sua história, a sua alma, o seu sofrimento, os seus sonhos, o porquê ele deixou a sua pátria, o porquê chegou a Manaus. Então, essas pessoas armam o tribunal, se arvoram em juízes e condenam. Carecem de humanidade e de espírito cristão.

Olhando para frente

Olhando para frente parece que a vinda de haitianos não está chegando ao fim. É uma coisa lógica, pois enquanto persistirem as causas da emigração, haverá emigração. Ela pode ser melhor organizada? Claro que sim! O Brasil tem possibilidade de acolher mais haitianos? Claro que tem! O que o Brasil precisa é estabelecer uma verdadeira política migratória. Em primeiro lugar, com todas as forças da ONU, apoiar iniciativas de reconstrução do Haiti, tentando dar esperança para a maioria que não quer deixar o país, em segundo lugar, garantir um número de Vistos – a serem dados no Haiti – para os que desejarem vir ao Brasil. Desta maneira, os emigrantes poderiam chegar em poucas horas ao Brasil e serem distribuídos em muitas localidades; eles chegariam com algum dinheiro no bolso e sem passar pelo ‘inferno’ da atual rota, algumas vezes ficando à mercê dos *‘traficantes de carne humana’*, como já dizia, no final do século XIX, o Bem-Aventurado João Batista Scalabrini, pai e apóstolo dos migrantes.

Se afirmamos que queremos acolher bem os haitianos – até mesmo oferecendo com muita rapidez a Residência permanente – vamos acolhê-los pela porta da frente e não pela dos fundos. Precisamos implementar políticas e iniciativas de inserção. O povo brasileiro é hospitaleiro, demos as explicações para ele e não façamos as coisas às ocultas, por Tabatinga, que a grande maioria nem sabe que existe ou onde se encontra. Não deixemos a nossa sociedade vítima das tomadas de posições nazistas, alarmistas e xenófobas dos que sugerem, como única saída, que se encoste um avião da FAB em Tabatinga e que se deportem todos para o Haiti.

A experiência dos que atuam com os haitianos em Manaus – religiosos e religiosas, padres e leigos voluntários, enfim, toda a equipe da Pastoral do Migrante – em contato com a comunidade manauara, aponta para a acolhida, a solidariedade e a hospitalidade; aponta para o abraço entre os povos; aponta que a vida é mais importante que o passaporte e que todos têm o direito de viver no planeta Terra. É preciso encurtar as distâncias entre os povos, globalizar a vida e os povos, e não só o dinheiro; como se costuma dizer: “o que nos une é bem maior do que aquilo que nos separa”.

Por último, para nós cristãos, de qualquer denominação, e que temos a Bíblia como mestra e guia, deixemo-nos orientar por ela, que nos diz: *“Quando um imigrante habitar com vocês no país, não o oprimam. O imigrante será para vocês um concidadão: você o amará como a si mesmo, porque vocês foram imigrantes na terra do Egito”* (Lv 19, 33-34); ou, como o próprio Jesus afirma: *“Eu era estrangeiro e você me acolheu”* (Mt 25, 35).

A SERRA E A CIDADE: O TRIÂNGULO DOURADO DO REGIONALISMO

Maria Beatriz Rocha-Trindade
Âncora Editora, 2009, 143p.

A autora deste livro, publicado em Portugal, Maria Beatriz Rocha-Trindade, é uma das maiores referências no estudo da história recente da emigração portuguesa. Com a bagagem de anos de interesse pelos imigrantes portugueses em vários países europeus, e à frente do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, da Universidade Aberta de Lisboa, oferece neste livro um retrato vivo da ação positiva das associações de migrantes na revitalização de suas terras de origem. Trata-se de organizações coletivas animadas por migrantes originários da Serra do Açor, região central de Portugal, particularmente dos concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra, que se estabeleceram em Lisboa desde primórdios do século XX. Como a autora deixa claro em uma nota prévia, é um livro sobre o regionalismo e os “regionalistas”, tributo e retrato da cultura do migrante expressa nessas organizações, e de sua incidência social na valorização de seu meio de origem, “desde há décadas e onde quer que se encontrem”.

Mesmo tratando da ação de associações de migrantes, o livro parece ter seu foco central na “Serra” de onde saíram os migrantes, o que se percebe pelos títulos das grandes partes do livro. A primeira parte, “A Serra”, procura fazer justamente um retrato ao mesmo tempo geográfico, ecológico, demográfico e afetivo dessa região, em que contam tanto as informações científicas como as impressões dos viajantes. De um lado, através de vários mapas e indicadores populacionais, existe a busca em fazer sobressair sua povoação historicamente dispersa, devido ao território montanhoso e pouco fértil, e seu isolamento em relação ao restante do país devido à ausência de estradas. A pobreza em recursos naturais, equipamentos sociais e oportunidades econômicas, além do descaso das autoridades públicas, fizeram que uma crescente onda migratória

se dirigisse, desde o princípio do século XX, para longe da Serra, tendo como atração principal a cidade de Lisboa, além de outros países. Esse processo tem levado a um progressivo esvaziamento populacional e a um envelhecimento dos remanescentes no território. Por outro lado, em contraponto com esses dados preocupantes, vistos com um “olhar de cima” como num “satélite”, está o convite a assumir a “vista do viajante”, a contemplar a beleza natural, se embrenhar pelos caminhos da Serra, experimentar a dificuldade de deslocamento, ver e ouvir a memória expressa tanto pela fala de seus habitantes, como também pela visão de suas antigas construções, ou de seus edifícios novos construídos com os recursos dos emigrados. Talvez não tenha outro sentido, a não ser essa memória contemplativa, a longa listagem das freguesias pertencentes aos três concelhos estudados, como um “exercício de conhecimento da toponímia popular portuguesa”.

A segunda parte, “da Serra para a cidade”, faz um histórico da migração portuguesa para Lisboa, tendo como foco a população emigrada da Serra. As condições difíceis na região de origem, ao lado das ofertas de emprego na região de Lisboa, levaram à saída de vários conterrâneos, o que não tardou a gerar uma verdadeira cultura migratória que se estende por gerações. A migração para Lisboa, inicialmente individual, concentrando-se em alguns empregos de baixa qualificação, através de suas redes de sociabilidade apoiadas no meio de origem, gerou verdadeiros nichos de inserção profissional no espaço urbano de Lisboa. Empresas foram criadas pelo esforço de gerações de migrantes e se tornaram paradigmas de sucesso profissional. A autora relata três casos exemplares dessa perseverança dos migrantes num mesmo ramo profissional: leitarias e pastelarias por migrantes de Arganil; táxis e transporte de mercadorias por migrantes de Cortes, freguesia de Alvares, concelho de Góis; sucateiros ou reciclagem de metais por migrantes da freguesia de Pessegueiro, concelho de Pampilhosa da Serra. Também nessa parte, a autora faz um exercício de conceituação em torno de designações como “pátria”, caracterizada pela sua abstração remetendo à nação; “região”, como referência ao território no seu sentido mais largo (a “Serra do Açor” neste caso) e os “lugares”, as “aldeias”, as “vilas”, ou como dizem os migrantes, a “minha terra”, como designação afetiva para com os lugares, mais visíveis, palpáveis, memoráveis, em que existe uma personalização de sua ascendência campestre. É em torno desses lugares, muitas vezes minúsculos, que se desenvolve a vitalidade do associativismo dos migrantes, polarizado entre a cidade e a Serra.

A terceira parte, “em torno do regionalismo”, retrata o desenvolvimento das associações de migrantes que encontraram unanimemente sua razão

de ser na sua identidade regional. Para tanto, a autora começa distinguindo as noções de “região”, de ordem geográfica; a “regionalização”, de ordem político-administrativa, cuja polêmica tentativa de implantação pelas autoridades públicas será criticada pela autora; e o “regionalismo”, em cujo universo de sentido se situam as associações de migrantes. A gênese do associativismo dos migrantes originários da Serra se encontra em Lisboa, como iniciativa genuína da sociedade civil, não dependendo de governos, de referendos ou de decisões legislativas. Foi num contexto de intensa migração, ao despovoar a Serra, que as associações regionalistas foram surgindo, com seu apego às origens, criando e tornando operativos os laços de afeto e solidariedade entre os que saíram e os que ficaram. O livro relaciona várias citações de autores regionalistas conhecidos para ressaltar esses aspectos comuns do regionalismo: a importância da migração, a experiência da saudade, a força agregadora das redes de migrantes, a busca de suprir as carências daquelas localidades, a polaridade entre Serra e cidade, a vivência imaginária e real do retorno. De fato, esses traços sobressaem quando se descreve o modo de constituição e atuação dessas associações, com as prioridades que vão se alterando ao longo do tempo: desde a preservação cultural e as oportunidades de convivência até as obras visando ao desenvolvimento sustentável da região.

Na parte, “entre a Serra e a cidade”, a autora descreve as atividades desenvolvidas em geral por essas associações, como parte de seu calendário anual: as reuniões plenárias, as festas comemorativas, os almoços solenes, os piqueniques, as festas religiosas na Serra. Detém-se, também, nas suas formas de cotização e financiamento, nos rituais e protocolos que regem todos os eventos, os intercâmbios entre as diferentes associações, os tempos e espaços que regulam essas atividades. Mais importantes são os meios mobilizados para efetivar os laços de solidariedade entre os migrantes e os habitantes da Serra: a persistente reivindicação de construção de meios para vencer o isolamento da região, o desenvolvimento de uma imprensa regional e local extremamente ativa, que serve também de memória escrita e iconográfica para a história local, a presença da rádio, e a realização de congressos, colóquios e encontros regionalistas para debater a história e a realidade regional. O espaço do associativismo é também o ambiente propício para se construir a notoriedade de várias personalidades locais, oriundas da migração ou não, que contribuíram para o desenvolvimento regional. A autora faz um levantamento de várias dessas personalidades, além de listar de forma minuciosa a rede de estruturas associativas.

A última parte do livro, “novas imagens da Serra”, faz questionamentos sobre o futuro do movimento regionalista frente ao retrato persistente da

crise: a diminuição continuada da população da Serra e seu progressivo envelhecimento, que vem tornando inviável o funcionamento mesmo de vários serviços públicos, como a saúde e a educação. Resgatando a trajetória desse movimento associativo vê que sua importância permanece, sobretudo, no relacionamento frente ao poder público, no sentido de contribuir para um planejamento estratégico visando o desenvolvimento da globalidade da região da Serra, articulando estruturas associativas e administrações regionais.

Trata-se de um livro que busca ir além da informação e análise sociológica, procurando despertar o leitor para outros universos de sentido que o possam associar à paisagem da Serra e às imagens dos grupos ligados ao movimento associativo dos migrantes. Nesse sentido, o livro é enriquecido por belíssimas fotos de Jorge Barros, que são mais do que meras ilustrações, mas o veículo para um diálogo entre o texto e a iconografia que coloca o leitor no ambiente da Serra, de seus vilarejos, mas também no seio das coletividades dos migrantes. Esse mútuo enriquecimento que restitui a humanidade dos migrantes estudados é buscado em várias alusões a outras artes, como o trocadilho do título, referindo-se à obra de Eça de Queiroz (“A cidade e as serras”), ou, então, a referência ao filme recentemente lançado, inclusive na cidade de São Paulo, “Aquele querido mês de agosto”, de Miguel Gomes, que traz uma visão lírica do mês de férias dos emigrados portugueses, encontrados em suas muitas festas nessa mesma região estudada no livro. Entretanto, essa busca de ativar outros sentidos para o tema em estudo é também mobilizada por outros recursos encontrados na obra: o levantamento dos nomes das localidades da Serra, a história de famílias de emigrantes bem sucedidos, a descrição das atividades das associações, as placas e monumentos, a citação de regionalistas conhecidos, entre outros.

Essa talvez seja a grande riqueza do livro. Na busca de tornar palpável o paradoxo entre o esvaziamento populacional de uma região praticamente estéril, sob o ponto de vista econômico, e o amor devotado pelos migrantes desenraizados, que se afastaram de sua terra em busca da ascensão social em Lisboa, a autora mostra o roteiro criado pelos próprios emigrantes para reconstruírem sua autoestima. No empenho do movimento associativo de, a partir da cidade, recuperar e renovar a Serra, é sempre do retorno que se trata. Num percurso cheio de alusões literárias e poéticas que remetem ao significado de “ser português”, o sentido do termo “saudades”, encontramos o paradoxo da cultura migratória portuguesa, enunciado pela própria autora:

Existe na mentalidade tradicional dos portugueses uma faceta

marcadamente contraditória, no que toca à sua ligação afetiva com a terra de nascimento. Aparentemente, desligam-se dela com alguma facilidade, não hesitando a deixá-la (...) E, no entanto, quando partem, já levam a intenção e a motivação, para regressar, para reatar os laços criados desde o nascimento, por muito longa que possa ser a separação e muito profundo o corte com o país de origem (p. 47).

É o paradoxo de uma emigração que ao mesmo tempo esvazia o território, cria a dinâmica cultural que suscita o despertar para a sua beleza e valorização social e política. No exercício do diálogo e trânsito entre a sociologia, a literatura e a poesia, a fotografia e a imagética, passando pelos caminhos da geografia, entramos no campo da “evocação”. É a concretude adquirida por esse universo de sentido, a incidência social e política dessa relação intersubjetiva, que descobrimos ao apreciar esse livro. Ele pode nos ajudar a descobrir outros tantos universos evocativos, e socialmente palpáveis, que os migrantes também estão criando entre nós.

Sidnei Marco Dornelas
Assessor Setor Pastoral da Mobilidade Humana - CNBB

O CAPITAL DA ESPERANÇA: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BRASÍLIA

Gustavo Lins Ribeiro
Editora Universidade de Brasília, 2008, 276 p.

Este livro é o resultado de uma pesquisa para uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília em 1980, publicada apenas trinta anos depois. De sua leitura percebe-se ainda a vitalidade dos anos 1970, quando se buscava o olhar alternativo das classes subalternas sobre a história, oculto pelo discurso triunfalista da ideologia desenvolvimentista, seja aquele do populismo dos anos 1950, ou do autoritarismo do regime militar dos anos 1970. Este olhar se percebe na ironia do título: o verdadeiro “capital” que ergueu a utópica Brasília é explicitado no resgate da memória dos migrantes, trabalhadores da construção civil, na construção da Capital Federal. Assim, o livro se empenha em dissecar as entranhas do projeto subjacente da modernização conservadora, ao estudar uma forma específica de produção, o “grande projeto”, como totalidade complexa e contraditória em que exploração capitalista predatória e o ufanismo nacionalista buscam se conciliar.

Na introdução do livro, a construção de Brasília é apresentada como um caso paradigmático dessa “forma de produção”. Seria, ao mesmo tempo, a concretização de um grande projeto de construção civil e a expressão mais acabada da realização de um projeto político e ideológico. Como “forma de produção”, o grande projeto reúne um conjunto de especificidades que se articulam de maneira recorrente, criando um perfil de atividade produtiva típica da construção de hidrelétricas, rodovias, entre outros. Geralmente ocorrem em áreas isoladas, a partir de decisões que envolvem grandes empresas de construção e uma presença forte do Estado. Um grande projeto cria, por um período determinado, um “enclave”, atraindo um aglomerado de trabalhadores vivendo um cotidiano restrito, marcado pelo trabalho e controlado pelas companhias, num território delimitado. Um fator fundamental sempre presente é a criação de uma dinâmica migratória atraindo trabalhadores no momento em que se inicia

e, repentinamente, os expulsando, quando a obra se conclui. É uma mão de obra migrante reunida sob condições excepcionais (homens sem família, numa intensa atividade produtiva, sem opções de lazer), caracterizando o espaço produtivo por uma estreita conjugação entre trabalho e habitação. Sendo uma modalidade de produção própria da construção civil, o grande projeto que levou ao erguimento da nova capital, mais do que qualquer hidrelétrica, usina ou estrada, contou com um esforço mais intenso de justificação ideológica. Esse discurso ideológico, mais do que outros, busca inspiração quase mítica no “bandeirantismo”, assim como nos símbolos recorrentes da construção da nacionalidade, como a “Primeira Missa”, “a Marcha para o Oeste”, a “Independência”, para justificar a busca constante de interiorização do capital e ocupação do território nacional. Ao lado disso, sendo um símbolo do progresso do país e da afirmação ufanista da nacionalidade, a sua construção, em menos de quatro anos, serviu também para ocultar e justificar a enorme exploração dos trabalhadores. Temos, então, o objetivo a que o livro se propõe: diante da necessidade de “desvendar as construções ideológicas existentes sobre o tema”, visa “pensar Brasília mais além da mitologia que a recobriu”. A introdução, a partir da recuperação da literatura então existente, frente ao discurso triunfalista predominante, aponta para contradições como “a ausência dos operários no espaço urbano do Plano Piloto”, ou para a ambiguidade jurídica criada pelo território da obra, em que se impunha a autoridade da empresa pública como a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), no lugar do Estado.

O livro, assim, procura abarcar o funcionamento do grande projeto a partir do ponto de vista dos trabalhadores que nele se empenharam. Dentro dessa perspectiva, o primeiro capítulo, “os trabalhadores”, traça um perfil dos principais protagonistas da realização da construção de Brasília. Na caracterização do operariado, parte-se de sua relação com a organização do território da construção, e as diferentes modalidades de subordinação frente aos entes que o controlavam: seja a NOVACAP e a Candangolândia, de caráter estatal; as várias companhias com seus acampamentos e canteiros de obras; ou a “Cidade Livre”, espaço reservado ao comércio e a pensões para trabalhadores desvinculados de construtoras. O controle do território se estende ao controle do fluxo de trabalhadores, à gestão de sua chegada, seu recrutamento e seleção. A um “fluxo desorganizado”, num momento inicial, se sucedeu, rapidamente, a implantação de um quadro institucional para tornar o “fluxo organizado”. A política de gestão da migração foi fundamental para a instalação do grande projeto, através da NOVACAP e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Gestão da migração e seleção de trabalhadores garantiam o tipo ideal de trabalhador requisitado: jovem, com saúde, sem família e, se possível, com qualificação profissional. Apesar do rigor do controle do fluxo e triagem dos trabalhadores, criou-se uma forte pressão populacional com a chegada de migrantes, às vezes com família, produzindo vários casos de ocupação de terras. Por outro lado, essa política migratória gerou distorções no perfil da população residente: jovem, masculina, sem família, em função unicamente do trabalho. Enfim, era uma população marcada pela provisoriidade de sua implantação. A ausência relativa de mulheres ou de famílias, a falta de tempo livre, a promiscuidade na “cidade livre”, o peso social da zona de meretrício, a exacerbação da exploração do trabalho, a má habitação, entre outros aspectos, marcavam a precariedade do cotidiano. Nesse contexto, é no interior das companhias e na estruturação das relações de produção que surgem as formas de diferenciação social entre os trabalhadores, por meio de um sistema de relações pessoais e favorecimentos. Nos poucos momentos de lazer, nos espaços de informalidade, uma forma de diferenciação mais espontânea é a de sua origem regional (como mineiros, baianos, goianos...), apontando para a condição de migrante como base essencial para o seu reconhecimento social e, principalmente, para a reconstituição de suas redes sociais.

O segundo capítulo, “o acampamento”, analisa outro traço fundamental do seu cotidiano: o modo como foi resolvida a questão de sua habitação provisória. A questão crucial era prover habitação para milhares de trabalhadores sem família, de modo a não dispersá-los pelo território, concentrá-los em lugares próximos da construção, para que estivessem disponíveis ao processo produtivo. A estruturação do acampamento, de um lado, revela a hierarquia de autoridade e de funções no interior da empresa, e, de outro, permite uma organização do cotidiano que facilite o desempenho da atividade produtiva. Dessa maneira, todo o cotidiano dos trabalhadores está condicionado pelo funcionamento e administração do acampamento. Da análise de um modelo de acampamento, o autor passa a uma reflexão interessante, apoiado nos estudos de Goffmann, no sentido de responder à pergunta: o acampamento, no contexto de um grande projeto, é uma instituição total? Ele tenta caracterizar a experiência do acampamento num grande projeto como uma forma de “experiência provisória de instituição total”. O certo é que, no acampamento, manifesta-se o que seria a condição existencial do migrante, sem alternativa senão a de se submeter a esse regime: a de estar sempre disponível para o trabalho.

Esta é, inclusive, uma das conclusões que se poderia tirar da leitura do terceiro capítulo, sobre “o trabalho”. Tudo, no contexto do grande

projeto, leva a que a vivência do migrante se resuma a um trabalho constante e intenso. O livro registra a exacerbação das formas mais comuns de exploração na construção civil, como a prática incorporada das horas extras, a sobreposição de jornadas de trabalho nas “viradas” e a intensificação de seu ritmo através do mecanismo das “tarefas”. O cotidiano era de tal modo dominado pelo trabalho que se chegava a uma homogeneização entre a noite e o dia, redefinindo o tempo social e individual. Foi assim que a construção da “obra do século” foi decantada como o “ritmo Brasília”. Trechos de depoimentos de antigos operários descrevem em detalhes o modo como se organizava essa atividade produtiva, marcada por frequentes “viradas” e “tarefas”. O grande estímulo para que se submetessem a tal situação de exploração foi analisado sob a figura do “fetichismo do salário”: rememorado como um tempo de trabalho excessivo, mas também como uma oportunidade em que se ganhava muito dinheiro. Outros mecanismos ideológicos também eram acionados, como as visitas institucionais nas quais se destacava a presença pessoal do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Havia, por fim, a situação de ambiguidade jurídica que, por um lado, justificava o poder de Estado exercido pela NOVACAP, garantindo a ordem e permitindo esse ritmo de construção, e por outro, a ausência de órgãos para mediar os conflitos entre trabalho e capital, e fiscalizar as condições de vida dos trabalhadores.

O quarto capítulo, “os conflitos”, reúne três âmbitos em que se desenvolve uma crise latente em torno das condições de vida desses trabalhadores: o lazer, a alimentação e a habitação. Percebe-se como, de um âmbito a outro, aumentam a gravidade dos conflitos, sua difusão social e potencialidade de agregação coletiva, até a criação de formas de representação e pressão propriamente políticas. Surgem, também, traços da condição migrante de sua população, sinalizando como será sua presença futura, em Brasília e em outras regiões. A questão do lazer remete à ausência de tempo livre e à condição da maioria dos migrantes como homens sós, sem família, impactando sua estrutura pessoal e trajetória de vida. Com efeito, os conflitos giravam em torno dos contatos com a zona de prostituição e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, normalmente proibidas nos acampamentos. Os casos de brigas ocasionados por prostitutas e embriaguez não criavam solidariedade entre os trabalhadores, e como comportamento moralmente reprovável, levavam ao seu isolamento. Entre trecheiros, em estudos posteriores, percebe-se como o rompimento com a família, proporcionado pelo sistema de “grande projeto”, pelo trabalho temporário em grandes lavouras ou na construção

civil, dificulta sua reinserção social, sendo uma característica marcante a dependência da bebida. Já o âmbito da alimentação remete diretamente às condições predatórias em que ocorre a exploração do trabalho num grande projeto. Os conflitos ocorriam, geralmente, no interior das cantinas dos acampamentos, cujo papel fundamental era alimentar a força de trabalho. Porém, como terceirizadas, elas deviam se submeter às necessidades produtivas da empresa, e ganhavam em função do barateamento dos custos da alimentação. Sendo os operários submetidos a um trabalho constante e excessivo, a má qualidade desse serviço degenerava facilmente em rebeliões. O autor faz um paralelo com a literatura da época sobre os “quebra-quebras” no sistema de transportes. Porém, sob o seu ponto de vista, como trabalhadores migrantes, pode-se supor que vivenciariam ali uma condição extrema de “humilhação social”. O autor analisa também, longamente, um episódio marcante, o caso do massacre de 8 de dezembro de 1959, confrontando as versões dos trabalhadores (não oficial) e aquela que se veiculou na grande imprensa da época.

No entanto, é em torno do problema habitacional, que uma verdadeira organização coletiva de cunho político ganha forma. Um conflito latente, desde o início do grande projeto, surgiu diante da pretensão de manter os trabalhadores provisoriamente no território da obra. A pressão das migrações e a demanda por moradia permanente levou a situações de conflito em todo o território, ganhando uma configuração emblemática nos casos da Vila Sarah Kubitschek (que originou a futura cidade satélite de Taguatinga), da Vila Amaury (princípio do que seria Sobradinho) e da fixação do Núcleo Bandeirante, ou a antiga “cidade livre”. Neles se exprimiam articulações políticas em busca de soluções para a demanda de fixação no território, antecipando a dinâmica socioespacial do futuro Distrito Federal. Nesses movimentos já se percebe a contraposição complementar entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Uma primeira observação que cedo se impôs, também sobre sua posterior articulação política, foi a relação entre uma população migrante implantada provisoriamente e sua demanda por fixação no território. Nela se percebe, justamente, o anseio por sair da condição migrante, encontrar casa, formar família, chegar à cidadania, o que era legitimado pelo próprio discurso sobre a construção da capital federal. A única luta política organizada, que emergiu naquele período histórico, implicitamente reivindicava a saída da condição migratória, a de não ser mais alguém unicamente voltado para o trabalho. Outra observação deriva da própria história posterior do Distrito Federal, em que a questão da migração e habitação permaneceu em pauta, com outra variante política. Se na época da construção os migrantes eram

vistos como um sinal de progresso, de trabalhadores mobilizados em torno de um projeto de nacionalidade, na verdade, eles estavam no bojo de um processo que transformava uma sociedade rural em urbana, polarizada entre centros modernos de classe média e periferias em que vivem os trabalhadores em situação precária. Nos anos 1990, o Distrito Federal foi a Região Metropolitana que mais se expandiu recebendo migrantes, extravasando, inclusive, para localidades do entorno em Goiás, muito em função de uma política clientelista de cunho populista. Seria interessante cotejar este trabalho com o desenvolvimento urbano recente, relacionando migrantes, habitação e espaço urbano.

Este trabalho, ao mesmo tempo antropológico, histórico e investigativo, procurando descortinar a verdadeira história do desenvolvimento brasileiro, mostra uma riqueza de detalhes sugerindo pistas para um entendimento mais amplo, não só das migrações, mas também dos meandros da estruturação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a riqueza das fotos documentais sobre o período da construção, o uso frequente e intensivo de mapas e croquis para o estudo da dinâmica socioespacial do grande projeto, a análise detalhada de casos, ajudam a compreender como viviam, efetivamente, os migrantes em seu cotidiano, e confirmam o rigor com que foi feita a pesquisa. Demonstram, assim, o desejo de trazer à luz uma história que corre o risco de cair no esquecimento.

Sidnei Marco Dornelas
Assessor Setor Pastoral da Mobilidade Humana - CNBB

MIGRAZIONI: DIZIONARIO SOCIO-PASTORALE

Graziano Battistella (curatore)

Editora San Paolo, Cinisello Balsamo (MI), 2010, 1152 p.

Migrazioni – Dizionario socio-pastorale é uma obra que contém desafios entrelaçados. De um lado, a complexidade da tipologia do dicionário e, de outro, aquela do fenômeno migratório. E isso na perspectiva sociopastoral. Estes são alguns dos múltiplos desafios que o organizador teve que enfrentar na realização deste volume. O organizador, Graziano Battistella, scalabriniano, foi diretor e professor do *Scalabrini International Migration Institute* (SIMI) em Roma (Itália). Atualmente é diretor do *Scalabrini Migration Center* (SMC) em Quezon City (Filipinas). Na realização deste dicionário, ele contou com a colaboração de 123 autores. O resultado são 156 verbetes, redigidos num total de 1152 páginas.

A ideia de realizar um dicionário sociopastoral começou a circular entre os Centros de Estudos Migratórios da Congregação Scalabriniana no início de 1980 (p. XII). No final da mesma década, o *Center for Migration Studies*, de New York, tentou concretizar esta intuição, mas sem conseguir levá-la a termo. O dicionário *Migrazioni* iniciou a ser planejado dentro da história do SIMI, criado em 2000 e com sede em Roma. A maioria dos verbetes do dicionário foi redigida até dezembro de 2008, enquanto alguns outros foram completados até meados de 2009. Esta delimitação temporal é importante para possibilitar uma aproximação ao conteúdo numa perspectiva correta, sem querer encontrar referências e atualizações ligadas a acontecimentos ou publicações posteriores a esta data.

O dicionário apresenta uma dúplici análise: social e pastoral. A análise social está presente em, aproximadamente, 50 verbetes. Nessa perspectiva, alguns apresentam os vários momentos do processo migratório, outros, as diferentes dimensões que concernem à vida dos migrantes. Alguns verbetes estudam as tipologias de migrantes. Uma atenção especial é dada aos direitos dos migrantes e instrumentos de proteção dos migrantes e refugiados. Nesta ótica sociológica não fica de fora a dimensão teórica

das migrações, enfocando as principais teorias migratórias e seus aspectos fundamentais, como globalização, demografia, etnicidade, redes sociais, ligação entre migração e desenvolvimento (p. XIII). Por estas razões, o dicionário pode ser utilizado como instrumento introdutório ao conhecimento social das migrações.

A análise pastoral é mais articulada. Os verbetes se referem ao mundo bíblico, à história da Igreja e de sua ação pastoral em favor dos migrantes, entre outros. No horizonte bíblico encontram-se 20 verbetes. A história de Israel apresenta-se, assim, resgatada numa dimensão que lhe é constitutiva: nomadismo, experiência de estar em terra estrangeira, retorno, diáspora, etc. Alguns verbetes abrangem o Antigo Testamento, outros o Novo. Apresentam-se personagens bíblicas que podem se tornar ícones migratórios. O próprio Jesus é resgatado nessa perspectiva. Desde o início da história da Igreja, na época patrística, percebe-se uma atenção específica voltada aos migrantes. Também são resgatados personagens chave da Igreja na época das migrações massivas do século XIX. Nesse âmbito, o organizador esclarece que privilegia personagens italianas pelo fato do dicionário ser editado no idioma italiano (p. XIV). Retoma-se a voz dos papas na ótica das migrações. Apresentam-se os ensinamentos da Igreja, destacando quatro documentos principais: *Exsul familia*, *Nemo Est*, *Chiesa e mobilità umana* e *Erga migrantes caritas Christi*. A perspectiva pastoral aflora, também, nos verbetes dedicados à pastoral de grupos específicos, como também em temáticas transversais. Outra especificidade é a apresentação da experiência de algumas igrejas particularmente interessadas pelo fenômeno migratório, por isso são citadas algumas Conferências Episcopais. Num olhar mais amplo, destaca-se a perspectiva continental, como, por exemplo, a da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM). A dimensão ética, apesar de não ser desenvolvida num único verbete, está presente em outros, tais como, bem comum, dignidade humana, justiça, etc. Existe também referência à teologia das migrações.

Se estas são as duas perspectivas deste dicionário, vale a pena apresentar a estrutura geral. Na *Apresentação* (p. V-XV), o organizador expõe, de maneira sintética, alguns dados gerais sobre as migrações, a origem e originalidade do dicionário, sua estrutura, as análises sob os enfoques social e pastoral e alguns agradecimentos. Em seguida, apresenta o conselho científico, enumera os autores e os tradutores (p. XVII-XXIII), traz o “elenco das abreviações e siglas” (p. XXV-XXXII) e, na sequência, em ordem alfabética, são dispostos os 153 verbetes. No final, o leitor se

depara com o “índice dos documentos pontifícios e da Santa Sé” (p. 1093-1097), o “índice das entidades e dos instrumentos internacionais relativos aos migrantes” (p. 1098-1105), o “índice dos nomes bíblicos” (p. 1106-1107), o “índice dos nomes” (p. 1108-1114) e o “índice dos verbetes” (p. 1115-1118). Por último, estão anexados os dados a respeito das migrações internacionais atualizados em 2010, graças à autorização das Nações Unidas (Department of Economic and Social Affairs. Population Division).

Cada verbete apresenta o sumário, o desenvolvimento da temática, uma importante referência bibliográfica e as conexões com outros termos apresentados no dicionário. Os 156 verbetes se dividem em curtos (43), médios (53) e longos (60). Esta última categoria compreende os que têm mais de 4 mil palavras.

Os 123 autores têm diferentes experiências e formação. A riqueza aparece observando a proveniência geográfica, os cargos que ocupam e as instituições de pertença ou com as quais colaboraram. É natural que uma parte esteja ligada às instituições italianas, mas a totalidade apresenta experiência internacional. Entre as instituições e universidades italianas de pertença dos autores, lembramos: Università degli Studi di Milano; Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali; Consiglio Nazionale delle Ricerche (Roma); Istituto Universitario Europeo (Firenze); Università Cattolica del Sacro Cuore (Milano); Università Ca' Foscari di Venezia; Università di Roma la Sapienza; Centro Studi Politica Internazionale - CeSPI (Roma); Università degli Studi di Palermo. Entre as universidades pontifícias, todas localizadas em Roma, encontramos: Università Pontificia Salesiana; Pontificia Università Urbaniana; Pontificia Università Gregoriana; Pontificia Università Lateranense e Accademia Alfonsiana.

Outros autores estão ligados a entidades internacionais. A título de exemplo, lembramos algumas: Centre for Migration Policy and Society (COMPAS), University of Oxford; Department of Sociology, University of Toronto; Marymount Manhattan College (New York); International Migration Programme, International Labour Organization (Genebra); United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR); All Souls College, Oxford; Research and Publications Division, International Organization for Migration, Genebra; University of California at Davis; Princeton University; University of Delaware; Department of Geography, University College London; Georgetown University; School of the Environment and Society, Swansea University, United Kingdom; Catholic

Theological Union (Chicago); Department of Geography, University of Sussex – United Kingdom; Calumet College of St. Joseph, Whiting, Indiana; National University of Singapore; Centre d'Étude des Relations Internationales de Sciences-Po (CERI) – Paris.

Paolo Parise
Diretor do Centro de Estudos Migratórios

Paredes Poéticas

Eram apenas quatro paredes e não muito altas. Paredes antigas, úmidas e insólitas. Através delas se confundiam a primeira e a última camada de tinta, ambas, baratas e pintadas às pressas. Tinta escusa, fugidia e melancólica. Cor aplicada por um pintor indubitavelmente inexperiente. Assim, o tempo, sucumbiu as vezes do suposto artesão. Ele revestiu o tom precedente pela pele do pó misturado à grossa argamassa que aguardava certamente uma outra cor e, quem sabe?, definitiva e bonita. Uma pintura toda nova e dessa vez bem feita! A tinta seria... branca. É a mais em conta. Paga-se menos e o resultado é melhor. As paredes parecem novas, limpas e zeladas. O branco faz-se como uma promessa de esperança e vida nova e, assim, o seu convite ao nascimento das coisas que vingarão, através das paredes pintadas.

Branca, a cor primeira como é a de uma folha de papel. Folha branca, antes de seu esquecimento no fundo da gaveta de um velho criado-mudo. Folha e branca antes de serem assoladas pelo abandono e, mais tarde, abraçadas pela longa idade de uma aranha que fora menina, moça, adulta e, agora, uma velha senhora sobre a primeira brancura daquela folha inutilizada. Desse modo um amarelo pálido fez-se como um segundo tom... O tom que o tempo tem e assume de maneira heterogênea sobre o que antes era caiado e limpo. Agora, no entanto, era apenas a vida sossegada de uma teia que cresceu à mercê de uma outra vida no interior daquelas paredes.

Ali o esquecimento penteava demoradamente a franja da poeira. No começo uma poeirinha discreta e devagar agora, contudo, espessa e pegajosa como também são os anos acumulados por um recendente odor, e que se afirma em quase tudo que envelhece quando sob a força inefável do tempo... quando pela desassistência do sol ou a ausência do vento da manhã é o tempo quem ganha a vida e a toma para dentro de si mesmo. O tempo engorda. A poeira se faz pele e a parede (tanto quanto uma folha de papel) perde a sua brancura.

O que seria do quarto se houvesse pelo menos uma janela? Uma única e grande?! O que seria desse quarto quando o sol atravessasse o cômodo e

se instalasse no peito da parede maior? Depois cansado o sol descansar-se-ia no corpo do chão e, ali, a visita de uma borboleta ou de um passarinho sem ninho e, desse modo, a gratuidade da vida num gesto de beleza singela, imprevista e altruísta.

Longe de outra mão humana faltaram ao criado e à gaveta o toque pelo tecido de uma flanela e o zelo pelo lustro depois do uso da cera. Faltou à folha branca um sopro... por aquele que não a usou para subscrever uma carta ou assistir ao nascimento de um poema... e o poema compreende melhor que a vida resiste também quando não se é usada e passa, esquecida, sem que alguém se aperceba que, ali, dormia uma folha e que ela sobrevive de silêncios e ausências... e que uma folha branca conta as ausências daquele que partiu e que não volta.

Sua brancura-amarelada tem a cor estrangeira da palavra que se não s'inscreve porque é no corpo quotidiano que o texto nasce, cresce, apaga, reescreve as pelejas, os presentes, as perdas, os ganhos, as descobertas, os sustos, as promessas, as traições, o imaginário e as realidades...

À semelhança de um rosto humano as paredes daquele quarto perderam a lisura inicial e, talvez, por isso, ganharam, uma pele enrugada, umas tantas fissuras, outras marcas e muitos vincos como acontece com vida humana e quanto mais desumana.

Aquelas paredes evocavam um gasto soneto que em um outro tempo, talvez, teria sido escrito sobre uma mesa com toalha bordada e, ao lado, uma taça de chá servida na peça em porcelana branca e azul ou, simplesmente, num caneco com café pela água da chuva, pois que mata melhor a sede... e, assim, sobre a mesa, a folha, que fora muito antes a parte oculta que existiu numa madeira sem lei e sem prestígio num canto da floresta...

Quem sabe se noutro tempo o tal soneto fora lido, em voz alta, no gabinete de leitura do bairro, no teatro popular da esquina ou na intimidade da casa, onde passavam amigos e vizinhos para as noites de sarau...quem sabe?

Todavia o teatro teve suas portas fechadas. O gabinete foi engolido por uma livraria qualquer. O bairro desapareceu como quis a especulação imobiliária urbana e, assim, o nascimento de outras tantas paredes... Paredes cinzas. Paredes pálidas. Paredes de um amarelo tímido e tristonho. Paredes de pedra. Paredes de um edifício...

O soneto atarda sossegadamente como dormem as letras das palavras quando caducam e desaparecem também os sons das canções que não se ouvem mais, desde o sumidoro das vozes antigas que cantavam e contavam histórias noite adentro... vida afora...

Eram paredes vencidas como alguém que se perdeu, e de si mesmo... A tinta desbotada de tanto cansaço, de tanta entrega, de tanta espera. Nenhum sinal, a priori, embora as paredes desvalecidas não tenham assistido ou sofrido, elas mesmas, uma disputa ou um combate ao longo da vida. [Há combates que se fazem silêncio...]

Eram apenas os sinais do desdém e do desmazelo... ‘naquelas paredes. Desprezo e descuido a que estavam subjugadas durante anos e anos e, assim, o tom sem vida e sem alegria como cor de tinta! As paredes persistiam descascadas ali e acolá, acima e abaixo, atrás da porta e entre os cantos... E apenas os olhos sensíveis que têm os artistas veriam naquilo tudo: um estilo ou um vestígio da arte abstrata, aquém das mãos do homem e além dos mistérios da própria vida. As marcas de mofo comiam as paredes acima do rodapé.

[Minha mãe diria: a falta que faz uma boa faxina!]

A ausência do feminino. A ausência de seu oposto. A ausência da combinação entre os dois. Ou, ao contrário, a presença afirmada de um outro feminino e masculino, mas muito longe das convenções e dos códigos de sociabilidade nas sociedades ditas “ocidentais”.

O aspecto sombrio e carregadamente umbroso não vinha do inquilino que pagava corretamente o quarto e se refugiava ali dentro. Era apenas porque o sol não penetrava. Faltava luz! O prédio da frente impedia o exercício da quinta grandeza pela força na vida do astro-rei! Faltava, portanto, o ânimo que nasce através daquilo que a gente sente na pele, na carne e no ventre e que vem da estrela solar. Ela ou ele – sol é o seu nome – embora ela ou ele – estrela viandante – viajou de tão longe... tão longe, atravessou tantas fronteiras, salvo, uma: a dos arquitetos, engenheiros, urbanistas e políticos que não conversam com as estrelas e, portanto, desconhecem os segredos dos planetas, ignoram os sóis, bradam contra as luas e subestimam as vidas cósmicas em reflexo e interlocução com a Terra. Por isso eles todos têm ideias tão tristes e tão monótonas, as quais terminam por empacotar as vidas humanas em quartos sem janelas... e prédios sem a luz generosa do sol.

Nas paredes os poucos sinais de uma vida anterior vinham precisamente de uns tantos buracos, marcas e manchas. Estes, sim, os únicos indícios que, um dia, aquelas paredes teriam servido para acolher um sofá ou teriam, talvez, sustentado dois quadros, um espelho, um porta-retrato, um crucifixo, um almanaque antigo e um porta-casacos.

Tratava-se apenas de um conjunto: quatro modestas paredes como tudo o que havia naquele pequenino quarto irregular, nem quadrado, nem retângulo, cujas paredes tortas e frias reiteravam o aspecto precário do

lugar. Em uma delas apenas uma janela basculante. Nenhum aquecedor interno e quase nenhuma mobília para disputar o espaço entre uma mala, uns livros, um colchonete, um tapete, algumas roupas de cama, uma mesa de cabeceira, um rádio, um fogareiro, alguma louça, uma cafeteira, duas ou três panelas, uns talheres, uma pia minúscula, uma mesa de canto e, abaixo, de um lado, a lixeira e, do outro lado, duas caixas em papelão destinadas aos mantimentos e aos produtos de limpeza.

Noutro canto do quarto a vizinhança cordial entre uma toalha de banho e uma de mão, ambas, expostas acima de um minúsculo lavabo e, acima dele, um espelho, cuja parte móvel era a face de um pequeno armário, o qual continha: um sabonete, um copo, uma escova, a pasta dental, o barbeador, a loção de banho, uma tesoura, um pente e alguns medicamentos. Dois ou três passos em recuo, logo, o centro do quarto e à esquerda, num canto, as vezes de uma “cozinha” e lá o descanso de dois panos de prato e, acima da porta, uma corda, onde esticados e esquecidos viam-se pendurados alguns pares de meia, duas cuecas e uma camisa.

O quarto fora readaptado. Pertencera, numa outra estrutura, ao que nas décadas de cinquenta e sessenta era conhecido como “hotel familiar” ou “casa de pensão”. Extinto o negócio, o imóvel ganhou nova função e sofreu reformas, embora imperceptíveis naquela altura da vida.

O edifício parecia sustentado por algum milagre da engenharia civil. Havia inúmeras falhas nas paredes, problemas elétricos, o elevador que há anos não funcionava, a falta de manutenção, seu estado insalubre e o aspecto lúgubre, desde à entrada até o último pavimento. Não havia banheiro no interior dos apartamentos. As salas de banho eram coletivas e, geralmente, no fim ou no meio dos estreitos corredores em cada um dos cinco andares do prédio.

Moravam no local sobretudo imigrantes (ilegais ou não), desempregados, excluídos de toda sorte, embora muitos deles pagassem somas importantes ao senhorio. Este, no entanto, não exigia quase documento nenhum e sequer um fiador! O cortiço possibilitava a proteção mínima contra o inverno, contra a violência de rua e uma suposta denúncia anônima. Como domicílio fixo ele abria a possibilidade de percebimento de algum benefício social e a condição mínima para comprovar a residência no país e, assim, poder ser assistido por alguma organização e, através dela, a obtenção de um trabalho remunerado.

O quarto foi alugado com alguma dificuldade pelo inquilino – Johann Mahdi – um ano depois de sua entrada na cidade da luz! Seus companheiros chamavam-no: Johnny. Vinham para jogar cartas e, na oportuna ocasião, esvaziavam latas de cerveja e, nos dias melhores, algumas garrafas de

vinho. Pelo estado do quarto estiveram, ali, a noite passada e, talvez, até um pouco antes da minha chegada.

Quando entrei pela primeira vez no quarto não pude conter o meu espanto. Fui traída pela mudez e pela sensação fria que me percorreu todo o corpo e se estampou como uma segunda pele na pele inexperiente do meu rosto... O susto foi, contudo, logo transformado em admiração. A curiosidade foi o que, de fato, me conduziu até aquele homem. No entanto, naquele momento, foi a sua coragem e a sua dignidade que se revelavam diante de mim. Ultrapassei desse modo os meus limites, a minha fragilidade e o meu... temor.

Além das paredes habitavam, ali, um espírito, uma alma e uma consciência generosa, embora aguerrida, dura, pedra, como muitas vezes é a dor em estado de silêncio.

Eu pouco sabia sobre a sua vida, mas o lugar evocava uma outra experiência e, por mim, bem conhecida. Pela memória a minha lembrança sobre aquelas noites quando estive com outros refugiados, imigrantes e “nacionais” sem domicílio fixo...

O seu quarto era de algum modo tão parecido com aquele outro quarto, anônimo e clandestino, onde eu havia dormido há uns tantos anos atrás. Aos poucos ele se tornou tão familiar e, por isso, a nossa condição estrangeira – a minha e de Johnny – tornou-se uma ponte... Ponte invisível entre o seu mundo e o meu e, ali, no meu do mundo, no sul do nada, lugar nenhum, o nosso começo e o nosso encontro...

À sua maneira de ser uma explícita declaração de sua imensa sensibilidade e rica interioridade. A forma de uma expressão “semântica” (?) pintada em verbo, em substantivo, em matéria poética, reflexiva, política, estética e, particularmente, anímica. As paredes do fundo recobertas de impressões, percepções, sentimentos, desenhos, recortes de jornais e revistas, fragmentos de frases e... pensamentos misturados ao mofo, aos buracos da parede, à tinta antiga, às marcas de envelhecimento do quarto e, assim, no meio disso tudo, a linguagem desse homem como pintura nova...

No peito da segunda parede, à frente do basculante que fazia as vezes de uma janela... a surpresa... a sua poesia revestida tanto pela revolta e pela angústia, quanto pela lucidez que vem da dor, do amor, da cólera, da desesperança, do desejo, da fé, da perplexidade e da simplicidade humana em Johnny que é feminino e masculino, como também, são a beleza e a filosofia abraçadas num nascimento improvável pelo corpo de uma escrita estrangeira, através daquele homem e de suas mãos, durante suas elucubrações em noites altas.

Nas paredes uma espécie de metalinguagem constituída por inúmeros significados, significantes, expressões, imagens e desabafos, os quais recombinaos traduziam parte de seu universo. Um cosmos desconhecido, misterioso e parcialmente descoberto. Todo um discurso feito de um grito ininterrupto e solitário... O passado engolindo e refazendo o presente. Suas leituras apontadas como pensamentos avulsos sobre, através e pelos muros... muros ou paredes quando substituem cadernos ou folhas.

Assim, pela escrita, uma linguagem refugiada às luzes de Paris.

As paredes como... um espelho e pelos quatro lados: a visão do mundo ou de um certo mundo dentro de um homem, antes, ele mesmo, militante, agora, exilado político, anônimo, sem armas, sem presente, mas com o passado e, dele, pela escrita, a sua forma de escritura, embora torta, poética, latente, política... como o seu suporte... paredes tortas, num mundo torto, políticas tortas, vida latente, alma poética tanto fugaz, quanto solitária.

As paredes emitiam vozes, escondiam rostos, confessavam idades, confabulavam histórias e permitiam a redescoberta sobre o sentido das palavras que os jornais não contam. Por detrás delas a dissensão, a incompletude, o desejo, o grito, a mudez, o silêncio, a leitura, a solidão, a liberdade, a escrita, a alegria, a luta, a tristeza, a surdez, a reflexão, o pensamento, o vazio, o todo, o exílio, a dor, a melancolia, a alegria, os contra-sensos da vida e, no próprio homem, a força, a coragem, uma resistência como a arma sem a morte e, dela, a sua própria dignidade numa sobrevivência improvável entre a luta em seu país e o combate (que pode ser tantas vezes uma vida humana) na conquista de um dia após o outro e um outro e um outro.

As quatro paredes e o teto substituíam um suposto caderno de viagem... E como um livro aberto, mas sem edição ou, talvez, apenas uma história sem quadrinhos: as suas folhas avulsas e em desordem. A sua ordem sobre a desordem do mundo e, por meio dessas folhas sem folhas, desse livro sem livro, apenas nas paredes o que me foi possível ler e reler sobre uma parte das ideias e do seu protocolo de leitura... A leitura da memória.

Dentre os livros lidos algumas frases recopiadas das obras emprestadas, através da biblioteca do bairro e, também, por meio das manchetes e das notícias recortadas e coladas aqui e acolá. Desordenadas. Ordenando. Recombinando. Ultrapassando os limites das fronteiras. Tantas. Muitas. Visíveis e invisíveis.

Eu gostaria de ter mãos conscientes para o uso das cores e mãos hábeis para o desenho. Mãos de artista como, por exemplo, as mãos de

Fernando Diniz: o menino pobre sem brinquedo na Bahia, o homem rico do universo inconsciente pelas mãos de seu imaginário. Elas decerto seriam mãos fidedignas para a reconstituição, senão da beleza, da força expressiva daquele *patchwork*, embora não fosse exatamente isso... as suas paredes.

Se eu tivesse mãos artistas eu poderia realizar pelo desenho o que não sei fazer senão pelas palavras... Palavras, embora, insuficientes àquelas paredes gizadas... à pintura no uso doutra linguagem... simbolismo e grafismo, cuja tela poética evoca a estética urbana dos arredores do próprio bairro parisiense, em *Barbès*.

Através dessas mãos que não tenho eu poderia recontar... desenhando os traços, não propriamente, de uma arte, mas sobre a pluralidade de um estilo: um pensar, um viver e o sentir de um outro, de um mundo e de um outro mundo num outro... Esse outro que Johnny passou a ser, desde a sua chegada em Paris e através dessa pele estrangeira em condição refugiada.

Sua linguagem restituía os muitos fantasmas e moradores, outrora, no interior do prédio e do próprio homem que ele foi e que ele é. Fantasmas que sou capaz de ver e de relembrar de olhos bem fechados, embora inapta a representá-los, pois isto, é superior à capacidade impressa que tem uma folha de papel, a fim que ela possa revestir em palavras a caligrafia, a cartografia e a própria escrita encarnada... reencarnando vivos e mortos... naquelas paredes.

Johnny reconstituiu as proporções do antigo conflito – étnico, religioso e sobretudo político – o que divide o norte e o sul do Sudão: o seu país de origem.

Isto dito, ele apontou em direção à parede do fundo. Nela, uma sumária descrição em linguagem histórica e, eminentemente, política, embora nem por isso menos dramática ou ofensiva, acerca da guerra civil e do genocídio, durante meio século. Ao lado recortes de jornais, como também fotografias em preto-e-branco. Algumas manchetes marcadas por um grande e incisivo ponto de interrogação. Além das análises, uma, de uma revista britânica, a segunda, de um periódico francês e ambas assinaladas com tinta negra e uma grafia precisa: INTELECTUAIS! PECHINCHA BURGUESA! BLÁ-BLÁ-BLÁ EUROPEU! METRALHADORA DISCURSIVA! FABULAÇÃO DO REAL! IDEOLOGIA BARATA! MASTURBAÇÃO MENTAL. BRANCO QUANDO PENSA PRETO! PRETO SOB A TINTA BRANCA! MERDA! INVENÇÃO! SUB-VERSÃO! A MENTIRA CONTADA COMO VERDADE! INTELECTUALISMO

= MEDIATISMO = SENSACIONALISMO = CAPITALISMO SEM MEDIDA E SEM LIMITE...

[Tudo isso escrito sem separação entre o fim de uma palavra e o começo de outra]
[Como eu também e agora]

Compreender as revelações pela escrita de Johnny exigia paciência e, sobretudo, o abandono de um qualquer preconceito, estereótipo, concepções e categorias. Sua metalinguagem solicitava um certo esforço de reinterpretação e de releitura, pois a forma da escrita fugia, antes de tudo, às convenções do sistema da escrita ocidental e, muitas vezes, dos pressupostos e regras da gramática francesa, pois, que muito se fez escrito em francês... e todo o resto em língua inglesa ou em língua materna.

A cartografia de Johnny senão a sua linguagem de resistência pela (e contra a) ordem, pela (e contra a) convenção do nosso sistema: o seu alinhamento horizontal no uso das palavras, a cumulação das frases da esquerda para a direita, do alto ao baixo da folha, quero dizer, da parede.

Sobre esse funcionamento (estrutural) da linguagem (a ortodoxia) que corresponde à própria (inteligibilidade) ou à uma possível inteligibilidade, pelo menos, quando se trata de uma escrita (ocidental, organizada, sistematicamente ordenada) e dada como uma espécie de modelo para o resto do mundo e, desse modelo, a linguagem construída sobre o Sudão e os países vizinhos.

Contra essa ordem a desordem para uma nova ordem:

a escrita pelas paredes; a leitura de Johnny; a reescrita pelos olhos de um refugiado

e, agora, a minha tentativa de reconstituição da memória – a sua memória – pela minha.

Johnny se contrapôs ao modelo ordenado dessa escrita convencional e, por meio dela a leitura de seu mundo.

Pelas paredes e, à sua maneira, uma linguagem exígua, a liberdade possível entre o desenho e a poesia ou entre as palavras e os segredos dos sentidos, que os desenhos sabem representar melhor através das paredes, antes, sem cor e sem vida, depois, paredes poéticas.

A primeira inscrição que pude ler, gravada na parede, bem no meio do quarto, foi feita através de uns escritos em Língua Hauçá; língua mãe e língua pai. A sua data corresponde à entrada de Johnny no quarto. Ao lado dela, um quadro negro, o substitutivo da agenda que ele não tem, mas por onde Johnny inclui – auxiliado por um giz branco – alguns números de telefone e os compromissos da semana. Segui a direção da flecha vermelha, pintada ao lado do apontamento em língua hauçá, e pela mesma cor, a caligrafia manuscrita. Ali, um segundo registo um tanto

intimista e hermético... Johnny explicou-me certas condições e detalhes sobre o contexto da guerra civil, a sua adesão e o seu sentimento junto ao movimento revolucionário, durante as rebeliões quando jovem e, mais tarde, quando deixou o Sudão.

Tenho sempre os mesmos pesadelos. Eles me acompanham dia e noite... Existiria uma única palavra entre as duas mil línguas africanas do meu Balad As Sādaan (Sudão – País dos Negros), uma, para designar o que corrói e corrompe dentro de mim? Mas não me responda pelo uso de uma palavra vulgar. Quero uma; a palavra refugiada na savana, uma, camuflada na floresta, quem sabe, aquela se banha na bacia do Nilo e atravessa as fronteiras da geografia. “Geo grafia” – a primeira grande mentira cientificamente estruturada e estruturante à vida dos homens. Todas as fronteiras serão intrinsecamente humanas. Apesar disso essa palavra escapa. Ela sobrevive à espera, num canto do mundo, pois ainda não se descobriu para os homens. Ela, talvez, murmure o seu nome no ouvido das mulheres. Aquelas mãos sujas de sangue com pés descalços na planura. Aquelas mãos sem filhos que se arrastam com pernas e braços pelas estradas do exílio: sempre mais longe, mais longe, onde nem olho, nem garganta renega ou tosse a poeira do Sudão. Longe, onde as deserdadas devem buscar refúgio, desde que foram aviltadas, mutiladas, violentadas e banidas... Quero uma expressão superior ao recalque. Uma palavra sobrevivente ao que persiste além do inesquecível. Um vocábulo como é o da ferida aberta sobre a pele no campo de batalha. Outrora a justiça, agora, mata-se pelo desgoverno, pelo desatino, pelo gosto ou pelo que fica embrenhado na alma e nas mãos e vira cada homem pelo avesso. Vê-se, então, um homem de sangue e o sangue não é preto e nem branco, nem pobre e nem rico. O sangue é a nossa universal idade, mas confundidos e usados, matamos e devoramos o nosso primeiro alimento – o sangue – a água do citoplasma – o ventre para o vício, o delírio para a loucura que se apossa de cada um, depois de tantas mortes com espada, faca, sabre, corda, tiro, pedra, machado, alfanje, foice, catana, pau ou, simplesmente, as mãos... Existe (?) ou o recalque assumiu a função dessa palavra refugiada... como eu também sou. Um refugiado. Um exilado entre esse eu do ontem e a ausência dessa palavra no presente. Existe tal vocábulo, expressão ou chamamento? Essa palavra permanece à sombra: grudada à lágrima interrompida, ao joelho dobrado, às pálpebras em oração, aos séculos atravessados pela ganância e às vidas secas sob o couro aturado pelo tempo da morte. A morte se misturou ao sangue mais que à própria vida e, por isso, ele se esparramou terra afora e avermelhou o próprio Nilo. Rio de uma infância perdida. Ela resiste como nódoa em pano usado. É palavra misturada ao sangue ou, talvez, ela própria é o sangue – dos soberanos, dos mandatários, dos oprimidos, dos soldados, dos guerrilheiros, dos revoltosos e dos meninos que morreram e morrem antes de se tornarem homens, pois que se

misturaram (como todos os outros) à matança, à exterminação, e tanto matam, quanto morrem. Matam para sobreviver e depois, e depois? (Ah! essa palavra ausente) O tabu. Esse buraco na linguagem, essa expressão sem lugar senão na dor que queixa sem queixar e, assim, o nascimento do recalque que, de certo modo, acalma... a lacuna sob mil nomes e formas que extrapolam os atos da perversidade humana, embora dentro de mim as mesmas imagens se repetem e se repetem e se repetem. Pesadelo. Noites a fio. Noites a dentro. Prefiro a insônia. Imagens que perduram além do inesquecível, além da memória e do branco na memória... Qual palavra substituiria: o esquecimento? Qual palavra, qual não existe, qual me corrói, todos os dias, e me lembra sobre as minhas mãos... sujas de sangue, a minha vitória... a minha derrota, o meu que é um e'u pelo m'e'u Su'dão – o Sul de Adão desafortunado, dividido, banido e delido como EU, agora, e'u. Estou apartado pelo Sudão que resta, embora sei que uma velha do país vai, então, reunir meus cacos. Ela vai guardar os restos e, deles, fará um vaso de mesa para, depois, retirar dentro dele a areia, da areia a terra do conto e da lembrança e, desse modo, o que ela sabe para contar aos mais moços para que eles, também, saibam sobre o que era o país e o que dele foi feito.

(...)

Johnny concluiu a leitura, traduziu devagar, embora o texto, ele o sabia de cor, em Língua Hauçá, apontado com tinta vermelha e uma letra miúúúda, apertadíssima; a falta de espaço entre os desenhos, recortes e colagens, como se o texto fora inscrito mais tarde no coração da parede à frente da janela. Ele se deitou sobre o tapete e, de lá, arrematou umas frases... Parecia improvisar e, ao mesmo tempo, divagar. Aumentava o que não coubera naquela parede minúscula, grotesca, úmida e insensível à sua catarse.

A expressão sem lugar se perdeu no silêncio. Dirigiu o olhar para o interior do Sudão, através do mapa que, ele mesmo, havia desenhado sobre a cabeça do quarto – o teto. O Sudão fora apontado em vermelho, além das cores em tom verde, azul, amarelo, preto e branco. Apontou para o noroeste, a fronteira com a Líbia, para o norte, o limite com o Egito, à leste, o Mar Vermelho e a Eritreia, do outro lado, a Arábia Saudita e, num piscar de olhos, a sua travessia para a Etiópia. Ao sul, os casos relembrados em Uganda e no Quênia, depois, um terceiro incidente com os rebeldes que tentaram a sorte na República Democrática do Congo. No oeste, ajudado pelo dedo indicador, mostrou-me a República Centro-Africana e o Chade e, finalmente, Cartum, a capital sudanesa... pronunciada como quem diz o nome da amante...

Detalhou alguns passos do grupo de resistência a que pertencera, embora diluídos junto ao vapor, durante o cozimento dos legumes com os

quais ele preparou uma succulenta sopa... O nosso primeiro jantar servido sobre o tapete, ao lado do lampião, em duas cumbucas de cerâmica tradicional, com pão dormido molhado no caldo, a colher buscando o lado da louça e a minha língua cheia de cuidado pra não me queimar.

... Recapitulou, numa outra ocasião, certos aspectos e estratégias de ataque, fuga, emboscada, como também o que conhecia das traições e o que acontecia com os traidores. Nesse dia eu tive medo! Ele soube. Percebeu. Talvez, assim, o quisesse. Um contar premeditado. Calibrar o diâmetro de minha alma sobre a boca-de-fogo; o seu assunto longo e esmiuçado. Afiar a coragem. Desafiar o meu receio. Testar o seu masculino às custas do meu feminino. Buscar o seu rastro e acerca dele o meu limite; a linha fronteira se eu a tivesse demarcado e, se eu pedisse que parasse por ali, e que ele me deixasse em paz, afinal, a guerra era mais sua do que minha! Eu nada fiz, senão escutar e responder com os olhos, apreender com todos os sentidos despertados pela sua história até, ele mesmo, se cansar e aludir sobre as vitórias e a solidariedade do movimento popular.

Engolimos tudo, soprando lentamente o café nas canecas de lata – latão batido – como no tempo da minha infância e ao longo de sua vida. Tudo consumido na quentura do preto e nada mais. Ah café que me salvou da água na bacia das almas... Tanta morte contada... Tanto pormenor aludido... Tanta matança ao alcance dos meus olhos... Tanta lembrança aquecendo o seu sangue... a água do citoplasma naquele Johnny – o seu sangue, ainda mais estrangeiro, quando em arapuca através de tantas lembranças.

O assunto morreu entre nós. Foi sepultado, conforme a antiga tradição na aldeia de seu pai; como eu pude aprender naquele mesmo dia. Nos velórios, a palavra nasce somente através da cantoria, choro de carpideira como se vê no Velho Chico... rio e secura... não tem só no lado de lá. Choro de lamentação como cantam as mulheres em seus véus brancos ou negros... não tem só no lado de lá. Tradição nordestina pelas carpideiras do Brasil do Alto... não tem só no lado de lá. O que se tem e quando muito é o barulho de um gole de bebida, o acender do fogo, o cruzar das velhas, a partilha do pão, alguma folha do mato para incensar a casa e o silêncio comandado pela devoção entre os que saem e os que revezam. Por fim, a despedida, lágrima em lenço de pano; o recato sempre na frente, muito respeito pelo morto, embora maior zelo para com os que nesse mundo ficam.

... Depois de muitas vezes: visitas, encontros e imprevistos acabei por perguntar-lhe sobre a família, embora pouco foi dito, pois se tratava de assunto por demais delicado.

O amor havia cumprido o improvável. Assim também do outro lado da fronteira. Assim também no mundo pelo mundo do Sudão.

A mãe teria herdado traços, bens e uma educação inconfundivelmente árabe, segundo Johnny. A primeira língua e a cultura, a de seus ancestrais muçulmanos há muito instalados no norte do Sudão. Contudo ela se opôs ao controle e ao domínio dos cristãos e dos animistas no sul do país. Transgrediu os costumes, os ensinamentos e o seu destino no seio da tradição e foi, por essa razão, deserdada e castigada. Disfarçou-se de homem, frequentou o grupo de rebeldes, aprendeu a lidar com armas, fugiu e rebelou-se contra o massacre dos *zurgas* no oeste do país. Pagou por isso. Sofreu com a exterminação de mais de quatrocentos mil *crioulos* e a expulsão de outros dois milhões pela Frente Islâmica Nacional. Lutou veemente contra os excessos, os abusos e as contradições humanas incutidas em nome da *Sharia*, a lei islâmica, ou o que dela dizem ou querem certos homens num certo poder local ou global.

Lutou, portanto, contra os espólios contraídos nos assaltos contra os de pele negra, o êxodo que sofreram, os enforcamentos, as mutilações, o genocídio, a liberação do álcool e a política do caos como prática instituída, acima de qualquer direito humano e sem a devida intervenção dos países “mais desenvolvidos” do ocidente. Teve pois o corpo queimado; a represália comandada pela própria família e

isto dito

nada mais foi acrescentado por Johnny.

Um dia, ao perguntar pelo pai, ele respondeu com ironia:

Bem, esse é o ponto-chave da minha história. Daí em diante tudo mais curioso como também turbulento. É o mínimo que posso dizer, desde a união entre minha mãe e meu pai. Vida tumultuada, violenta e intranquila. Ele, um cristão negro-africano, além de detentor de um amplo conhecimento sobre a antiga Núbia, pelo menos, em sua mente privilegiada de homem culto! Meu pai foi o que chamam de autodidata. Uma mente excepcional, mas que nascera do lado errado; do lado que perde e, que foi escolhido para perder! Meu pai sabia os pormenores sobre aquela região, antes e depois que o Sudão foi incorporado ao mundo árabe, durante a expansão islâmica no século VII.

Se tenho Mahdi, como parte do nome, foi por capricho e atrevimento paterno. O apelido, ora conchavou, ora conspirou contra o meu próprio destino... Como sabe, cada um interpreta a história com o par de lentes que tem: inteiras ou partidas. Assim, carrego a alcunha, daquele que foi o líder pela expulsão inglesa em 1885. Muhammad Ahmed bin' Abd Allah, conhecido como Mahdi, morreu não muito tempo depois e, desse modo, os ingleses recuperaram o Sudão, em 1889.

O amor proibido de meus pais definiu a travessia: o nomadismo para as terras

do sul, até a tribo de Dinka, onde nasci, algum tempo depois, nos arredores de Juba e Bor... O coração selvagem banhado pelo Nilo Branco. O lugar das nuvens brancas, macias e tangíveis nos pés de algodão e, assim, as poucas imagens que guardo e me causam profunda nostalgia e alegria.

... Envolvi-me com o grupo de resistência coordenado pelo movimento de liberação do Sudão, mas isso já era mais que esperado e seria traição não fazê-lo! Não hesito em dizer-lhe, antes que me questione ou, ao contrário, antes que você recolha a pergunta para semear a dúvida... Eu afirmo: não há uma única personalidade ou um simples civil, em qualquer esfera da vida política, as do poder instituído ou as que participam das forças excluídas de poder, que não tenha mãos sujas, inclusive, no Sudão. Eu poderia estender esse princípio para o resto da África, em todo o seu vasto continente e ao longo de sua história... As minhas mãos, se tivesse cinco pares delas, todas, irremediavelmente, sujas de sangue. Meu coração, se resistiu, ele é apenas um sobrevivente entre as mãos que tenho. Não me compadeço, não me vanglorio, nada disso ou seu contrário.

Existem mãos lisas, finas, brancas, sem marcas da vida e, por demais, conservadas. No entanto se são mãos limpas? Já não sei. Provavelmente não, sobretudo, quando se trata de ambição, dinheiro, poder e controle. Mediante certas circunstâncias e essas condições da escolha humana tudo recai sobre a dizimação, a crueldade e a violência, inclusive ou, principalmente, através daqueles que cruzam os braços e lavam as mãos.

Quem esqueceu essas coisas é, suficientemente, perverso, sádico e covarde. A angústia face à morte (se ele a tiver, pois há gente de todo tipo e, tipos bem singulares! que você desconhece completamente. Há gente que perdeu a alma, a vida, o laço com o lugar onde riu pela primeira vez... o nó que o amor cria e que deixa em cada um como uma possibilidade de ser mais forte para não matar). Talvez, um covarde, e, talvez, nesse caso, a morte e o que ela causa ao covarde, talvez, a morte arranque dele alguma confissão... Arranque uma palavra conjuntiva e adiposa, talvez, arrebatada pelo que se pretendeu vencido e enterrado em sua terra estéril; o ventre vazio...

Eu fugi... Naquele momento eu estava convencido que eu seria mais útil e teria mais valor se melhor vivo e se melhor distante. Meu pai acreditou que eu pudesse estudar e militar do outro lado do mundo; do lado em que o mundo de cá decide sobre o de lá e, isto se faz, com estudo, ao lado do poder, por meio das alianças e do dinheiro que se tem no bolso.

... Fui estúpido em acreditar que a minha vida poderia ter sentido noutro lugar. O espaço de luta, de resistência, de reação e discussão política e solidariedade internacional eu, de fato, nunca encontrei, nunca, nem em Paris, nem em Londres, nem na Alemanha, nem na Suíça...

Em uma visita, num dia de domingo, li em voz alta a frase pintada na parede, onde Johnny havia justamente amparado as suas costas.

Le voyage est une suite de disparitions irréparables

(A viagem é uma sequência sobre as perdas irreparáveis)

Ele logo completou:

Paul Nizan não nos surpreende tanto através dessa afirmação, mas a frase é, sem dúvida, sublime! Embora, ela, só faz sentido para os que atravessam (uma outra) fronteira (e muito mais subtil) ao longo da viagem. Não me refiro aos ávidos por turismo, fotografia e cartão postal. Aos que celebram os quilômetros percorridos entre o mesmo ponto de partida e o de chegada. Uns imbecis com as suas máquinas de filmar e seus guias de viagem! Não penso tampouco nos que percorrem o mundo inteiro e descrevem o caminho, estritamente, pelas conquistas e descobertas com a geografia, a culinária, a arte, a cultura ou a música desse ou daquele país. Miopes! Toupeiras, apesar de seus recursos tecnológicos, suas pujantes objectivas e câmaras de última geração! São colecionadores de fotografias, boas ou péssimas. São consumidores de souvenirs, de t-shirts, de chaveiros, carteiras, buttons e bonés. Recorrentemente cortam pés e cabeças dos autóctones ou dos estrangeiros que entrarão em seus álbuns de fotografia! Quando não cortam as próprias cabeças ou os pés das esposas, dos filhos e dos companheiros de viagem! Ah esses turistas de ocasião! Itinerantes sem assunto e sem experiência senão sobre as lições aprendidas com os guias de viagem – os INCLUÍDOS – pelos pacotes das agências de turismo, com seus hotéis de 5ª. e uma comida de cantina! Viandantes do pós-guerra como quer o capital de ontem, o de hoje e o consumismo em aceleração. Quem disso foge é considerado como “obsoleto”, “pré-histórico”, “conservador”, “analfabeto urbano”, “iletrado em pós-modernismo” e sai de baixo, não faltam estereótipos, pois atrás e na frente lá vem os turistas com celulares, câmaras, bonés e muita etiqueta dos pés à cabeça! Eles atravessam o mundo inteiro com olhos turvos senão fechados... Sabem do lugar onde vão pelos livros. O que sabem nasceu da ortodoxia ditada em livros, enciclopédias, guias e mapas impressos e virtuais. Conhecem onde vão (e para onde não vão) sem conhecerem nada por dentro; sem o reconhecimento do interior pelo interior... sem o pré-conceito ambulante... sem as categorias pré-fabricadas... sem as publicidades... sem as promoções das agências de viagem... e a metralhadora afiada da mídia.

Esses legítimos e inveterados passeadores percorrem o planeta, através da diligência de seus passaportes, da assistência do sistema capitalista, através de seus múltiplos mecanismos de inclusão e de exclusão. São passeadores encomendados pelas regras explícitas e implícitas às políticas financeiras pelo bem-estar do capital e, assim, essa gente enlatada segue e digere como comida cultural: marcas, lugares, museus, igrejas, fotografias, lembranças de viagem, presentes baratos e guias de bolso.

E, assim, quando retornam ao país de origem eles servirão para visitas e convidados toda essa comida enlatada: o laticínio urbano e turisticamente engendrado pela liberdade do capital para os que têm meios para pagar seus desejos ou que têm meios para se endividarem ano a ano. Exibirão com orgulho à família, aos amigos e aos colegas de trabalho as fotografias, os vídeos, as compras, os últimos lançamentos e objetos de consumo adquiridos durante suas “viagens”.

... Encontrei em Paris, alguns viajantes que passaram pela inscrição de Paul Nizan. Refugiados, visionários, imigrantes, mochileiros e andarilhos que sabem do que se trata... uma viagem dentro da viagem...

Um imigrante, por vezes, sofre seus bocados e paga pela esponja grossa e permeável, através da qual esfrega e de tanto esfregar julga apagada a marca de seu exílio. Optam pelo conforto da adaptação e da integração.

Escondem-se como cachorros loucos! Embranquecem os traços de origem – cultura, língua e pátria – e pintam com as cores da nova bandeira seus dias e suas descontinuidades.

Eu os compreendo. A declaração da dor (carregá-la em si mesmo) pode ser um fardo e, em certas circunstâncias, insuportável! Mas a covardia, a negação, a cultura como consumo, a falta de consciência pela alienação é qualquer coisa que...

(...)

*Johnny elegeu uma segunda frase, a de Proust: *Tout homme d’amour est un homme de douleur* (Todo homem de amor é um homem de dor).*

Porque elegeu essa frase entre tantas pintadas na parede?

Esta língua, qual o fôlego de Proust, é ainda mais caprichosa do que se mostra na vida corrente. O amor qual ele seja expõe de fato o nosso desejo e a nossa cicatriz. Ninguém (salvo, quando mutilado) é radicalmente louco para fugir do amor ou do desejo, embora, muitos têm fugido ou dissimulado as suas marcas de imigração... Confronto o amor e o exílio como faço e posso, muitas vezes, deitado, aqui, diante desse pedaço do mundo e de outros por onde vivi.

*Porém, Jean Cocteau, decidiu pelo verbo o amor... “*Le verbe aimer est difficile à conjuguer: son passe n’est pas simple, son présent n’est pas indicatif et son futur est très conditionnel*” (O verbo amar é difícil de conjugar : seu passado não é simples, seu presente não é indicativo e seu futuro é condicional).*

Há quem ama um outro ou uma outra. Há quem ama um sonho e por ele tudo abandona. Há quem ama, abandonando, sucessivamente, porque tem medo do amor. Há quem se agarra ao desejo até sem amá-lo... É duro demais olhar para trás (eu sei!) e o orgulho, às vezes, tantas vezes, reclama a sua parte...

Amar é impreciso como a própria viagem, em particular, a viagem determinada pelo exílio.

...Encontrei há alguns meses um jovem da Martinica, portanto, um francês do ultramar. Gosto muito do rapaz. Ele é descontraído, inteligente, sensível e culto, embora muito jovem integrou alguns preceitos e aprendizagens para sofrer menos, mas sem se desnaturalizar...

Trata-se de um rapaz honesto e muito virado, principalmente, em linguagem informática. Tem diploma, tem estudo, tem família, mas não arranja emprego. Seu francês é impecável, como seus documentos, sua carteira de identidade e sua recente formatura... Nada de sotaque ou qualquer insígnia de distinção sobre sua origem, SALVO, uma! Ele é negro! O gajo, portanto, já foi muitas vezes controlado e interpelado pelos policiais do bairro, pelos seguranças que percorrem as estações de metrô e ônibus, enfim...

Um dia, entrou pelo café, cabelo curtíssimo, sem barba, uns óculos de intelectual e sapatos nos pés. Largou a cabeleira, limpou a cara, tirou dos pés o par de tênis e anda sempre com um livro na mão: de direito, de política, de filosofia... ou sociologia. O conteúdo não interessa muito, o importante é trazer consigo um livro; você entende?

O cara não vai se pintar de branco e não vai trocar de sobrenome! Contudo, depois da mudança visual (e o golpe de mestre: trazer consigo um livro grosso ou de um autor reconhecido!) nunca mais o sujeito foi barrado no baile, no trem ou na rua... Entretanto, depois de sessenta e tantos currículos distribuídos, dentro e fora de Paris, ele continua sem emprego, apesar de ter passado por uma dezena de entrevistas e ter um bom CV.

Decidiu, então, abrir o próprio negócio, ou seja, explorar seus talentos virtuais. Assim, o ecrã virou seu patrão. Por detrás da tela mágica o rapaz não apenas encontrou um meio de trabalho como já emprega três ou quatro árabes que, como ele, viviam desempregados. Todos, marginalizados pela mesma ou outra versão da história, ligada à origem, à cor da pele, à crença religiosa ou à marca de nascimento atrás do sobrenome.

Numa tarde, reunido um pequeno grupo, fomos almoçar com Johnny, no seu quarto. Levei a composição de uma das canções de Alain Souchon e Laurent Voulzy: *C'est déjà ça*. (Pelo mesmo isso!) O título, repetido e repetido, ora pergunta, ora resposta, reflexão e contradição canta o desejo e a conquista de um imigrante no cenário urbano e europeu. Pareceram-me apropriadas a afirmação e a ambiguidade incitadas pelo texto da canção. Belleville como cenário, *Pelo menos isso*, refrão e título, contexto e conteúdo, sobre um outro sudanês no exílio.

Cantamos, solfejamos, dançamos até que a melodia redefiniu a memória e o encontro. O talento dos que sabiam se servir da tinta, do

pincel e do *spray* transformou o quarto: o criado-mudo, a borda do espelho, o caixote, os cabos das painéis, a mala, o vão da entrada, os ângulos das paredes, o rodapé, e, no final, o que antes no quarto era demasiado tristonho e desbotado ganhou cores novas: rosa, laranja, verde limão, tiatã, turquesa e violeta.

À nossa maneira o extravasamento coletivo contra a morte de John Garang, líder do APLS, vítima de um “acidente de helicóptero” na semana anterior. Sabíamos que a fatalidade pesava sobremaneira em Johnny e, certamente, sobre a população sudanesa. Em Cartum, como também em Juba, reabertos os confrontos entre a milícia e os manifestantes. Além disso, não se tratava apenas da morte do fundador da Armada Popular pela Liberação do Sudão. O seu acidente ou assassinato (?) comprometia o acordo pela paz, portanto, intimidava a composição de um novo governo em prol da unidade nacional.

A melodia, a letra, o fato de cantarmos bem alto e juntos acabou por sensibilizar Johnny. Ele assistiu embevecido as marcas, as cores e os desenhos aliados aos seus. Aquilo, talvez, tenha aberto alguma esperança em seus olhos de antílope. Falou pouquíssimo. Preferiu cantar. Reservou um canto da parede. Desenhou um saco plástico, pintado de preto e em pleno vôo pela rua. Ao lado, através de sua bela caligrafia, uma mesma frase em árabe, inglês, dinka, hauçá, beja, nuban e francês:

certaines jours on se sent très seul (certos dias a gente se sente muito só)

Nenhuma pontuação no meio ou no fim da sentença. A frase iniciada sem letra maiúscula, suspensa como o saco negro, ambulante, errante, instável, passageiro e livre pelas ruas de *Belleville* – plástico negro – como repetiam os versos da canção.

Pedi, então, ao colega do lado que desenhasse o pássaro no quintal da minha infância. Ele reproduziu pela ponta do pincel o que eu ditei pela cabeceira da memória. Ele o fez e ao lado do saco plástico desenhado por Mahdi.

Em nossa região o bichinho era conhecido por *t-zuu*. Uma espécie de pardal, porém, todo negro. Muitos deles vinham visitar os quintais e se apossavam, na ocasião, dos galhos das árvores. Vinham, em bando, cinco, dez, tantos e indistintos em nosso bairro: longe, novo, quase sem residências, todo em terra batida e muito vermelha.

Eu, no entanto, conhecia bem um; *unzinho* em linguajar de criança! Escolhia sempre o mesmo. Imaginava, então, esse *t-zuu*, um único, durante a cantoria que atravessava os quintais como um coro de igreja.

A sua natureza de pássaro preto (indistinto a olho nu) inventou um canto (só dele) que repetia e repetia até cansar e voar: *t-zuu*, *t-zuu*, *t-zuu*.

Durante a cantoria a sua particularidade: a difícil acrobacia que aquele bichinho fazia. À medida que piava *t-z*, ele saltava, fazia a sua cambalhota, tornava a pousar no galho e concluía o pio: *iu*. Toda a meninada ouvia, boca aberta, em silêncio, até o fim da proeza entre o som e o salto. A coordenação graciosa e sonante naquele pássaro preto, que a molecada insistia em chatear, com seus bодоques, estilingues, espingardas de chumbo, arapucas, gaiolas, alçapões, pedras e atiradeiras...

Inconfundível, agora, aquele único pássaro de cada dia, através do talento do pintor. O meu *T-ziu* ganhou uma outra existência: um galho, num arbusto, num bairro, ao lado de um saco plástico e negro, onde voam, pássaro e saco e, o bichinho, canta, rodopia e descansa entre as carreiras do vento.

Paris, 07 de Agosto de 2005

Para Johann Mahdi, onde estiver.

Johnny deixou o quarto, talvez, no dia seguinte. Ninguém soube. Ninguém viu.

Catitu Tayassu

Curadora e Diretora do Fundo Web Internacional – Pour la Vie Ailleurs & Pour la Vie Maintenant – Pela Vida Afora & Pela Vida Agora. Fundadora da Associação Vie Ailleurs & Vie Maintenant, em Paris, dedicada à salvaguarda e à difusão das línguas, dos povos, culturas, saberes e expressões orais e ancestrais. E assim o seu sonho individual em realização coletiva para uma “Mémoire Viva” e ao acesso de todos em prol do Patrimônio Imaterial da Humanidade. Esse fundo arquivístico será lançado em 2011, através de um site oficial intitulado “Terra em Mémoire – Terre en Mémoire – Landy in Memory – Tierre en Memoria”

www.pourlavieailleurs.org

Normas para apresentação de textos

Artigos

Tamanho máximo de 400 linhas, fonte Times New Roman, 12;

Faça constar dois breves resumos, um em inglês (obrigatório) e outro em português ou espanhol, bem como três palavras-chave nos dois idiomas. Lembramos que a Travessia publica textos em português e espanhol;

Siga as normas da ABNT, ex: MELO, José. O imigrante. São Paulo: Cortez, 2008. Nas referências, relacione apenas as fontes citadas, em ordem alfabética e, quando da repetição de um autor, obedeça a ordem cronológica;

Não transforme em nota o que é fonte bibliográfica, insira no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação); não utilize nota no título;

Para a breve identificação acadêmico-institucional, utilize asterisco; sempre que houver mais de um autor, a Travessia reproduzirá a ordem constante no texto recepcionado;

Evite o uso de linguagem rebuscada e, na medida do possível, inclua alguns intertítulos;

Mapas, gráficos e figuras devem ser enviados como arquivos separados, em preto e branco, informando sua localização no texto;

Todos os textos devem ser inéditos e seu envio à Travessia implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações;

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição, para tanto envie seu endereço postal completo.

Resenhas

Devem conter cerca de 50 linhas, fonte Times New Roman, 12.

Contos, relatos, textos divulgativos e de caráter militante

De preferência, breves, não superiores ao tamanho dos artigos; dispensam apresentação de resumos.

ADQUIRA NÚMEROS ANTERIORES

&

ASSINE TRAVESSIA – Revista do Migrante

TRAVESSIA – Revista do Migrante, agora semestral e com novo formato, está na estrada desde maio de 1988. Na trilha desses anos todos, pesquisadores das mais diversas áreas focaram seus diferentes olhares na complexa e desafiadora realidade que envolve os migrantes. Outras vezes foram os próprios migrantes e agentes sociais que registraram o seu olhar.

Trabalho
Memória
Identidades
Redes
Fluxos
Fronteira
Retorno
Preconceitos
Brasileiros no exterior

Estes são apenas alguns dos tantos temas e abordagens que se encontram à sua disposição no CEM, através dos mais de 60 números já publicados. Para assinar e/ou solicitar números anteriores, navegue pela nossa página

www.cemsp.com.br

Nela você encontra:

- Os números publicados,
- O sumário de cada número,
- Os preços de um exemplar ou da coleção completa,
- A forma de pagamento
- A opção de assinatura por um ou por dois anos.

Confira e entre em contato conosco!

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

Ano XIX Nº 36 – jan./jun. – 2011

Refugiados Ambientais

Protección internacional de los refugiados ambientales
Susana Borrás Pentinat

Migração e mudança climática em América Latina
Raoul Koenzig; Etienne Piguet

L'agenda scientifique et politique des migrations environnementales
Christel Courtin

Mudanças climáticas, mobilidade populacional e vulnerabilidade
Alisson Flávio Barbieri

Migration and mobility in a changing climate
Cecilia Tacoli

Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida
Renata da Silva Nobrega

Cambiamenti climatici e migrazioni
Luciana Delfini

A anomalia da anomalia
Fernando Malta

Vai onde puderes ir, porque lahweh chamou a fome sobre a terra
Sandro Gallazzi

Migração, imprensa e políticas migratórias em Jaraguá do Sul/SC
Ancelmo Schörner; José Adilson Campigoto

The category of "métissage": status quaestionis
Paolo Gomarasca



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.

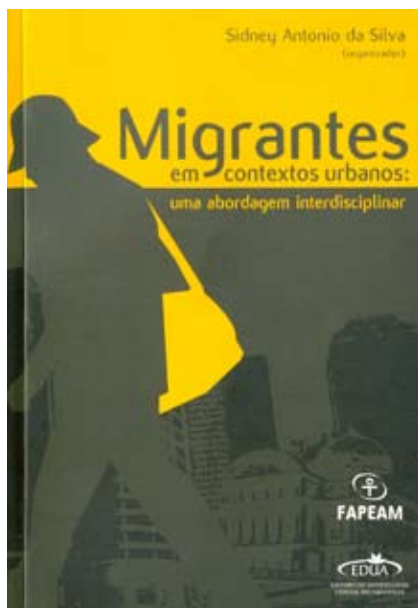


O GEB-Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido, entre junho e setembro de 2010, realizou um levantamento por amostragem dos brasileiros/as residentes em Londres, cujos resultados encontram-se nesta publicação. Foram recolhidos 553 questionários, sendo 53% impressos e 47% em formato eletrônico. Com base nos dados obtidos foi traçado um perfil dos imigrantes brasileiros considerando: faixa etária, gênero, nível de instrução, situação migratória, tempo de residência em Londres, inserção no mercado de trabalho, local de residência, entre outros.

Vale destacar que além da publicação impressa, é possível acessar os dados no website: <http://gold.ac.uk/clcl/geb/> ou no blog: <http://geblondon.wordpress.com/> nas versões português e inglês.

O livro analisa as fronteiras demográficas, econômicas, políticas e culturais dos brasiguaios na região leste do Paraguai. A imigração brasileira neste país gera fronteiras simbólicas, hibridismos culturais, variadas tensões e experiências diversas de circulação econômica, de pessoas e símbolos. Tanto assim que os limites fixos dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.





O livro é resultado do Seminário “Migrações na Amazônia: desafios e perspectivas”, organizado em novembro de 2008 pelo GEMA - Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia. A maior parte dos textos volta-se para a realidade migratória envolvendo a cidade de Manaus (migrantes internos, indígenas, peruanos, refugiados colombianos), mas há os que tratam de Rondônia, do Nordeste, de maranhenses, além de outros, entre os quais, o texto que abre o livro, voltado para uma compreensão teórica da mobilidade do trabalho.

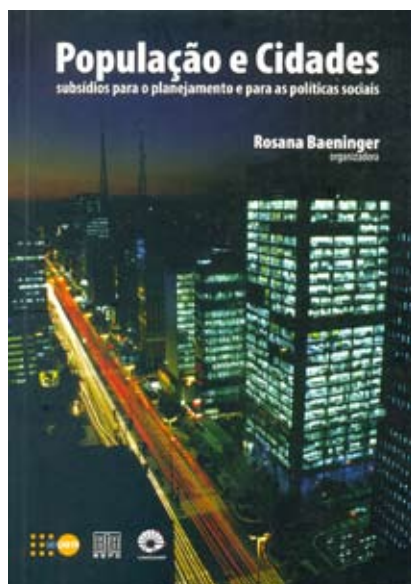
Milhares de pessoas do movimento de kassegui retornaram ao Brasil, sobretudo após a crise de 2008. O Projeto Kaeru volta-se para os filhos envolvidos nesse processo, os quais são definidos no Japão como “Double limited”, ou seja, não aprenderam nem japonês, nem português. Ao retornarem, enfrentam sérios problemas de aprendizagem e de integração social. Por isso, o Projeto destina-se a oferecer apoio psicológico, social, psicopedagógico, alfabetização e reforço escolar às crianças do ensino fundamental da rede pública de educação do Estado de São Paulo. Pelo caráter desta publicação – um relatório – também encontramos um balanço dos atendimentos realizados e a indicação de desafios que ainda persistem.





Partindo do momento histórico presente em que as migrações constituem um fenômeno de época, este estudo, resultado de tese em missiologia, traz uma leitura interdisciplinar da realidade migratória, buscando evidenciar os significativos nexos que resultam do diálogo entre as ciências humanas e as teológicas. O caráter processual e relacional das migrações, a dimensão inacabada das identidades nacionais, étnicas e culturais oferecem à teologia a possibilidade de contar com um espaço hermenêutico que permite falar ao mesmo tempo de Deus, da pessoa humana, do mundo, de Cristo e da Igreja. A análise da profunda relação existente entre missão e migração permite lançar a hipótese de que a missão para, com e entre os migrantes se constitui num novo paradigma da missão em si da Igreja.

Ao todo, o livro traz 16 artigos, que podem ser agrupados sob 5 aspectos: a) A história urbana do país e o processo de redistribuição espacial da população; b) As transformações na dinâmica do crescimento da população, cidades, metrópoles e aglomerados e suas condições de vida; c) A configuração atual das cidades, com destaque para a segregação socioespacial, qualidade de vida e cidadania, gestão urbana e habitação; d) A melhoria na qualidade da informação e indicadores para a gestão pública, políticas e ações; e) Os processos migratórios, tanto em relação ao último fio do êxodo rural, como em relação às tendências mais recentes: migração de retorno e internacionais.



Sumário

Apresentação

Helion Póvoa Neto

Migração, transformações sociais e reforma eclesial: Pastoral jesuítica e escalabriniana no Brasil da Primeira República

Maurizio Russo

Memórias de gênero: A construção de uma *ídishkeit* imaginária no Brasil

Joana Bahia

Fotografias poderão dar testemunho do trauma de refugiados no Brasil?

Tânia Biazioli de Oliveira

Polyana Stocco Muniz

Paulo César Endo

Racismo e sua negação: O caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo

Szilvia Simai

Rosana Baeninger

Estratégias de inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso no período pós-1990

Cristiano Desconsi

O fim do uso do alojamento nos grandes canteiros de obras de São Paulo como instrumento de flexibilização do trabalho

Marcus Vinicius Spolle

Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do Migrante (relato)

Pe. Gelmino A. Costa

Resenhas

Paredes Poéticas (conto)

Catitu Tayassu

